



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 108

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 16 de outubro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada das Sras. e Srs. Deputados, a sessão teve início com a [Interpeção ao Governo Regional sobre "Estudo de caracterização dos comportamentos aditivos na Região Autónoma dos Açores - avaliação e análise dos resultados"](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*), participaram no debate as Deputadas Renata Correia Botelho (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), os Deputados Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), a Deputada Graça Silveira (*Independente*), os Deputados João Paulo Ávila (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Dionísio Maia (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Luís Maurício (*PSD*). Participou também no debate a Secretária Regional da Saúde (*Teresa Machado Luciano*).

Ainda durante o debate, pediram a palavra para defesa da honra os Deputados Luís Maurício (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Iniciou-se a Agenda da Reunião com o [Projeto de Resolução n.º 142/XI – “Nomeação do Delegado de Turismo da Ilha Terceira”](#), tendo o Deputado

Alonso Miguel (*CDS-PP*) usou da palavra para justificar a retirada do diploma.

De seguida, passou-se para a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XI – “Estabelece o regime jurídico de licenciamento a que estão sujeitas as instalações elétricas de serviço particular na Região Autónoma dos Açores”](#).

Feita a apresentação pela Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*), usaram da palavra a Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), os Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), João Vasco Costa (*PS*), Paulo Mendes (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto o Deputado João Vasco Costa (*PS*), a Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), os Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Em relação ao [Projeto Decreto Legislativo Regional n.º 33/XI – “Para alteração do artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, de 29 de dezembro que - Estabelece o regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente na Região Autónoma dos Açores”](#), o Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*) apresentou um requerimento à Mesa para retirada do referido diploma.

Por fim, foi debatido e votado o [Projeto de Resolução n.º 133/XI – “Criação de uma Carreira de Investigação Científica Consolidada nos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação pela Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), participaram no debate o Deputado José Contente (*PS*), as Deputadas Graça Silveira (*Independente*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), os Deputados António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Luís Rendeiro (*PSD*). Participou também no debate o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto a Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), os Deputados José Contente (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*) e a Deputada Graça Silveira (*Independente*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 05 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional e Sr. Secretário Regional.

Vamos começar pela chamada, como é habitual.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Cristina Moniz do Couto

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Elisa Lima Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum, declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservado à interpelação requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre o "**Estudo de caracterização dos comportamentos aditivos na Região Autónoma dos Açores - avaliação e análise dos resultados**".

Regem esta matéria os artigos 183 e 184 do nosso Regimento, e os tempos foram definidos pela conferência de líderes, também conforme estipula o art.º 132 do nosso Regimento.

Os tempos são os seguintes: o interpelante, o PS e o Governo dispõem de 32 minutos; o CDS 15 minutos; o Bloco de Esquerda 12 minutos; as representações parlamentares do PCP e PPM 10 minutos; e a deputada independente cinco minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Há matérias que, pela sua relevância, sensibilidade e consequências sociais, ultrapassam as disputas partidárias e exigem uma reflexão ponderada, atenta e enriquecida com os contributos de todos, para abordar de forma eficaz os problemas que as mesmas encerram.

Abordar de forma eficaz de modo a prevenir o aparecimento ou alargamento desses problemas; trabalhar para os combater e atenuar as suas consequências; enfim, trabalhar para melhorar a vida das famílias açorianas.

Uma destas matérias é a toxicodependência.

Já o dissemos anteriormente e não é demais reforçá-lo:

- **A toxicodependência é uma das grandes preocupações das famílias açorianas.**

Nesta Região, apesar da preocupação generalizada com o fenómeno - também por parte dos vários agentes políticos e, naturalmente, dos órgãos de governo próprio - as políticas públicas têm sido frágeis e os resultados claramente insatisfatórios.

Na última década, a situação agravou-se e segundo o IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas, publicado pelo SICAD, os Açores estão nos primeiros lugares do país ao nível dos consumos de quase todas as

substâncias, e em alguns casos, como nas novas substâncias psicoativas, o consumo recente continua a subir e é significativamente superior nos Açores face ao resto do país.

Para se perceber as várias dimensões do fenómeno e a sua caracterização ilha a ilha, esta Assembleia aprovou por unanimidade, em janeiro de 2017, um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda a recomendar ao Governo a realização de um estudo sobre as dependências nos Açores, de forma a obter uma caracterização atualizada da Região e de cada uma das suas ilhas.

Dois anos e meio depois, foi finalmente apresentado o tão aguardado estudo.

Dos quatro relatórios que o integram, destaca-se o seguinte:

Relatório I

O Relatório n.º 1, aborda a “Análise Qualitativa do Consumo de Substâncias Psicoativas na Região”, com dados recolhidos através de entrevistas focais realizadas em todas as ilhas da Região a **200 indivíduos dos 13 aos 65 anos**, e indica o seguinte:

“O aumento do consumo de substâncias psicoativas é referido como uma realidade em todas as ilhas, sendo este aumento mais evidente nas ilhas Terceira, São Miguel e São Jorge”.

A perceção quanto à atuação das polícias é preocupante e deve merecer uma reflexão de quem de direito.

A maioria dos inquiridos aponta os 15 anos como idade do início, podendo ir até aos 30 anos, mas há também a descrição de **inícios de consumo** aos sete anos de idade.

O **ambiente escolar** foi apontado como um fator de risco em sete das nove ilhas dos Açores.

A informação transmitida pelos pais foi apontada como um fator de proteção em oito das nove ilhas; e no sentido contrário, os problemas familiares foram apontados como fator de risco também em oito ilhas. **Ou seja, a família é crucial e tem que ser devidamente considerada nas ações a implementar.**

A equipa de investigação afirma que, das viagens realizadas pelas várias ilhas dos Açores, **“parece existir um sentimento generalizado de desresponsabilização e despreocupação com a problemática” das dependências.**

E o relatório refere ainda que, **“aquando do contacto com os jovens da Região, a equipa percecionou que, em algumas ilhas, existe uma normalização do consumo de substâncias psicoativas, o que pode estar na génese de um início cada vez mais precoce destes mesmos consumos”.**

Atente-se na seguinte citação, quanto à realidade da ilha das Flores, descrita como **“preocupante e até mesmo desconcertante para quem, sendo externo às vivências da ilha, dela toma conhecimento”.**

Por último, o relatório n.º 1 aponta a **falta de empenho e colaboração de diversas unidades de saúde** na realização do presente estudo.

Sra. Secretária Regional, num estudo promovido pela Região, esta situação é grave e exige o apuramento dos motivos da falta de colaboração dessas unidades de saúde, tuteladas pelo Governo Regional.

Relatório II

Do Relatório n.º 2, que procede à “Caracterização dos Consumidores de Substâncias Psicoativas Integrados nos Serviços de Comportamentos Aditivos e Unidades de Saúde de Ilha”, salientamos o seguinte:

Em 2018:

- 211 indivíduos foram internados para tratamento ao abuso de álcool; Foram ainda registadas 882 pessoas com abuso agudo, e 3.838 pessoas com abuso crónico.
- Quanto ao uso de drogas ilícitas, o número de internamentos em comunidades terapêuticas foi de 33; foram registados 2.628 indivíduos em tratamento ambulatorio, dos quais 2.547 se mantiveram em tratamento.
- Perante os dados apresentados, questionamos o motivo de não terem sido apresentados dados em relação aos anos anteriores. Porquê apenas em relação a 2018?

Não é possível avaliar as políticas públicas nesta área somente com os dados de um ano, neste caso de 2018. Deveríamos ter, no mínimo, um panorama elucidativo da última década.

Por isso, **Sra. Secretária Regional**, nesta componente de tratamento:

Na última década, qual foi o valor investido pelo Governo Regional dos Açores?

Qual é a taxa de reabilitação?

Qual é o nível de reincidência?

Em síntese: **Quais são os resultados do tratamento de dependências nos Açores?**

Deputado Carlos Silva (PS): Quais dependências?

O Orador:

Relatório III

No que respeita ao Relatório nº 3, que trata da “Análise Descritiva dos Consumos de Substâncias Psicoativas na Região Autónoma dos Açores”, verificamos que não existe qualquer referência aos dois estudos realizados a nível regional em 2004 e em 2009 publicados em 2005 e 2010 com o patrocínio do Governo Regional dos Açores.

Seria importante ter em atenção a existência dos mesmos, para recolher dados que permitissem comparar os resultados de então, com a situação atual.

Por outro lado, a resolução aprovada por unanimidade neste Parlamento e que levou ao desenvolvimento do presente estudo recomenda ao Governo Regional que:

“Elabore um estudo sobre a problemática da toxicod dependência na Região do qual resulte uma caracterização da situação atual, com particular enfoque nos consumidores, nomeadamente, quanto a escalão etário, género, situação perante a escolaridade e o emprego, condições socioeconómicas, tipologia e padrões de consumo e área geográfica de residência. (...)”.

O que foi apresentado foi um **estudo sobre a população estudantil dos 13 aos 21 anos**. E não de todos os estabelecimentos de ensino, tendo alguns, por motivos vários, ficado de fora.

Pretendia-se um estudo referente à população em geral, e por área geográfica de residência, pelo menos por concelhos, mas não foi isso que nos foi apresentado.

Sra. Secretária, perguntamos por isso de quem foi a responsabilidade desta opção?

Já existiam dados referentes ao meio escolar realizados a nível nacional onde estavam incluídos os Açores, aliás, como é referido na resolução aprovada.

Pretendíamos ir mais longe para obter um verdadeiro quadro da nossa realidade, de toda a população, mas infelizmente, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Como é possível o senhor desvalorizar esse estudo?

O Orador: ... somos forçados a concluir que, nesse aspeto, esta foi uma oportunidade perdida.

A Secretaria Regional da Saúde, e a Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, devem explicar por que motivo foram tomadas tais opções.

Sra. Secretária,

Que razões justificam que não tenha sido feito um estudo à população açoriana, dos 12 aos 65 anos, ou mais?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Como é que o senhor justifica aquilo que acabou de dizer?

O Orador: Importa lembrar, neste ponto, que os estudos anteriores demonstram que os consumos mais preocupantes são de indivíduos que estão fora do sistema de ensino, e fora da idade escolar.

E por que motivo os estudos publicados em 2005 e em 2010, apoiados pelo Governo Regional dos Açores, não foram também tidos em conta para que tivéssemos dados comparativos?

Se tivéssemos dados comparativos, poderíamos ficar com uma ideia clara da evolução da problemática em cada ilha da Região. Assim, temos um estudo de situação, realizado em relação a algumas substâncias psicoativas, mas parcial, por não ter abrangido toda a população.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Os estudos existem, faça o senhor a comparação!

O Orador: Outro dos pontos relevantes respeita à amostra bastante expressiva, com 12.624 visados, mas com uma perda de 32% da amostra, uma vez que só 8.622 inquéritos foram validados. A perda de 32% da amostra verificada neste estudo ultrapassa largamente o que seria normal e deve também suscitar uma análise sobre as suas causas.

Deputado João Paulo Ávila (PS): As pessoas não são obrigadas a responder!

O Orador: Em termos muito positivos, regista-se a identificação de fatores de risco e fatores de proteção quanto ao consumo de substâncias, para cada ilha, o que permite refletir sobre o desenvolvimento de iniciativas dirigidas a esses mesmos fatores.

Quanto aos dados que o estudo apresenta sobre as experiências de consumo de substâncias psicoativas, registou-se uma prevalência de:

- **21,6%** na Terceira – embora este valor esteja condicionado pela falta de participação de vários estabelecimentos de ensino desta ilha, como é referido no próprio relatório pela equipa de investigação)
- 34,3% no Faial
- 37,1% em S. Miguel
- 37,9% nas Flores
- 41,2% em S. Jorge
- 41,9% em Santa Maria
- 42,6% na Graciosa, e
- **52,4% na Ilha do Pico**

Ou seja, **entre 21,6 e 52,4%** dos jovens açorianos **entre os 12 e os 21 anos** de idade, revelaram experiências de consumo. Ou melhor, tiveram coragem de assumir experiências de consumo, o que mostra bem a urgência em atuarmos.

No Relatório n.º 4, que aborda a “Avaliação Diagnóstica da Saúde Escolar na Região”, quanto aos “Fatores Explicativos do consumo de substâncias psicoativas”, é feito um enquadramento da Ciência Preventiva como meio eficaz de evitar o aparecimento de problemáticas, como o consumo destas substâncias, incluindo o tabaco.

Isto leva-nos à questão seguinte:

Sra. Secretária Regional,

Por que motivo foi o tabaco excluído do presente estudo?

Quem foi o responsável por esta opção?

O Governo não pode olhar para o tabaco como uma fonte de receita através da cobrança de impostos. O tabaco é também um enorme foco de dependência aqui nos Açores.

Esta é uma lacuna grave do estudo realizado, porque sabemos que todos os estudos nacionais e internacionais apontam o tabaco como substância de iniciação dos jovens e adolescentes.

Em 2009, de acordo com o estudo patrocinado pelo Governo Regional dos Açores, tínhamos nesta Região:

- 68 mil dependentes de tabaco;
- 6 mil dependentes de álcool;
- 1.469 consumidores **diários** dependentes de drogas;
- 5.875 consumidores semanais; e 6.609 consumidores mensais de drogas.

O estudo agora apresentado pouco diz sobre esta matéria e, infelizmente, são mais as dúvidas que o mesmo nos coloca, do que propriamente as respostas.

Em nosso entender, questões cruciais ficaram por responder como por exemplo a descrição da evolução da problemática em cada ilha dos Açores e na população em geral ao longo dos últimos dez anos.

Ficou por fazer a apresentação alargada de dados referentes às instituições que na Região operam no âmbito das dependências. Onde estão os seus resultados? O que se sabe sobre as taxas de sucesso e insucesso? Quanto é que se tem investido e que resultados têm sido obtidos?

O presente estudo, em nosso entender, teve sobretudo o mérito de demonstrar as fragilidades da intervenção nesta matéria.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores está empenhado, como certamente estão todos os grupos e representações parlamentares e também o Governo Regional, em trabalhar para, com a máxima urgência, definirmos a nossa estratégia para prevenirmos e atacarmos o fenómeno das dependências.

Deputada Mónica Rocha (PS): Assim está melhor!

O Orador:

- A melhoria do funcionamento e eficácia das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência é um instrumento importante, e

por isso apresentámos em junho um diploma - que está em apreciação nesta Assembleia - para a criação de Comissões em todas as ilhas.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ah, isso foi o relatório que os senhores não quiseram aprovar!

O Orador:

➤ Entendemos, por outro lado, que é fundamental **reforçar o apoio às famílias.**

Aos pais e mães dos toxicodependentes que se deparam diariamente com este drama familiar, que têm que trancar à chave tudo o que tenha valor, e muitas vezes são agredidos pelo desespero dos filhos em recaída. Estas famílias precisam de informação, de apoio psicológico, de acompanhamento próximo; enfim, estas famílias precisam de ajuda a todos os níveis.

Mas é também fundamental investir nas famílias em geral, porque como é comprovado neste estudo, os problemas familiares constituem um fator de risco, mas a informação transmitida pelos pais é também um importante fator de proteção. A **família** é crucial e tem que ser devidamente considerada nas ações a implementar.

➤ Entendemos ainda que é também crucial apostar nas **Escolas**. O ambiente escolar foi apontado como um fator de risco em sete das nove ilhas dos Açores e o espaço escolar foi também indicado como um local de incentivo ao consumo, inclusivamente um local de consumo. **Há, por isso, que investir, com urgência, na intervenção nas escolas.**

Por último, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais,

➤ O Grupo Parlamentar do PSD/Açores considera ainda, que deve ser criado um **Observatório de Dependências dos Açores, ...**

Deputado Francisco César (PS): Ah, já cá faltava!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Faltava mesmo!

O Orador: ... um órgão não governamental, para monitorizar a evolução do fenómeno e proporcionar informação **sistematizada para apoio à decisão em matéria de políticas públicas** de prevenção e combate às dependências na Região.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) **Secretária Regional da Saúde (Teresa Machado Luciano):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. colegas Membros do Governo:

É com satisfação que o Governo se encontra nesta Assembleia para apresentar os resultados do estudo de caracterização dos comportamentos aditivos na Região Autónoma dos Açores, resultante de uma recomendação desta Assembleia de 2017 por proposta do Bloco de Esquerda no sentido de se proceder a uma análise sobre a problemática da toxicodependência.

Este estudo complementa os estudos de âmbito nacional com uma abrangência de amostra única no país e foi desenvolvido por uma equipa multidisciplinar na Universidade dos Açores. Uma vez que os planos nacionais e regionais têm vindo a incidir sobre as relações sociais e os meios envolventes do indivíduo, procurou-se, através deste estudo, preencher as lacunas existentes.

A investigação visou explicar a tendência de prevalências do consumo de substâncias na Região Autónoma dos Açores consideradas então superiores às observadas a nível nacional e teve um cariz inovador pois possibilitou o estudo de fatores de proteção e de risco para o consumo de substâncias psicoativas que

nunca foram avaliadas na população adolescente na Região Autónoma dos Açores.

A abordagem privilegia, por isso, a identificação e a intervenção sobre fatores individuais, isto é, biológicos, cognitivos, psicológicos e emocionais, que exercem influência determinante no consumo de substâncias ativas. O Governo entendeu dar prioridade aos jovens neste estudo uma vez que relativamente às prevalências dos consumos na população em geral já existem observações de âmbito nacional.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: O objetivo consistiu em definir linhas orientadoras para uma intervenção mais eficaz tendo em conta as particularidades da nossa Região. O estudo tem um grau de fiabilidade muito elevado, uma vez que incidiu sobre uma amostra de 12 mil jovens muito acima dos 1500 inicialmente previstos. Apresenta ainda uma grande vantagem uma vez que indica pontos comuns e divergências entre as nove ilhas, deixando-nos em condições de continuar com soluções adaptadas a cada realidade a par das medidas e programas transversais ao território e já em curso, permitindo otimizar os recursos existentes e potenciar os ganhos em saúde.

O projeto dividiu-se em quatro fases.

Numa primeira fase procurou aferir-se a perceção da comunidade sobre a problemática dos consumos de substâncias psicoativas através de entrevistas de grupo realizadas nas nove ilhas e até aos 65 anos.

A segunda fase teve como objetivo caracterizar os consumidores ligados ao Serviço Regional de Saúde partindo de dados de 2018. A este nível destacámos internamentos por problemas relacionados com o álcool, internamentos em comunidades terapêuticas, tratamento ambulatorio e cuidados de saúde primários.

Na terceira fase o objetivo foi caracterizar os consumos de substâncias psicoativas por jovens do ensino público regular com idades entre os 12 e os 21 anos, bem como identificar associações entre as variáveis sociodemográficas e dependências. As diferenças observadas entre as ilhas dos Açores poderão dever-se, segundo apontam os resultados do estudo, para diferenças sociais e culturais e para acessibilidade às substâncias psicoativas.

Nos comportamentos comuns às nove ilhas destacam-se os amigos como os agentes incentivadores mais frequentes e o grupo de pares na adoção de hábitos do consumo pelo desenvolvimento de sentimentos de pertença e de estatuto. As festas são um contexto de excelência.

Relativamente aos consumos, o álcool é a substância mais usada seguida da cannabis. O consumo de substância psicoativas é iniciado maioritariamente aos 15 anos de idade.

Procurou-se também identificar modelos explicativos dos comportamentos, dados que são essenciais na escolha de programas que promovam fatores protetores e reduzam fatores promotores de consumo.

Não menos importante é o facto de os consumidores de substâncias psicoativas reportarem elevada adesão a atividades de lazer, entre estas salientam-se o desporto e ver televisão.

Uma percentagem significativa dos consumidores inquiridos revelou ainda pertencer a grupos recreativos específicos.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. e caros colegas Membros do Governo:

Dos resultados atingidos destacamos o maior risco para a ocorrência destes consumos no início da adolescência, sendo que os amigos se revelam como principais responsáveis pelo incentivo e as festas como o contexto onde corre maior aliciamento de consumo.

A relação entre a idade e os comportamentos de consumo de substâncias psicoativas. Os primeiros anos da adolescência são mais propensos ao início dos consumos, fatores biológicos propiciam a desinibição, experimentação e impulsividade, facilitando o envolvimento em comportamentos potencialmente aditivos.

Existem correlações positivas entre o consumo de substâncias psicoativas e a utilização das redes sociais, bem como entre estes consumos e a dependência da internet, entre o tédio e o consumo das substâncias psicoativas, comportamentos de consumo de substâncias psicoativas e assertividade, daí a pertinência de se promoverem habilidades sociais nos jovens, e que já estamos a fazer.

O perfeccionismo, nomeadamente o socialmente prescrito, mostra-se associado ao comportamento de consumo de substâncias psicoativas. O estilo de tomada de decisão espontâneo revelou uma correlação positiva com o consumo de substâncias psicoativas. A variável da procura de sensações nas dimensões da desinibição e busca de aventura atinge o seu pico na adolescência e mostra-se positivamente associada ao consumo de substâncias psicoativas.

Existe correlação negativa entre jovens resilientes que percebem que o consumo de substâncias psicoativas constitui um risco para si próprios e, como tal, evitam esse comportamento.

A não-aceitação das emoções negativas e a dificuldade em envolver-se em objetivos, em controlar a impulsividade e em ceder a estratégia de regulação emocional propiciam também comportamentos de consumo.

As estratégias de *coping* encontram-se associadas a consumo de substâncias psicoativas.

As variáveis relacionadas com a família sugerem que os indivíduos com comportamentos de consumo apresentam dificuldades de vinculação aos pais, tendo vivido experiências adversas na infância.

A vinculação ao grupo social parece influenciar o consumo de substâncias psicoativas.

A satisfação, o envolvimento com a escola e o menor rendimento académico estão associados a menor recurso e ao consumo de substâncias psicoativas. A escola, ao providenciar uma experiência de sucesso aos adolescentes, faz com que estes evitem os comportamentos aditivos.

Os efeitos do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2018 de 28 de agosto, que aumenta a idade limite para consumo e a venda dessas bebidas de 16 para 18 anos, ainda não se faz sentir nos resultados deste presente estudo.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, caros colegas Membros do Governo:

Comparativamente a outras regiões destacamos que no consumo de álcool e cannabis a Região Autónoma dos Açores apresenta percentagens de experiência de consumo inferiores ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... quando comparados a estudos nacionais e semelhantes a estudos internacionais.

A quarta fase consistiu na avaliação de diagnóstico à saúde escolar na Região Autónoma dos Açores e resultou da elaboração de 10 medidas de orientação. Oito destas 10 medidas propostas já estão implementadas e constam do Plano de Ação Regional de Prevenção e Intervenção em Comportamentos Aditivos e de Dependência, que se baseia na intervenção comunitária e no desenvolvimento de redes locais de intervenção.

As duas medidas ainda não implementadas serão apresentadas no final de novembro e já fazem parte do plano de ação para 2020 após avaliação não só dos dados do estudo, mas dos resultados obtidos pela sondagem aos jovens acerca de atividades de lazer que os motivam, a ser levado a cabo ao longo do ano letivo escolar.

Acresce ainda a rede de referenciação das estruturas de intervenção e comportamentos aditivos em fase de conclusão, bem como o fórum regional ao álcool e saúde; a atividade realizada pelas equipas escolares junto da comunidade educativa; programas universais e seletivos como “Prevenir em Família e na comunidade”, programa “Eu e os Outros”, e o “Teatro do Oprimido”; ações de sensibilização acerca do consumo do álcool e outras substâncias psicoativas; manual de boas práticas em elaboração para o licenciamento de festivais, bares e outros pontos de venda; relatórios anuais do sistema de vigilância de comportamentos de risco; “Giros” – o programa aplicado no contexto recreativo; e o “ID – A tua marca na net” com o apoio da Fundação PT.

Muitos destes aspetos são trabalhados também em ações que envolvem os pais, bem como em ações com a comunidade escolar e a comunidade em geral para a aceitação dos comportamentos aditivos como um problema em saúde. O Governo Regional tem vindo a priorizar e ampliar a abordagem e as respostas no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências numa perspetiva transversal, intersectorial e integrada. É uma aposta importante no domínio das políticas deste Governo pelos riscos e custos inerentes a esta problemática na vida das pessoas, das famílias e da sociedade.

Já em consonância com o estudo, a nossa ação contempla intervenções no âmbito da prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos, tratamento e reinserção em oito contextos de intervenção: comunitário, familiar, escolar, recreativo, laboral, rodoviário, prisional e desportivo.

A realização deste estudo representa uma mais-valia para a nossa ação uma vez que identifica os fatores individuais, cognitivos, psicológicos e emocionais que influenciam a adoção de comportamentos aditivos e dependências; aponta para medidas de proteção e promoção da saúde.

Os resultados que apresentamos revelam a importância da articulação em redes territoriais, de entidades e agentes públicos e privados, para o desenvolvimento de soluções integradas e integradoras que promovam a saúde e comportamentos e estilos de vida saudáveis:

- Consubstanciam as medidas em desenvolvimento e as que deverão ser implementadas;
- Clarificam o caminho a seguir e vão permitir fechar o plano de ação de intervenção em comportamentos aditivos e dependências da responsabilidade da Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências para o período de 2017-2020;
- Salientamos a necessidade de reforçar medidas preventivas nas ilhas com percentagem mais elevada de adolescentes que referem ter experimentado substâncias tendo como público-alvo a população adolescente em geral;
- Dirigir medidas de prevenção de consumo de substâncias psicoativas a jovens com menos de 14 anos para prevenção;
- Diferenciar os conteúdos de programas e campanhas tendo por base a diversidade inter-ilhas;
- Dar prioridade ao contexto recreativo e escolar;
- Privilegiar programas que trabalhem as competências para lidar com pressão do grupo e variáveis de saúde mental como a resiliência, impulsividade, regulação emocional e tomada de decisão planeada.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, caros colegas Membros do Governo:

Conclui-se assim que apesar do bom caminho já percorrido há oceanos para navegar e cabos para dobrar, marés e tempestades para enfrentar, mas também oportunidades para fazer mais e melhor; mas a ilação mais importante será porventura a exigência de uma abordagem transversal a toda a sociedade na prevenção de comportamentos aditivos.

Este é um papel que pertence a cada um de nós enquanto governantes, políticos, cidadãos, pais, educadores, profissionais de saúde e de todos os setores vitais da nossa comunidade.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa já tem algumas inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pretendo tecer apenas umas considerações iniciais mas que creio que se impõe neste arranque do debate.

Estamos, ao contrário do que inacreditavelmente ouvimos daquela tribuna pela voz do Sr. Deputado Carlos Ferreira, perante um estudo complexo, de grande envergadura, exigente na sua leitura, pormenorizado e simultaneamente abrangente, sólido e cientificamente irrepreensível.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Começo, por isso, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por saudar os seus autores, uma equipa de excelência coordenada pela Prof. Dra. Célia Barreto Carvalho, pela qualidade irrefutável deste trabalho, saudando igualmente o Governo Regional dos Açores pela coragem com que olha esta problemática e pela coragem de ter querido ir mais além do desenho inicial deste estudo, aumentando o alcance e a fiabilidade dos dados.

Aproveito e saúdo também o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que fez, digamos, nascer este estudo com a aprovação desta Casa.

Esta opção de alargamento dos dados, tendo ditado, como se sabe, um ligeiro atraso na conclusão do estudo, é um ganho enorme para a compreensão desta problemática, tanto no todo do arquipélago como nas especificidades de cada ilha e para a delineação de estratégias que combatam eficaz e “direcionadamente” esta complexa problemática.

E se há aqui resultados que nos encorajam, e eles estão aqui, estão bem patentes, se há dados que nos colocam em patamares bem mais animadores do que os anteriormente conhecidos e nos fazem perceber ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que devemos estar numa boa rota, a verdade é que este problema, que muito nos preocupa, não deixa de convocar a nossa máxima atenção e todos os nossos esforços.

Para o Partido Socialista, um estudo desta natureza e sobre este assunto, obriga a uma reflexão muito mais aprofundada do que aquela que é possível fazer aqui esta manhã com esta figura regimental, mas aqui estamos, claro, como sempre desassombradamente; por isso é que a proposta do Partido Socialista foi outra, aprovada, aliás, por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais, uma proposta previamente anunciada neste plenário que visa uma audição ao Governo Regional em Comissão, sem grandes limites de tempo, ...

Deputada Maria Isabel Quinto (PS) e Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... sem os constrangimentos e a superficialidade a que necessariamente estamos sujeitos nesta discussão desta manhã, um momento que permita a todos os partidos uma sessão de trabalho detalhada ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e com a profundidade que este estudo nos merece e que devia merecer também ao PSD.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Quando entrou esta interpelação do PSD, a nossa audição já estava agendada e convocada, os senhores sabem-no bem, para a próxima semana. Portanto, além de tudo o mais, é uma falta de respeito pelo trabalho em Comissão.

Deputado Carlos Silva (PS): Já nos habituou a isso!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não é verdade o que está a dizer!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Mas enfim, é o PSD que temos.

Só quem não leu seriamente o estudo, só quem não percebeu (ou não quis perceber) a complexidade de análise que este nos exige, pode fazer este truque político do PSD. Sendo, é certo, um truque político legítimo, não deixa de ser isso e apenas isso, meus senhores: um “truquezinho”, uma finta de trazer por casa, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que não acrescenta nada, rigorosamente nada, à análise deste estudo mas que diz muito acerca deste PSD.

Deputado António Almeida (PSD): Não apoiado!

A Oradora: O PSD do espetáculo comezinho, da trica vulgar, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... da abordagem vazia e sem ideias, um PSD que não gosta de ninguém mas que já nem gosta de si próprio. Tenho a certeza de que um partido que se tenha em melhor conta não se afunda em opções destas.

Deputado Bruno Belo (PSD): O seu problema não é as dependências, é o PSD! Isso mostra bem como a senhora pensa em relação a esse problema que é bem grave!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Este estudo, cujos resultados e cujas diretrizes preventivas o Partido Socialista pretende perceber aprofundadamente, é agora uma ferramenta preciosa para o trabalho incessante que temos vindo a fazer em matéria de toxicodependências.

Se ao PSD só interessa o jogo, a nós interessa-nos o assunto. Se ao PSD só interessa o fim, a nós interessa-nos o processo.

Deputada Monica Seidi (PSD): É o estudo ou o PSD?

A Oradora: Se ao PSD só interessa a crítica fácil, a nós interessa-nos a construção sólida de soluções para as pessoas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nota-se!

A Oradora: É isso que os açorianos nos exigem e é por isso que continuam, como se confirmou há dias, a acreditar em nós.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Deputado António Almeida (PSD): Não apoiado!

Deputado Bruno Belo (PSD): Afinal a senhora ainda tinha três linhas para as dependências!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Luís Maurício pede a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Presidente da Assembleia, é no âmbito das palavras proferidas pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho de que esta bancada tinha usado um truque e um “truquezinho” ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Legítimo!

O Orador: ... de um partido vazio para debater essa matéria, e eu queria em nome da bancada do PSD defender a honra desta bancada.

Presidente: Para então, defesa da honra, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício. Dispõe de três minutos.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sra. Secretária Regional:

O PSD encara a matéria que hoje trouxe aqui a debate como uma matéria de extraordinária importância para todos os açorianos.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso não é verdade!

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: É uma matéria que certamente preocupa todos, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Menos o PSD!

O Orador: ... mas preocupará de forma particular quem sente na pele, quem sente nas suas casas este problema.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E vimos aqui com sentido de responsabilidade ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... possibilitar que esta Câmara discutisse um estudo apresentado em julho e que demoradamente ainda não tinha sido apresentado noutra local, nomeadamente na Comissão de Assuntos Sociais.

Entendemos que esta nossa postura é uma postura responsável. O que dirão as famílias açorianas, que têm no seu seio este problema, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... das afirmações da Sra. Deputada Renata Correia Botelho de que o PSD estaria aqui a usar um truque, um “truquezinho”, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Já não é a primeira vez!

O Orador: ... para abordar uma matéria de tão elevada responsabilidade e que atinge de forma tão grave os açorianos e as açorianas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): A demagogia!

O Orador: Neste sentido, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, e de forma naturalmente responsável e com o tom que não é por acaso que utilizo nesta minha intervenção, a bancada do PSD recusa por inteiro as palavras da Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): É defesa da bancada. Não posso ser eu?

Presidente: Quem profere as declarações é que tem que fazer a justificação das declarações que proferiu.

Deputado Francisco César (PS): É uma pena!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, é exatamente essa seriedade que nós pretendemos colocar neste assunto; é exatamente pensando nessas famílias, nessas pessoas, no sofrimento dessas casas que nós pretendemos discutir aprofundadamente, sem limites, sem constrangimentos regimentais, numa sessão de trabalho que visasse precisamente toda a profundidade que este estudo nos exige.

Os senhores sabiam perfeitamente que esta audição em Comissão estava agendada, estava convocada, quando fizeram entrar uma interpelação.

Deputado Luís Garcia (PSD): E não pode ser aqui, em plenário!?

A Oradora: Eu disse, e repito: é um truque legítimo, mas não passa disso. É um “truquezinho”, uma brincadeirazinha, no nosso entender, de muito mau gosto.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Brincadeirazinha? Brincadeirazinha??

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos dar continuidade ao debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Vamo-nos recentrar no que verdadeiramente nos interessa agora e a oportunidade que temos para falar sobre esta temática.

Sem dúvida que este estudo surge num cenário que não era animador para a Região, que não era animador para todos nós enquanto agentes políticos, não era animador para a sociedade na qual estamos inseridos.

Este estudo surge com os objetivos gerais de caracterizar os comportamentos aditivos na nossa Região, bem como a identificação de fatores de risco e de proteção subjacentes a estes mesmos comportamentos, considerando os dados preocupantes no que diz respeito ao consumo de substâncias psicoativas pois a Região dos Açores é uma das regiões do país onde maior se verifica a prevalência de consumo de qualquer droga ao longo da vida, tendo como referência o último ano ou das regiões onde se verifica um maior aumento de consumos recentes de qualquer droga, além de outros indicadores que demonstravam que efetivamente a dimensão desta problemática na nossa

Região era alarmante e como tal estamos aqui hoje perante este estudo de caracterização, uma proposta aqui do Bloco de Esquerda e que foi aprovada nesta Casa.

Ou seja, também este estudo foi o reconhecimento, julgo, de todos nós porque sem dúvida que esta temática nos preocupa a todos e nos deve unir a todos para que se consiga chegar e ter o efeito (as estratégias que são implementadas e as medidas que são implementadas) que é necessário ter para que esta tenha a dimensão que tem na nossa Região.

E, portanto, também este estudo foi o reconhecimento de que se calhar algumas das políticas de prevenção e de atuação que estão implementadas na Região não estavam a funcionar, há alguma coisa que efetivamente falha nas estratégias de prevenção, nas estratégias de intervenção, e, portanto, o cenário com o qual partimos era muito mau.

Agora surgem os resultados deste estudo, mais uma vez conclui-se, e após a caracterização das diversas ilhas, que efetivamente o fenómeno das dependências tem vindo a agravar, que o álcool, a cannabis e os medicamentos de forma indevida são substâncias psicoativas mais consumidas pelos jovens e em valores altamente preocupantes, e este estudo também é bem demonstrativo da realidade que existe pois existe uma realidade geral, existem variantes, efetivamente são iguais em todas as ilhas, mas depois existem especificidades de cada uma das ilhas.

Por exemplo, no caso dos jovens que atualmente não consomem substâncias psicoativas, em São Jorge temos apenas 42,2% enquanto na ilha vizinha do Pico já temos valores de 76,5%. Ou então no contexto de incentivo ao consumo. Enquanto a escola surge na Ilha do Pico em 4.º lugar com 9%, a verdade é que na realidade em São Jorge esta surge em 3.º lugar e já com uma percentagem de 24%.

E, portanto, estamos a falar de ilhas bastante próximas mas com resultados bastante diferentes. Esta é um dos fatores e das conclusões que realmente nos apraz, que é esta especificidade e diversidade que existe entre ilhas.

Nós defendemos efetivamente, e perante estes resultados, que qualquer intervenção adequada ao nível dos comportamentos aditivos exige que seja adaptada à realidade específica da população sobre a qual se pretende intervir, e assim, Sra. Secretária, eu pergunto-lhe se existirão estratégias locais e diferenciadoras de intervenção em cada uma das ilhas e, por exemplo, no caso específico de São Jorge, que medidas específicas serão tomadas.

Também lhe queria perguntar, e até porque em algumas das suas declarações após a conclusão do estudo e até mesmo agora daquela bancada, porque na conclusão do estudo temos oito diretrizes que são apresentadas e a Sra. Secretária diz: “Ah, mas oito das 10 já estão implementadas”. Também em algumas declarações públicas disse que existia certamente um caminho a percorrer mas que já muita coisa estava a ser feita. E a minha questão e a nossa ansiedade é o facto de termos agora aqui um estudo que retrata uma realidade bastante grave da nossa sociedade, com especificidades de cada uma das ilhas e que venha agora o Governo Regional dizer: “Temos aqui o estudo, sim senhor, um estudo de caracterização, mas já está tudo a ser feito”, e a verdade, nós julgamos, que não pode ser o princípio de pensarmos que já está tudo a ser feito porque se tudo estivesse a ser feito (e bem feito), não seriam estes os resultados que tínhamos aqui.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, muitas coisas estão a falhar e eu acho que o princípio tem que ser de detetar efetivamente ... não estamos aqui a desprezar nem a dizer que nada foi feito até agora, não é isso. Tem existido uma estratégia, tem existido medidas, mas a verdade, temos que ser humildes e reconhecer, é que

não estão a resultar, não estão a ter os resultados que nós esperamos, que cada uma destas bancadas, que as famílias, que os professores, querem alcançar.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Ninguém disse que estava tudo bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Portanto, eu acho que é necessário assumirmos o que é que não está bem, o que é que não está a resultar, aquilo que está feito, que caminho alternativo ou que mudanças é que temos que fazer para chegar onde queremos chegar.

E, portanto, o que eu lhe perguntaria era: dessas medidas que estão implementadas, a Sra. Secretária disse que das 10, oito estariam implementadas, quais dessas medidas é que então se vão manter, dessas oito que já estão implementadas que alterações vão sofrer perante este estudo (depreendo que se já estão implementadas, surge agora aqui novas informações que serão adaptadas à realidade que é retratada aqui), e de outras medidas, de outras ações que atualmente se pratica na Região, que caem por terra, digamos assim, perante estes resultados e que se observa que não fazem sentido continuar a fazer, uma vez que temos agora esta nova informação.

Também queria perguntar à Sra. Secretária, e uma vez e após as conclusões deste estudo, no verão a Sra. Secretária, e perante (deduzo eu) uma das substâncias mais consumidas com valores realmente muito elevados ser o álcool, surgiu e foi anunciado como medida de intervenção a disponibilização de mochilas de água nas principais festas de verão. E, portanto, eu queria-lhe perguntar, Sra. Secretária, se efetivamente foram distribuídas estas mochilas de água nas festas de verão, em que festas é que foram distribuídas, qual é o balanço que se faz da distribuição dessas mochilas de água nos festivais de verão.

Deduzo que tenham alcançado o que pretendiam, uma vez que também agora veio a Sra. Diretora Regional da Prevenção e Combate às Dependências anunciar a distribuição de mochilas de água nos recreios da escola.

E também me surge aqui uma questão, que é: perante a nossa sociedade atual, perante os nossos jovens, considera o Governo Regional que é este o caminho? É a distribuição destas mochilas de água nas festas de verão ou nos recreios que vamos conseguir chegar a números de consumos de substâncias psicoativas mais baixos? É este o caminho, Sra. Secretária?

E para terminar, e não posso deixar de lhe dizer e lamentar o facto, e ao lermos o estudo, de as unidades de ilha de São Jorge e do Pico, mas neste caso falo é de São Jorge, que é a minha ilha, não ter colaborado no estudo, de no próprio estudo ser reconhecido a falta de interesse em querer colaborar. Muito me admira, ainda por cima, uma unidade de saúde de ilha, que é tutelada pela Secretaria, um estudo que é promovido pela Secretaria, não reconhecerem nem terem colaborado com a equipa de investigação, e até salienta a equipa de investigação que a unidade de ilha indicou que não haveria interesse por parte dos participantes mas depois até no relatório os investigadores e a equipa de investigação ressalva e enaltece a atividade dos presidentes e a participação e o contributo dos presidentes do conselho executivo da Escola Básica e Secundária de Velas bem como das escola profissional, e quando conseguiram realizar essa parte do estudo efetivamente foi demonstrado que não era não existir interesse em participar, mas que afinal não tinham sido bem informados.

E, portanto, é de lamentar esta situação.

E eu queria também perguntar à Sra. Secretária: perante esta situação, uma vez que a sua Secretaria é que tutela a unidade de saúde de ilha, quais foram as medidas tomadas depois de ler isto? Porque acho que nenhum de nós gosta de ler o que está lá escrito de uma matéria com esta dimensão, com este interesse e

unidades de saúde de ilha acharem que não tem interesse nenhum, que é mais estudo e que certamente não servirá para nada.

E, portanto, só mesmo para finalizar queria só dizer que o CDS defende uma estratégia estruturada, consertada, articulada e específica para cada realidade das nossas ilhas. Por diferentes contextos, defendemos que este estudo e os seus resultados não fiquem apenas no papel, que tenham resultado numa concretização prática e que não seja, mais uma vez, o Governo a dizer: está tudo feito.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Governo nunca disse isso, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Creio eu que quando as Sras. e os Srs. Deputados aprovaram um Projeto de Resolução da autoria do nosso grupo parlamentar para a elaboração deste estudo, que o fizeram no sentido de termos mais um instrumento, não digo aqui “mais” como uma forma de subvalorizar o estudo mas como um instrumento que seria pertinente para o combate às dependências na Região.

E não seria certamente mais um estudo igual a todos os outros porque seria um estudo, e conforme nós constatamos é de facto um estudo que tem em conta as especificidades associadas a cada realidade de ilha.

Ora, e convém recordar, e não só recordar como sublinhar, que a história no combate às dependências demonstra que o caminho está na prevenção e na reabilitação, e isso faz-se nos domínios da saúde, da educação e da intervenção social e não por via da penalização. Aliás, o nosso país tem sido um exemplo a

nível internacional nesse sentido, porque o nosso país tem demonstrado que foi através da despenalização do consumo de substâncias ilícitas que se fez o caminho na prevenção e na reabilitação. Isso serviu para reenquadrar de forma mais devida e correta casos que eram de verdadeira saúde pública e não casos no domínio judicial.

Creemos que essa é a prova de que é necessário retirar a pressão comercial subjacente àquele que é um fenómeno que todos nós queremos combater, que é do tráfico de substâncias ilícitas, mais comumente conhecido como o tráfico de drogas.

Assim, manter a situação tal como está, ou seja, manter as substâncias ilícitas no domínio do clandestino e do tráfico só serve aos interesses obscuros de quem tem interesses na manutenção desta situação, ou seja, na área do tráfico de drogas.

Retirar a pressão comercial facilitaria inclusive estratégias de prevenção primária porque se retirarmos esta pressão comercial, e esta pressão comercial ainda mais reforçada está quando está no âmbito da clandestinidade, seria possível criar condições de acesso, evitando inclusive o início dos consumos e também reforçaria o devido enquadramento da prevenção secundária e terciária. Feito este enquadramento, centro-me agora naquele que é o estudo que está agora em apreciação. Este estudo reforça, mais do que isso, reconfirma, aquela que é uma conclusão que tem sido apresentada em todos os estudos quer a nível nacional, quer a nível regional, é que a substância mais consumida continua a ser o álcool, e como é também a mais consumida, é também aquela que traz mais prejuízos quer ao nível da saúde, quer prejuízos sociais.

Este estudo, não acrescentando, de facto, muito de novo naquilo que se pode fazer para evitar esses consumos, traz alguns contributos precisos para a forma como deve ser feita essa intervenção, e essa intervenção deve ser mais direcionada para evitar o consumo precoce quer de álcool, quer de outras

substâncias, e o caminho deverá ser através da elaboração e implementação de programas com enfoque no desenvolvimento da assertividade e na capacidade de tomada de decisão. E é por isso que vemos com bons olhos a implementação nos Açores do programa “Eu e os Outros”.

Creemos que é um bom exemplo mas a questão que eu coloco à Sra. Secretária é se este programa terá partido já destas conclusões e recomendações deste estudo; e se este programa se aplicará somente à Ilha de São Miguel ou se será aplicado às outras ilhas, e se aplicado a várias ilhas se este programa conterà também adaptações que digam respeito a aspetos que sejam específicos da realidade de cada uma destas ilhas, tal e qual como o estudo nos indicou.

Sendo um programa a ser aplicado em contexto escolar, porque foi essa a impressão com a qual eu fiquei, fica a faltar algo que é muito importante e que a própria primeira parte, digamos, o relatório preliminar deste estudo indica o relatório que contém os *focus group*, conclui que em quase todas as ilhas o consumo não se dá principalmente nas escolas, dá-se nas ruas, nas festas com os amigos, e por isso, seria importante também ter uma intervenção nessas áreas, nesses domínios.

Mas mais uma vez parece-me que os interesses económicos sobrepõem-se à saúde, isto porquê? Porque parece que no caso do álcool, a promoção da venda do álcool parece que importa mais do que propriamente estratégias de prevenção, aqui no âmbito até mesmo da prevenção primária.

O estudo, aliás, aponta que um fator desencadeador do consumo, e aqui quando falo em consumo refiro-me a todas as substâncias, inclusive o álcool, seria a projeção mediática do consumo, e o estudo até aponta para um meio muito específico, neste caso a internet.

Mas parece-me que existem outras formas de projeção mediática dos consumos, e aliás, não é grande novidade para os Srs. e Sras. Deputadas que há relativamente pouco tempo nós aprovámos um novo regime jurídico da venda e

consumo de bebidas alcoólicas na Região Autónoma dos Açores que um dos seus artigos dedica especial atenção àquela que é a matéria dos patrocínios, ou neste caso proibição de patrocínio. De acordo com este art.º 6.º da proibição de patrocínio, o patrocínio por marcas de bebidas alcoólicas estaria vedado a todos os eventos ou atividades, designadamente desportivas, culturais ou recreativas em que participem menores ou que se destinam a esse segmento etário.

Ora, interessava saber como é que isso está a ser cumprido na Região.

Deputado António Lima (BE): Não está!

O Orador: Eu, por exemplo, por mero acaso, nem precisei de procurar, veio-me parar às mãos o programa da 32.ª Semana Cultural das Velas, e tanto poderia ser das Velas como poderia ser de outro festival, ...

Deputado Francisco César (PS): As Velas dá jeito neste caso!

O Orador: ... e reparamos que tudo indica que é um festival, uma festividade, em que participam sobretudo jovens, ou que pelo menos é direcionado até muito para jovens. E qual não é o meu espanto quando abro o programa e reparo que há publicidade, e não vou aqui mostrar, como é óbvio, mas há publicidade a uma famosa marca de cervejas. Então, em que é que ficamos?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Deputada, responda a isto!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não há nas Sanjoaninas?

O Orador: É proibido a publicidade, o patrocínio de bebidas alcoólicas, ou não?

Sim, podia ter pegado nas Sanjoaninas. Aliás, em sede de Comissão aquando da apreciação deste mesmo diploma, eu perguntei ao Sr. Secretário se este art.º 6.º poder-se-ia aplicar às Sanjoaninas, como a outras festividades, e creio que a forma como se está a promover a venda de bebidas alcoólicas em festividades que se destinam inclusive a jovens, não está a ser feita da melhor forma, não deveria ser sequer feita.

E, portanto, continuamos a pugnar para que a norma relativa aos patrocínios no regime jurídico da venda e consumo de bebidas alcoólicas seja cumprida no que diz respeito à proibição de patrocínio, porque indo no sentido contrário, tal e qual como demonstra a realidade, estamos a contribuir para promover também o consumo de bebidas alcoólicas através da promoção destas mesmas substâncias.

Não deixa de ser interessante que o estudo aponta para seis grandes grupos de fatores de proteção dos comportamentos de consumo de substâncias psicoativas, entre os quais, e julgo que é até o 1.º domínio, é aquele que é o domínio social que incluem fatores económicos e do emprego.

Ou seja, tal e qual como este estudo foi feito por uma equipa pluridisciplinar, também a intervenção nesta área, ou seja, na prevenção dos consumos de substâncias psicoativas, deverá ter em conta aquelas que são as várias áreas, e aqui quando digo várias áreas é inclusive a área governativa.

É claro que seria expectável (e foi isso que aconteceu) que tenha sido a Sra. Secretária Regional da Saúde, digamos que, a dar corpo àquela que foi a apresentação do estudo, ou das suas principais conclusões, neste plenário. Mas também seria expectável que estivesse aqui o Sr. Secretário Regional da Educação, que estivesse aqui (como já estive ali sentada) a Sra. Secretária da Solidariedade Social, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está ali!

O Orador: Eu disse: “já estive sentada ali naquela bancada”.

... e porque não o Sr. Vice-Presidente? E porquê o Sr. Vice-Presidente? Porque o Sr. Vice-Presidente é aquele que tem a tutela do emprego ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não me diga que é disso que vai falar amanhã!

O Orador: ... e um dos grandes fatores de proteção dos comportamentos de consumo de substâncias psicoativas incluem também fatores económicos e de emprego.

Portanto, é verdade que o combate ao desemprego é importante, é através da promoção do emprego que também nós evitamos o consumo de substâncias psicoativas, mas é também importante dar perspetivas de vida às pessoas, isso também se faz através do combate à precariedade, e nessa matéria penso que o Sr. Vice-Presidente traria um contributo muito importante. E sendo verdade que o estudo não aponta medidas concretas nessa área, também não deixa de ser verdade que o estudo vê essa área como um fator de proteção, ou de risco, no comportamento de consumo de substâncias psicoativas.

E, portanto, este combate às dependências não é um combate que se cinge à saúde, é sobretudo, de facto, na área da saúde, na área da educação e na área social, mas vai além dessas áreas e seria importante, mais do que às vezes algumas campanhas mais ou menos mediáticas que se fazem, promover políticas de fundo, políticas estruturais que contribuam para que as pessoas tenham uma perspetiva de futuro para que se possam fazer projetos de vida, porque é isso que falta muitas vezes; é que as pessoas tenham um projeto de vida, estabilidade no seu futuro, que queiram de facto ter esperança e que têm garantias de que esse é um caminho possível. Caso contrário, as pessoas facilmente podem cair, de facto, no consumo de substâncias psicoativas.

Muito obrigado.

Deputado António Lima (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Vou agora passar a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP entende, e já o afirmámos aqui no passado, que a problemática da toxicod dependência, seja ela na Região Autónoma dos Açores, seja ela onde for, é um problema comum, é um problema que nos atinge a todos nós, é um problema que seria importante que não fosse trazido apenas por este ou por aquele partido como questão partidária, mas lamentavelmente na Região Autónoma dos Açores, em relação a alguns, isso infelizmente não se tem passado, porque por diversas vezes foi trazido para a análise da matéria, não só por determinado partido que tem todo o direito de o fazer, mas procurando colher frutos partidários e políticos desta problemática. Pensamos, efetivamente, que isso não deve acontecer e não é desejável que aconteça. Esta é uma questão comum, esta é uma questão da nossa sociedade, esta é uma questão para a qual tem de haver respostas concretas para elas. Entendemos e estamos de acordo que a audição da Sra. Secretária da Saúde teve tempo suficiente para ser efetuada, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ela está ali!

O Orador: ... mas alertamos que não é através deste tipo de discursos, seja de que grupo político for, que se irá resolver a problemática das dependências na Região Autónoma dos Açores.

Porque lamentavelmente hoje a problemática é uma problemática do meio citadino, do meio rural, é uma problemática das ilhas grandes e das ilhas pequenas. Portanto, em relação a esta matéria penso que, pelo menos para nós, é totalmente claro que tem que haver uma ação concreta em toda a Região Autónoma dos Açores.

Aliás, não vale a pena esquecer este fenómeno, porque nós temos que viver e lidar todos os dias e é discutindo-se aqui e na sociedade que vamos impedir o seu alastramento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Perante a gravidade desta situação todos esforços são bem-recebidos. O estudo é sem dúvida útil, mas devemos compreender que as raízes da questão são mais fundas e amplas e o combate necessário tem de ser feito a vários níveis da governação para lá da saúde.

Desde logo no sector da educação, onde o elevado número de alunos por turma e a concentração de milhares de crianças e jovens em “mega-escolas” dificultam a deteção e intervenção precoce em comportamentos desviantes.

Mas também no campo do emprego e na conciliação da vida profissional e familiar. O emprego, a precariedade de vínculo laboral, a falta de perspetivas de futuro tornam muitos jovens açorianos mais vulneráveis aos comportamentos de risco e mesmo à dependência. A ausência dos pais por horários laborais prolongados e instáveis favorece a desarticulação familiar, a ausência de comunicação no seio da família, facilitando também o surgimento de comportamentos desviantes.

Ainda a ausência de emprego constitui-se como uma enorme e dificilmente transponível barreira na recuperação de cidadãos toxicodependentes, tornando muito difícil devolver-lhes perspetivas de vida e uma verdadeira reintegração social.

Há uma componente económica e social, e não apenas do campo da saúde e dos comportamentos, que não deve ser ignorada.

Desejamos, pois, que este possa ser o mote que permita acelerar a materialização de um modelo de intervenção mais assertivo que radiquem em postulados científicos e, igualmente importante, na crescente necessidade, sobejamente sublinhada, de inventariar todas as dimensões da problemática.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Saúde, há relativamente pouco tempo, na última intervenção aqui neste plenário aquando da discussão de onde andariam os resultados deste estudo, comecei a minha intervenção referindo-me ao anterior Secretário a dizer que “não precisamos de nenhum estudo para saber que as taxas de reabilitação na Região ...” ...

(Pausa)

Está? Está resolvido, Sra. Presidente?

E agora o meu tempo é precioso, portanto, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Antes também era!

A Oradora: ... tudo tem que ser descontado e devidamente averiguado.

Posso? Pronto.

... “ ... que não precisávamos de nenhum estudo para saber que temos baixíssimas taxas de reabilitação quando estamos a falar de programas de baixo limiar”.

Estranhamente, quando olho para este estudo, a única coisa que se refere em relação às chamadas terapias de substituição, deixar as drogas duras, e estou a falar na parte do estudo em relação aos *group focus*, diz: “Dos utentes de 2018 que tiveram tratamento em ambulatório, de um total de 2628 mantiveram-se em tratamento 2547”. Mantiveram-se em tratamento um dia, uma semana, um mês? Que tipo de tratamento? Estamos a falar de metadona, estamos a falar de “suboxone”?

Pergunto: Sra. Secretária, com este tipo de dados que este estudo dá, tem dados suficientes para continuar na estratégia dos tratamentos de baixo limiar, continuando a Região a gastar milhões em terapias de substituição?

Em relação aos jovens, que é a segunda parte do estudo, este estudo foi aprovado nesta Assembleia com o principal argumento de que os resultados apresentados pelo SICAD a nível nacional não eram capazes de dar informação de diagnóstico específico em relação à realidade das nossas ilhas. Nesse estudo do SICAD, o principal problema dos jovens da Região era o consumo dos chamados “novas substâncias psicoativas” em que a Região tinha taxas de consumo de incidência de 10,3% comparativamente com a média nacional de 5%. Ou seja, a prevalência de consumos destas substâncias na Região estava no topo a nível nacional e o dobro da média nacional. Estranhamente, este estudo não fala uma única palavra sobre as novas substâncias psicoativas. Fala do álcool, fala de medicamentos, fala de LSD, etc., etc., etc., ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): A senhora não leu o estudo! Claro que fala!

A Oradora: Sr. Deputado, faça chegar à Mesa os resultados que estão no estudo sobre as novas substâncias psicoativas.

... e isso provavelmente explique um resultado gravíssimo que encontra na página 124 onde os jovens são inquiridos sobre aquilo que acham que é a consequência de consumirem substâncias psicoativas. 65% diz “ressaca”, isso é vulgar de Lineu, provavelmente aqui está-se a falar em álcool porque ainda por cima o estudo não desagrega o tipo de informação pelo tipo de droga, portanto, quando se fala em 65% de ressaca se calhar estão a falar em relação a terem ido a uma festa e é em relação ao álcool.

Mas o que é verdadeiramente preocupante são os 30% que vêm a seguir em que os jovens dizem que perdem completamente a noção da realidade. Que drogas são estas que estão a ser consumidas na Região em que há vários casos nas unidades de psiquiatria de saúde de ilhas a serem notificados de jovens a aparecer com distúrbios estranhíssimos, de desorganização ao nível psicológico e que resulta exatamente destas novas drogas, em que nada é dito em relação a isto neste estudo.

Finalmente, quando nós falamos do consumo nas escolas, em que o Deputado Paulo Mendes diz que parece que não há consumo nas escolas, o gráfico que dá percentagem em contexto escolar dá uma média regional de 28,6%. Ou seja, 28,6% dos nossos jovens consomem drogas nas escolas. Pressupõe que não seja álcool porque é muito mais difícil de levar garrafas de álcool para dentro da escola, portanto, pressupõe outro tipo de drogas que seja mais fácil de introduzir na escola.

Mas se formos ver por ilha, temos ilhas que estão acima da média regional. Na Terceira há 32,5% de consumos nas escolas, no Faial 34%, na Graciosa 37% e nas Flores 77% dos nossos jovens consome droga na escolas.

E eu pergunto-lhe, Sra. Secretária: ninguém vê os jovens a consumir droga nas escolas? Ninguém sinaliza estes consumos? Ou ninguém quer ver porque não quer sinalizar?

E pergunto-lhe quais são os mecanismos que neste momento existem na Região que permita a quem está em contexto escolar, sejam os técnicos que estão a tomar conta das crianças, sejam os professores, sejam os conselhos executivos, quem tem obrigação de fazer esta sinalização nas escolas? Não podemos ter escolas na Região em que quase 80% dos jovens consumem droga dentro das escolas e ninguém vê e ninguém sabe!

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: E só para concluir. As diretrizes, que seria a parte mais importante, e que são 10 e que o Governo diz que oito já tem feito, não me admira nada porque as oito primeiras são criação de comissões, criação de comissões para fazer medidas, criação de comissões para implementar medidas, criação de comissões para fazer os programas das medidas, e a oitava ou a nona diretriz, aquilo que aponta para o controlo do consumo na Região, é através da penalização.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Sra. Deputada independente esgotou também o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Havia, efetivamente, muito mais a dizer ao requerente desta interpelação, mas como estamos efetivamente numa interpelação ao Governo Regional, Sra. Secretária, é para si que me irei dirigir.

Em primeiro lugar, e antes de entrar na substância desta interpelação, deixe-me agradecer-lhe esse estudo, a forma corajosa como o Governo Regional dos Açores foi mais além, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... muito mais além, do que aquilo que era proposto pelo Bloco de Esquerda e por aquilo que foi aprovado por unanimidade nesta Casa.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, enaltecer os profissionais que contribuíram para este estudo, para elaboração desta caracterização que muito mais do que números, é uma caracterização qualitativa e que eu julgo que seria inédita na nossa Região e no nosso país.

Em terceiro lugar, Sra. Secretária, falar-lhe de alguns factos.

O Partido Socialista foi o primeiro a querer discutir os resultados deste relatório.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: A Sra. Secretária Regional da Saúde sabia que no último debate sobre o mesmo assunto nesta Casa foi marcado quando já se sabia da apresentação pública deste relatório?

A Sra. Secretária Regional da Saúde sabia que foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que disse que um estudo de caracterização deste género merecia uma discussão clara, ampla e muito esclarecedora entre esta Casa e o Governo Regional?

A Sra. Secretária Regional da Saúde sabia que esta discussão irá acontecer na próxima semana?

A Sra. Secretária Regional da Saúde sabia que numa Comissão não há limite de tempo, limite de interlocutores em toda as rondas que possam existir?

Deputado Luís Maurício (PSD): Agora dá jeito dizer isso!

O Orador: A Sra. Secretária Regional sabe ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Se o Sr. Deputado Luís Maurício me deixar continuar e se acalmar um bocado ...

(Corte na gravação)

... saúde sabe, e eu sei que a Sra. Secretária Regional da Saúde sabe, eu nunca pensei é que o PSD se fizesse de cego, surdo e mudo relativamente a estes factos e quisesse de alguma forma dizer que lidera a discussão deste assunto na nossa Região; mas deixe-me dizer-lhe, Sra. Secretária, sabe quantas propostas tem o PSD nesta legislatura sobre esta matéria? Uma. Uma proposta!

Deputado Bruno Belo (PSD): Quantas tem o PS?

O Orador: E o Partido Socialista tem um programa eleitoral que foi a sufrágio, que está implementado, temos um programa do Governo, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... temos uma Direção Regional e temos uma Secretaria que trabalha todos os dias sobre esse problemática.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Se a Sra. Deputada Mónica Seidi também se acalmar, eu poderia continuar a minha intervenção.

Presidente: Sr. Deputado, pode continuar.

O Orador: Portanto, Sra. Secretária Regional, deixe-me dizer-lhe que o Governo Regional e esta Assembleia contarão sempre com o Partido Socialista para respeitar todos os assuntos e os açorianos contarão sempre com o Partido Socialista para a estabilidade das nossas instituições democráticas.

Sra. Secretária Regional, vamos agora à substância desta interpelação.

Deputado António Almeida (PSD): Só agora?

O Orador: Este estudo de caracterização, como nós sempre dissemos e acreditávamos que iria ser, permitirá que os decisores políticos e os profissionais envolvidos nesta matéria:

Primeiro: tenham na sua posse dados que aprofundam o seu próprio conhecimento;

N.º 2: baseiem as suas decisões em dados ainda mais concretos;

E em terceiro lugar: melhorem continuamente a sua ação com base numa informação mais detalhada, mais localizada e com os intervenientes ainda melhor identificados.

Salientar o trabalho dos profissionais envolvidos nesta matéria, e permitam-me destacar e sinalizar, e até dizer a todos estes profissionais, como por exemplo as forças de segurança pública e outras, há muitas na nossa Região, que, ao contrário do que diz o PSD, fazem um trabalho essencial ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... na sinalização e também no combate.

Para finalizar esta minha primeira intervenção, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com base neste estudo e até com base no trabalho que foi desenvolvido pelo grupo de trabalho sobre políticas públicas a crianças e jovens na nossa Região, gostaria de partilhar aqui algumas notas que me parecem importantes na discussão sobre esse assunto.

Nós somos todos agentes dos resultados desta caracterização, e somos todos agentes responsáveis pela sempre necessária melhoria contínua que se deve levar a cabo na nossa Região, e porque não dizer em todo o mundo.

Somos todos responsáveis nas nossas freguesias, nos nossos concelhos, nas nossas famílias, nos nossos grupos de amigos. O nosso contributo é essencial, é essencial que cada um de nós nesta Casa, no Governo Regional, nas autarquias, nas instituições, nas associações, trabalhemos sempre com a finalidade de termos uma Região mais saudável.

Para isso, Sra. Secretária, conte com este Grupo Parlamentar e conte com este Partido Socialista porque para isso trabalharemos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas.

Eram 11 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima, a quem lhe dou a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi aqui referida a questão do patrocínio das festas e festividades por bebidas alcoólicas, nomeadamente por marcas de cerveja. Eu queria lembrar que aquando o Diploma 10/2018/A eu chamei aqui a atenção que devíamos ser claros nessa redação e devíamos ser muito claros para proibir o patrocínio e a publicidade de marcas de bebidas alcoólicas, quaisquer que sejam, nas festas e festividades dos Açores, e chamei aqui a atenção na altura àquela publicidade nacional que era “Sagres, a nossa Seleção”. Quando isso estava dito, estava tudo dito.

E, portanto, o que se pergunta à Sra. Secretária é como é que interpreta o n.º 1 do art.º 6.º do DLR 10/2018/A.

E eu que perguntei na altura ao Sr. Secretário da Saúde o que é que ele entendia por isto, e ele entendia que era a não-publicidade e o não-patrocínio de festas por marcas de cerveja, e há uma até que é mais predominante do que todas as outras, vá-se lá saber porquê. Há de ter uma explicação também. Porque é que há uma que patrocina mais que as outras.

E, portanto, o artigo diz: “É proibido o patrocínio ...”, patrocínio Sra. Secretária!, “... por marcas de bebidas alcoólicas, seja qual for a forma que revista, de eventos ou atividades, designadamente desportivas, culturais ou recreativas em que participem menores”. Nas nossas festas todas participam

menores. Todas! Nas Sanjoaninas, no Monte Verde, nas Velas, em Santa Maria (na Maré de Agosto), em todas participam menores.

E, portanto, porque é que não se aplica a lei nos Açores, Sra. Secretária? É a pergunta que tenho para lhe fazer.

Ou o que é que isto quer dizer? Ou se é necessário alterar esta lei para que ela seja mais precisa. Como é que interpreta este n.º 6 da proibição do patrocínio.

O Sr. Secretário da altura, discutimos isso, e ele disse-nos que queria exatamente dizer isto: proibir o patrocínio de festas e festividades por marcas de bebidas alcoólicas.

Portanto, eu quero saber a resposta que tem para dar a isto, e se a fiscalização de atividades económicas por acaso fiscalizou, se detetou que havia menores (e estavam os balões das cervejas a fazer publicidade e a patrocinar a festa) e como é que atuou.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. caros colegas Membros do Governo:

Relativamente às respostas, porque são muitas, vou colocar aqui por tópicos e penso conseguir responder na sua maioria.

Ao Deputado Carlos Ferreira, que foi quem iniciou.

Vou dizer o tópico e depois ir dando aqui as respostas.

Relativamente às famílias que falou. É já privilegiado em diversos programas da parentalidade, damos como exemplo o “Prevenir em família e comunidade” e o “Trajeto Seguro 0”.

Foram criados grupos de autoajuda mas as famílias não aderiram devido a dificuldades de partilha e receios de estigmatização, mas são seguidas em

consulta mesmo que o familiar afetado não pretenda tratamento. Ou seja, o familiar afetado não pretende tratamento mas a família é seguida em consulta.

A ausência de comparação de estudos de 2005 a 2010, que nos falou. O objetivo não foi comparar mas foi tirar uma fotografia, isto é, conhecer a realidade para melhor intervir, uma vez que já existe um plano, que esse plano está a ser implementado e, portanto, com essa fotografia vamos conseguir melhor intervir nas diversas áreas.

A reabilitação. Há que ter em conta que a toxicodependência é uma doença crónica como é a diabetes ou a hipertensão e é de fator multicausal. Nem todos cessam consumo mas podem ter uma vida funcional, podem ser ativos e estar integrados em programas e fazer a sua vida normal, nomeadamente no âmbito do seu trabalho.

O elevado consumo que também falou, a primeira parte do estudo incide sobre a perceção. Por esse motivo podem os dados aqui ser relevados. A terceira parte do estudo assim o comprovam e não corresponde cabalmente à realidade.

Portanto, a perceção é de que havia maior consumo e os resultados que nós temos é que há diminuição de consumo, sendo os mais consumidos o álcool e a cannabis, como já foi apresentado quer por mim, quer por si.

A monitorização que falou. Prevalências de consumo na população em geral já temos mas não dão orientações para medidas políticas. É importante conhecer comportamentos e fatores pessoais, nomeadamente psicológicos, cognitivos, entre outros.

A idades precoces de consumo que falámos e que todos sabemos que mais precocemente são mais hábeis ao consumo. Em relação à idade precoce do consumo, tem mais a ver com a questão do álcool que está fortemente enraizado nos valores culturais de algumas das ilhas.

A Ilha das Flores é um exemplo. Porquê? Porque são mais aliciados, que têm um consumo mais tardio, portanto, iniciam aos 16, e cessam mais cedo.

Porque é que se privilegiou a população jovem? Porque temos de ter conhecimento das causas para prevenir porque assim conseguimos atuar de outra forma.

Destacamos a intervenção nos espaços recreativos noturnos através do programa “Giros” em contexto de festa, o mais referido enquanto espaço de incentivo a estes consumos. Neste momento, o programa “Giros” está implementado nas nove ilhas dos Açores. É um programa de prevenção e minimização de risco em contexto noturno e este ano foram abrangidos mais de 13 mil jovens em contexto de festa em todas as ilhas; dá apoio aos jovens e orientações para se irem hidratando e regulando o comportamento de consumo. Tem uma carrinha com jogos interativos onde os jovens confrontam com as consequências desses consumos.

Em contexto escolar temos um novo paradigma de saúde escolar em parceria com estruturas da comunidade que intervêm de acordo com o ciclo de vida a nível do desenvolvimento da criança. As equipas de saúde escolar estão neste momento no terreno organizadas a tempo inteiro e em parceria com a comunidade a intervir de outra forma.

A exclusão do tabaco porquê? A ação do terreno tem sido reforçada, já existem dados, aliás, relativos a 2017 e 18 que são públicos sobre o consumo de tabaco. O plano de ação de combate ao tabagismo vai ser apresentado no dia 17 de novembro, que é o Dia Nacional do Não Fumador.

Relativamente ao tabaco, também reforçamos que todas as unidades de saúde de ilha têm programas de cessação tabágica, consultas multidisciplinares que atuam nesta área e que neste momento existem implementadas nas nove ilhas.

Criação do observatório das dependências. Está prevista no plano de ação a criação de uma estrutura de monitorização dos comportamentos aditivos e das dependências.

Deputada Catarina Cabeceiras, relativamente às suas questões. As estratégias específicas por ilhas: sim. Existe um plano de ação que será apresentado no final de novembro e está pensado com base em redes territoriais. Já existem estratégias específicas para cada uma das ilhas e agora com estes resultados e atendendo aos fatores (aos positivos e aos negativos) vamos adaptar ainda melhor o plano de ação e o que temos já feito e a decorrer.

As medidas implementadas correspondem a trabalhos em curso, isto é, vão sendo desenvolvidas gradualmente, aproveitando-se para proceder a ajustamentos e a reforços.

Falou na questão dos estudos e porque é que não comparávamos estudos. Os estudos não são diretamente comparáveis com outros estudos em termos de amostra, devem ser tomados em consideração apenas os estudos citados neste estudo porque têm populações idênticas e assim são comparáveis.

As mochilas de água foram implementadas em atividades com crianças e jovens em algumas festas, houve a preocupação de serem criados pontos de água potável em todas estas festas, articulando com o IRAE e com a Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências e produtores de eventos. Exemplos: a Festas da Praia, a Sanjoaninas, o Monte Verde, a Maré de Agosto, entre todas as outras. A equipa de “Giros” também disponibilizou água nestes festivais e no fórum regional do álcool, que recorde temos como parceiros mais de 40 instituições, estão a ser criados Manual de Boas Práticas com recomendações a serem implementadas para os produtores de eventos.

A questão dos contextos de amigos que a Deputada Catarina também falou. Estão a decorrer sessões de empoderamento dos jovens para lidar com a pressão do grupo através da metodologia do “Teatro do Oprimido”.

A necessidade de multidisciplinidade. O plano de ação 2017-2020 tem em conta a intervenção das diversas áreas e departamentos governamentais

(educação, segurança social, emprego, entre outras), temos ações articuladas também no âmbito da estratégia de combate à pobreza e exclusão social.

Deputado Paulo Mendes, patrocínio das bebidas alcoólicas. O Decreto Legislativo 10/2018 de 28 de agosto, regime jurídico da venda e consumo de bebidas alcoólicas na Região Autónoma dos Açores proíbe o patrocínio por marcas de bebidas alcoólicas de eventos em que participem menores. A proibição não é de publicidade, é uma proibição de patrocínio. O conceito de patrocínio implica não obter ganhos por parte do patrocinador. Como as bebidas alcoólicas patrocinam mas ficam com a exclusividade da venda, cai na publicidade e não no patrocínio. Portanto, aqui esta questão.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uma questão de semântica!

A Oradora: Que tipo de tratamentos estão a ser feitos? Prevenção indicada com intervenções breves, programas livres de drogas em ambulatório, internamento e comunidade terapêuticas, programas de substituição de opiáceos.

Sinalização dos consumos nas escolas. São sinalizados jovens para as CDT e para a Saúde Escolar, à porta das escolas a polícia sinaliza para as CDT.

As taxas de reabilitação que também falou. A intervenção é um fato feito à medida, isto é, depende de cada indivíduo. Para uns pode ser consumir em condições de menor risco, para outros indivíduos pode ser a abstinência total e para outros a funcionalidade, por isso não surgem taxas de reabilitação em nenhum relatório, por exemplo, do SICAD. Desafio a quem encontrar taxas de reabilitação nos estudos do SICAD que nos facultem para também podermos analisar.

E tenho dito.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado ...

Ah, para se inscrever. Peço desculpa, entretanto foram tantas mãos no ar.

Para uma interpelação, Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Uma interpelação à Mesa só para registar que as questões que foram colocadas em relação aos consumos de droga dentro das escolas e quais os mecanismos que existem na Região para fazer a notificação destes consumos não foi respondido pela Sra. Secretária.

Muito obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não é uma interpelação à Mesa!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, era a si que lhe ia dar a palavra.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** (*PSD*): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais e Srs. Secretários Regionais:

Agradeço em primeiro lugar os esclarecimentos que foram prestados pela Sra. Secretária Regional e gostaria também de esclarecer que esta bancada não colocou em causa a metodologia técnica da equipa de investigação. O que nós questionámos, e é para isso que aqui estamos, foram as opções do Governo Regional relativamente à forma como decidiu promover a realização do estudo. E relativamente à questão da idade, Sra. Secretária Regional, continuamos sem perceber por que motivo foi reduzida a idade, se pretendia que fosse uma amostra representativa de toda a população dos Açores para um universo dos 13 aos 21 anos. A Sra. Secretária acabou de referir que considerando que a adolescência é a fase de maior risco se optou por centrar nesta faixa etária, mas a verdade é que assim não temos efetivamente uma fotografia (foi o termo utilizado pela Sra. Secretária) da Região Autónoma dos Açores e de cada uma das ilhas; temos uma fotografia da população estudantil.

E convém lembrar, porque o já dissemos também, que os consumos mais grave ocorrem precisamente fora da idade estudantil e de indivíduos que estão fora do sistema de ensino e, portanto, consideramos que seria fundamental que o estudo correspondesse efetivamente ao que foi aqui aprovado na Assembleia sob proposta do Bloco de Esquerda, aprovado por unanimidade e que eu vou citar:

“Recomendar ao Governo Regional dos Açores que elabore um estudo sobre a problemática da toxicodependência na Região do qual resulte uma caracterização da situação atual, com particular enfoque nos consumidores, nomeadamente, quanto ao escalão etário, género, situação perante a escolaridade e o emprego, condições socioeconómicas, tipologia e padrões de consumo e área geográfica de residência”.

Ou seja, o Governo Regional restringiu o escalão etário, eliminou aqui a situação perante o emprego, porque se reduz à população estudantil, deixou de fazer sentido esta nota em relação ao emprego, e, portanto, há aqui uma opção política que faz com que nós hoje tenhamos uma fotografia da população estudantil mas não tenhamos um retrato da realidade da Região Autónoma dos Açores em cada uma das ilhas e para toda a população.

E relativamente aos comportamentos aditivos é também fundamental lembrar aqui o que foi assumido pelo Governo Regional na pessoa do então Secretário Regional, Dr. Rui Luís, e que está no diário das sessões do dia 18 de janeiro de 2017.

Afirmou o Sr. Secretário Regional, Dr. Rui Luís, e cito: “Como é óbvio, o nosso entendimento, Sra. Deputada Zuraida, é que de facto vamos falar de comportamentos aditivos e dependências de uma forma global, em que vamos incluir, como é óbvio, o álcool, o tabaco, mesmo a questão da medicação não prescrita, o jogo, a internet, portanto, todas aqueles comportamentos aditivos que, hoje em dia, os jovens, na nossa sociedade, têm à sua disposição e estão

nos seus comportamentos. Como tal, este é o nosso entendimento, portanto, por aí não haverá qualquer problema”.

Pois, Sras. e Srs. Deputados, não foi isto que foi feito e, portanto, o Governo Regional assumiu neste Parlamento um compromisso que não cumpriu, e, portanto, nós temos o direito e o dever de questionar as opções do Governo Regional e as consequências dessa opção para o futuro e para a prevenção e combate às dependências nos Açores.

Relativamente ao que foi também referido, Sra. Secretária, eu tenho que insistir. O Governo sabe ou não sabe quais são os resultados do tratamento das dependências? O Governo Regional que investe, e bem, na reabilitação, no tratamento das dependências, sabe ou não sabe qual é o resultado dessa reabilitação, sabe ou não sabe qual é a taxa de reincidência, sabe ou não sabe quanto é que investiu na última década nesta matéria?

Para terminar, quanto aos fatores de risco e de proteção identificados e que a Sra. Secretária, e muito bem, descreveu na tribuna, tenho também que insistir e perguntar se para além das medidas que a Sra. Secretária enunciou como estando já em execução, face aos resultados dos fatores de risco e de proteção identificados, se o Governo Regional considera ou não que é necessário reforçar as medidas relativamente às escolas e às famílias açorianas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Dionísio Faria Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria Maia (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo do Partido Socialista e a sua bancada parlamentar apoiaram incondicionalmente este estudo proposto pelo Bloco de Esquerda nesta Assembleia e já foi aqui dito, e volto a realçar, que está sempre disponível para

debatê-lo, preferencialmente com as informações e pareceres que possam enriquecer o seu debate e a procura de melhores soluções.

Já aqui congratulámos a equipa coordenada pela Professora Célia Barreto Carvalho da Universidade dos Açores e os investigadores Carolina Pereira e Marco Teixeira pelo excelente estudo que nos trouxeram, e tenho que repudiar a insinuação agora feita de ingerência do Governo no modelo de estudo a aplicar. Têm capacidade científica suficiente para, com aquilo que têm que trabalhar, elencarem o melhor estudo possível.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Trata-se, no meu entender, do melhor e mais completo estudo epidemiológico qualitativo e quantitativo que alguma vez foi feito numa Região insular com uma caracterização minuciosa, tão complexa, que será certamente e continuamente uma ferramenta base para o estudo e aferição do sucesso das medidas implementadas ou a implementar.

Em segundo lugar, volto a manifestar o nosso tributo às forças de segurança e de investigação (PSP, GNR, SEF, Polícia Judiciária) pelo excelente e contínuo trabalho de combate ao tráfico, comercialização e consumo de substâncias ilícitas numa Região com tantas particularidades fronteiriças e de cobertura, ação fundamental e complementar nesta luta que deve ser de todos e para o bem de todos.

E confessar uma desilusão. Com esta iniciativa o PSD tentou matar o estudo à nascença, desvalorizando o melhor e o mais completo estudo que se fez na Região para caracterização do problema, impedindo que fosse escalpelizado em comissão própria e com base num universo temporal se avaliassem as ações já implementadas, algumas até antecipadas às recomendações do estudo, e Sra. Deputada Graça Silveira, tão válidas como quaisquer outras que sejam recomendadas por outras estratégias.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (*Independente*): É criar comissões, comissões ...!

O Orador: Embora eu reconheça a preocupação e a leitura que o Sr. Deputado Carlos Ferreira fez do documento, o PSD insiste em não querer aprofundar o conhecimento desta matéria, e de outras que chamou a debate, porque não quer fazer parte das soluções e enveredou pela política espetáculo e de arremesso como arma de sobrevivência.

Deputado António Almeida (*PSD*): Não apoiado!

O Orador: Mas que fique bem claro que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ...

Deputado Luís Rendeiro (*PS*): Isso não é para si!

O Orador: ... tal como tinha proposto, pretende continuar a estudá-lo, a retirar as ilações necessárias à implementação de ações de dissuasão, combate e tratamento, porque este estudo marca uma viragem no conhecimento deste problema e discuti-lo-á sempre no contexto científico e das políticas já implementadas e as nele recomendadas.

Obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, tinha pedido a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Também considerando o nosso horário, vamos interromper os trabalhos por agora e regressamos às 15 horas.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa para anunciar os tempos restantes para a vossa organização da parte da tarde.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 10 minutos e 15 segundos, o Partido Socialista de 16 minutos e 57 segundos, o PSD de 10 minutos e 29 segundos, o CDS de dois minutos e sete segundos, o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo, o PCP tem seis minutos e seis segundos, o PPM tem os 10 minutos, e a Deputada Independente Graça Silveira esgotou também o seu tempo.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos então às 15 horas.

Eram 12 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Vamos continuar o debate da interpelação que interrompemos durante a manhã, e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O relatório que estamos a analisar no âmbito desta interpelação, é um relatório que sobretudo demonstra bem o enorme falhanço da gestão do Governo Regional nesta matéria porque é evidente que quem governa há 23 anos tem responsabilidades em relação ao estado a que a situação chegou.

É um retrato ...

Deputado Francisco Coelho (PS): E o espelho, Sr. Deputado?

O Orador: ... pouco agradável, é um retrato que demonstra a incompetência do Governo nesta matéria e a forma como não centralizou este assunto no âmbito da sua ação política, uma ação política em que o Governo tem posições

diferentes. Já criou uma Direção Regional especificamente para combater o problema, depois entretanto abandonou a ideia, extinguiu a Direção Regional competente; depois voltou a criar outra vez uma entidade especificamente vocacionada para a gestão das políticas nesta área.

Portanto, há aqui uma flutuação, não há um plano, não há um objetivo, não há uma prioridade bem definida no âmbito das políticas de combate à toxicodependência e ao consumo de drogas na nossa Região. Eu fico absolutamente chocado com os níveis de consumo em algumas das nossas ilhas na Região Autónoma dos Açores.

E depois é o próprio relatório que refere que existe esta perceção, que é uma perceção que a população tem e é uma informação que o próprio relatório reafirma. Vejam bem, e vou ler: “A análise revelou também que os participantes sustentam em todas as ilhas, com exceção do Corvo, a existência de consumo de substâncias psicoativas nas escolas, referindo que o acesso a estas substâncias está cada vez mais fácil, principalmente para os jovens”. É a perceção geral e é o testemunho de quem foi entrevistado por parte de quem realizou este relatório.

Portanto, estamos aqui a confrontar-nos com um problema que é cada vez maior. Há uma negligência estratégica por parte da Região, do Governo Regional, em relação a esta matéria, e como a população sustenta, como os intervenientes sustentam, há uma cada vez maior liberdade de acesso às drogas nas nossas escolas. Porquê? Porque não são contratados o pessoal auxiliar que tem que ser contratado, muitas das nossas escolas hoje em dia vivem com faltas de pessoal, temos os nossos espaços escolares que não estão convenientemente vigiados porque as forças policiais ...

(Aparte inaudível)

A mim não me interessa o que é que ganho (isto é a responder a um aparte), já vi que não ganho muito em termos de votos, mas ganho aquilo que a minha consciência me dita. Eu não estou aqui para fazer ... até estou à vontade. O facto de não ter voto até estou à vontade, porque digo aquilo que penso sobre o assunto e digo aquilo que considero que é uma prioridade e o que vos tenho a dizer, ao Governo Regional muito frontalmente, é que os senhores têm que assumir que isto é um problema! Isto é um problema que está a destruir o futuro de milhares de jovens na nossa Região! Esta é uma prioridade que os senhores têm que assumir porque depois temos aqui um conjunto de diretrizes, um conjunto de estratégias que estão aqui definidas mas é algo que há de ser feito, é algo que tem que ser feito e executado com rapidez, é algo para o qual têm que ser as escolas, as diversas entidades competentes, dotadas dos meios financeiros para poderem implementar estes planos, e por isso o Governo Regional tem que definir esta matéria como uma matéria absolutamente essencial!

Temos que libertar os nossos jovens do flagelo das drogas! Eu não posso de forma nenhuma aceitar que exista um consumo na ordem dos 70% em muitas das nossas ilhas! Não posso aceitar! Não posso aceitar que isto possa suceder, consumos tão altos nas nossas ilhas! São gerações inteiras que ficam na dependência das drogas, e por isso tem que existir uma determinação em relação a esta matéria e têm que se prender os responsáveis, os traficantes têm que ser metidos na cadeia!, ...

Deputado José Ávila (PS): Isso é verdade!

O Orador: ... e esta questão tem que ser levada a sério por parte das forças policiais também, com dispositivos policiais que neste momento não respondem também àquelas que são as necessidades da Região também nesta matéria!

Por parte do Governo da República existem responsabilidades graves neste assunto! Os traficantes têm de facto de ser perseguidos, têm que ser colocados

na prisão e essa matéria é uma matéria essencial, é uma matéria de segurança! As nossas escolas têm que ser escolas seguras em que não se pode traficar!, em que seja impossível traficar e consumir droga no interior das nossas escolas!, e que os jovens possam sair das escolas para as suas residências sem serem incomodados, sem serem aliciados por parte dos traficantes que ali estão para tentar impingir, para tentar o consumo, para os tentar influenciar!

É isto que eu quero na nossa Região, e na nossa Região isto não é impossível de fazer! Tem que existir é determinação por parte do Governo e das diversas entidades competentes. Tem que existir a determinação de que isto é preciso fazer! E é preciso colocar os meios suficientes.

E, portanto, a vossa responsabilidade é que esta questão nunca foi tratada com a determinação que é necessária implementar neste assunto.

E quero dizer-vos também o seguinte. Sempre achei que esta batalha se ganha nas escolas com campanhas de sensibilização em relação aos nossos alunos em que é preciso acompanhá-los de perto, em que é necessário promover de forma insistente campanhas de sensibilização para impedir que o consumo seja efetuado, para os sensibilizar em relação aos malefícios da dependência de drogas, e isso é uma batalha que tem que se ganhar nas escolas, e para isso é preciso meios, para isso é necessário existir determinação.

E finalmente, nesta primeira intervenção, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Primeira intervenção!? Já terminou o tempo!

O Orador: ... dizer-vos também que a sociedade açoriana, as famílias também têm a sua responsabilidade, não é só ao Governo que cabe resolver este problema. Existe também por parte da comunidade de todos os açorianos responsabilidades nesta matéria, é preciso que as famílias estejam empenhadas nesta luta! É necessário que a comunidade não diga que isto é um problema do Governo! Não é um problema do Governo só! É também um problema de todos

nós, de todas as famílias! É necessário dialogar com os nossos jovens, com os nossos filhos, ter a capacidade de os influenciar de forma positiva e ter esse empenho! E o relatório também mostra que muita gente acha que isto não é um grande problema, o relatório também diz que não há um grande empenho por parte da sociedade civil, e tem que existir! Tem que existir esse empenho!

E, portanto, esse problema não é um problema dos outros, não é um problema dos políticos! Porque é fácil também dizer que o problema é dos políticos, “os políticos são maus e nós vamos aqui para abstenção porque os políticos não resolver os problemas”. É preciso de ter a coragem de dizer à sociedade civil também que têm responsabilidades e que têm que uma atitude proativa para a resolução destes problemas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional da Saúde, Srs. restantes Membros do Governo:

Eu entrei naturalmente neste debate para dar um contributo à discussão desta matéria, dizendo que, em primeiro lugar, o que este estudo demonstra de forma inequívoca é que há um aumento do consumo de substâncias psicoativas em todas as ilhas dos Açores. E, portanto, se há um aumento, isso significa que as medidas que foram até agora tomadas foram insuficientes para combater esse flagelo.

E na verdade tive oportunidade de lhe dizer isso, Sra. Secretária Regional. A senhora chegou agora mas a responsabilidade política dos governos em que a senhora integra, vem muito de lá de trás, tem mais de 20 anos. E, portanto, as políticas que têm sido seguidas nessa matéria têm sido de alguma forma titubeantes. Ora se extinguem direções regionais de dependências, ora se retomam a sua criação. Este é apenas um exemplo, não quer dizer que a existência de uma Direção Regional das Dependências resolva todos os

problemas, certamente não resolverá, mas é um sinal de que, na verdade, ao que parece, nós poderíamos considerar que estamos perante uma situação normal. Não é esse o nosso posicionamento.

E, portanto, repito: se há um aumento generalizado do consumo de substâncias psicoativas, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... é porque as medidas até agora anunciadas não foram suficientes nem de perto nem de longe para a sua amenização.

Mas há uma matéria em relação à qual este relatório nos faz direccionar: é que mais do que a repressão, é preciso prevenir. E é preciso prevenir sobretudo nas nossas escolas, de forma generalizada, o consumo de substâncias psicoativas que são observadas nos nossos estabelecimentos de ensino!

E mais! É que não há uma única ilha em que de forma associada ao consumo de substâncias psicoativas não haja sucesso escolar! Todos esses jovens, é o estudo que o diz, perderam pelo menos um ano no seu percurso escolar, o que significa que há uma correlação positiva entre o consumo de substâncias psicoativas e o rendimento escolar.

E, portanto, Sra. Secretária Regional, o que lhe pergunto, e perdoe-me aqui o parêntesis, ouço falar em programas, em designações sucessivas de programas, mas diga-me: quais são os conteúdos desses programas? Com que frequência é que as ações são tomadas nas nossas escolas? Que conteúdo é que têm essas ações de formação? A quem é que elas se dirigem?

E na verdade, se nós mais uma vez estivermos atentos a este estudo, quando verificamos que aos sete anos de idade há jovens na nossa Região que têm contacto pela primeira vez com substâncias psicoativas, muito provavelmente teremos que iniciar o nosso esforço a nível do ensino básico!, com uma linguagem adaptada aos jovens que a vão ouvir! Mas não podemos deixar de atender a esse grupo etário também!

E, portanto, o que lhe pergunto de forma concreta, Sra. Secretária Regional:

- Que ações é que estão previstas estabelecer nas nossas escolas?
- Qual é o seu conteúdo?
- Que entidades é que vão colaborar na definição desses conteúdos?
- Quando pensa a Sra. Secretária Regional intensificar essas ações de formação nos nossos estabelecimentos escolares de modo a que com os resultados daqui a cinco anos, porque sabemos que os resultados não são imediatos, possamos com alguma autoridade avaliar a eficácia das medidas que são tomadas?

Para já não falar na segurança das nossas escolas. Traficam-se substâncias psicoativas no interior dos nossos estabelecimentos escolares, é o que diz o estudo, Sra. Secretária Regional, o que pressupõe uma ação articulada com outras entidades.

Portanto, há urgência, Sra. Secretária Regional. É tomar medidas! Mas a sério! Mas com uma intensidade que traduza a inquietude das famílias açorianas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que tenha no seu seio estes problemas! Vamos a isso!

Não estamos aqui para julgar por julgar, estamos aqui para contribuir e refletir. E relativamente às nossas famílias, como muito bem demonstra o estudo, podem elas próprias constituir um fator de proteção, segundo o qual estando as famílias portadoras da informação necessária para esclarecer os seus filhos, os seus educandos, dos malefícios das substâncias psicoativas, esse pode ser um fator protetor.

Que medidas concretas, Sra. Secretária Regional, é que estão previstas e em que tempo pretende V. Exa. executá-las, no sentido de as nossas famílias serem educadas, serem instruídas, serem recetoras de um conjunto de instrumentos que lhes permitam atuar junto dos seus filhos?

E não é apenas nas escolas, Sra. Diretora Regional.

Sra. Secretária Regional, desculpe.

Não é apenas na saúde, queria eu dizer, que V. Exa. enunciou que as famílias iam à consulta e que continuavam a ser seguidas nas consultas. As famílias têm que ser chamadas à escola, mas têm que ser chamadas a outros lugares. Às vezes eu reconheço, até como encarregado de educação, da Diretora de Turma da minha filha, dizer que os pais não aparecem. Temos que ir à procura deles! É na paróquia, é no centro social e paroquial? Pois que seja! Temos que lá ir porque o que este estudo demonstra é que há uma urgência de combate que naturalmente sendo transversal, há uma hierarquia de responsabilidades na implementação desse combate, e o primeiro responsável, naturalmente, será o Governo Regional na sua implementação.

Portanto, repito: que medidas concretas no âmbito da informação e da dotação das nossas famílias, com os instrumentos necessários ao esclarecimento dos seus filhos sobre os malefícios do uso de substâncias psicoativas pretende o Governo desenvolver? Em que locais, com que frequência, com que conteúdos e com que técnicos pretende o Governo Regional desenvolver essas atividades?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este é um flagelo que nos atinge a todos. Atinge particularmente as famílias que no seu seio têm essas situações, e se a informação às famílias é absolutamente fundamental, é necessário também que se dotem as famílias que têm esse problema no seu seio, nas suas casas, de apoio no sentido de saber como enfrentar essas situações.

Há muita gente desesperada e à espera de uma ajuda. Aguardo da vossa parte, Sra. Secretária Regional, as devidas respostas às minhas perguntas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional da Saúde, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Saúde (Teresa Machado Luciano): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas Membros do Governo:

Vou tentar responder porque são muitas as questões, e vou começar pela questão do patrocínio das bebidas alcoólicas colocadas pelo Deputado Artur Lima.

O regime jurídico da venda e consumo de bebidas alcoólicas na Região Autónoma dos Açores proíbe o patrocínio por marcas de bebidas alcoólicas de eventos em que participem menores ou que se destinem a segmento etário.

Importa não confundir o conceito de publicidade e de patrocínio. Patrocínio é a vantagem, serviço, valor, bem ou direito avaliável em dinheiro, independentemente da forma da sua distribuição, concedido sem contrapartida e com a finalidade de apoiar a realização de um evento ou de uma atividade. O conceito de patrocínio implica a não-obtenção de ganhos por parte do patrocinador, o que normalmente não se verifica nas festividades pois o apoio que normalmente é dado por marcas de cerveja resulta de uma contrapartida de exclusividade de venda e, portanto, é publicidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sra. Secretária!

A Oradora: Temos, portanto, perante esta questão, de reforçar a fiscalização atendendo a presença de menores nestas festas e é um ponto que tem que ser tomado em consideração.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Sagres agora oferece às festas! É bom samaritano!

A Oradora: Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Carlos Ferreira, e eu vou tentar enumerá-las todas porque são muitas. Era o motivo de reduzir a idade dos 12 aos 21 anos, correto? Pronto. A prevalência da população

em geral já são dadas por estudos nacionais que são esses que já conhecemos e temos esses dados. Reduzimos a idade da população estudada porque queríamos analisar fatores de proteção e risco de consumo uma vez que é nestas idades que os consumos se iniciam. Foi esta a razão da redução do universo dos 12 aos 21. Reabilitação e reincidência. Os percursos dos indivíduos consumidores de drogas são muito diferentes entre si, exigindo também respostas diferenciadas de acordo com as necessidades e as competências de cada um, por isso são referenciadas para programas de natureza diversa substituição ou desabitação em ambulatório, centros de dia ou comunidades terapêuticas. A duração é obviamente variável, caso a caso, situação a situação. É uma doença crónica e sujeita a recaídas. Exige uma intervenção de longo prazo e que envolve múltiplas valências.

Neste contexto, as recaídas têm que ser entendidas como momentos críticos que exigem reajustes do tratamento, mesmo a suspensão do consumo não significa mudanças a longo prazo. O mesmo indivíduo pode voltar a consumir 10 anos mais tarde. Por esse motivo, não podemos utilizar as recaídas como indicador, o que consideramos é a funcionalidade e o desenvolvimento de projetos na vida destes indivíduos.

Perguntou também a questão do financiamento por área, correto? No período entre 2012 e 2019, foram investidos cerca de 12 milhões nas áreas da toxicodependência, privilegiou-se programas de desabitação em ambulatório e internamento com um montante global de cerca de nove milhões de euros. Já os programas de substituição opiácea contabilizaram cerca de dois milhões e 500 mil euros. Na prevenção o investimento soma cerca de meio milhão de euros, não contando o trabalho feito pelas equipas de saúde escolar porque estas são um número muito elevado e estão contabilizadas em cada uma das unidades de saúde de ilha nas estruturas de que fazem parte.

Obviamente, é a fatia do investimento dedicada à prevenção que deverá crescer, por isso, centrámos este estudo num público mais jovem para reforçar a componente da prevenção.

Relativamente aos dados de abandonos, em 2017 registaram-se 100 abandonos de tratamento em ambulatório. Destes, 61 deveram-se à ausência de motivação para alteração do estilo de vida e recaída subsequente, 10 doentes desistiram devido a recaída e outros 10 desorganização sociofamiliar e pessoal. Nestes casos, procura-se integrar o utente em programas iniciais de menor exigência intervindo na motivação e mudança. Procura-se também munir o utente de informação acerca de todo o processo de desenvolvimento da patologia e do tratamento, trabalhando a importância de pedir ajuda na iminência da recaída.

Para responder à desorganização sociofamiliar e pessoal, adota-se uma abordagem de proximidade e territorialidade como por exemplo visitas domiciliárias que são feitas diariamente, semanalmente, consoante as necessidades em cada um dos casos.

O tabaco. Existem há anos estudos e medidas para o tabaco, medidas concretas, medidas de saúde pública, que são implementadas já e com dados concretos e com políticas próprias.

Relativamente ao tabaco, este não foi incluído no estudo, mas é importante realçar que já foram realizadas desde 2016 a junho de 2019 11.650 consultas de cessação tabágica. Temos tido também uma atenção relativamente a proteger os não-fumadores da exposição ao fumo passivo, e neste caso foram abrangidos em três anos cerca de 7200 crianças do 4.º ano de escolaridade em que se conseguiu reduzir em 21% os fumadores em casa e no carro e, portanto, protegendo as crianças desta situação.

Relativamente aos dados 18/19, serão apresentados no dia 17 de novembro, no Dia do Não Fumador.

Dados relativamente à Região e ao consumo das várias substâncias. É importante dizer que em 2018 na Região houve diminuição do consumo das novas substâncias psicoativas, diminuição de cocaína, diminuição dos alucinógenos, diminuição do consumo de anfetaminas e metanfetaminas e diminuição do consumo de cannabis, e os resultados do estudo também mostram essa questão e não o aumento desses pressupostos.

Respondendo ao Deputado Luís Maurício e relativamente aos programas, a frequência, que entidades, que conteúdos. Já hoje aqui enumerei vários dos programas: o “Giros”, o “Eu e os Outros”, o “Sem Fumo”, os vários programas. Teremos oportunidade em Comissão, a muito breve trecho, de avaliarmos todos estes programas em pormenor que, como percebe, já não tenho muito mais tempo e não consigo elencar todos estes programas, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Consegue, Sra. Secretária!

A Oradora: ... mas chegar-lhe-ei com todo o gosto o programa delineado com o que pretende e na Comissão do dia 25 poderemos avaliar programa a programa e resolver estas questões.

Por último e para terminar, e em conclusão, o Governo Regional sublinha novamente a satisfação com este estudo que foi além das premissas iniciais e constitui-se uma ferramenta de trabalho essencial para todos, validou opções e deu novas orientações, confirmou algumas medidas e levou à redefinição de outras.

Consideramos que atendendo ao impacto dos comportamentos aditivos no desenvolvimento social e económico dos Açores, este debate deve continuar mas de maneira aprofundada e rigorosa. Este flagelo não se compadece com malabarismos políticos e análises superficiais. Enquanto políticos temos que dar um contributo sério e honesto pelo futuro da nossa Região.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, o que a senhora me acaba de dizer é que o Governo Regional dos Açores inventou uma nova ONG, há agora uma organização sem fins lucrativos que são as marcas que vendem cerveja, porque coitados, participam as festas, dão o patrocínio às festas mas não ganham nada.

Ó Sra. Secretária, essa não esperava eu ouvir de si, nunca.

E, portanto, um patrocínio envolve lucro e as marcas de cerveja se patrocinam uma festa é porque têm lucro.

Deputado João Paulo Ávila (PS): É o organizador!

O Orador: Mas se entende que é a dicotomia entre patrocínio e publicidade, naturalmente que é só alterar o Decreto Legislativo Regional porque ele é claro na sua redação. Não podem, é proibido, é proibido. É proibido o patrocínio por marcas, mas se quer por proibido o patrocínio, a promoção, a publicidade, estamos disponíveis para alterar o DLR e de clarificar esta coisa.

O alcoolismo é um dos grandes problemas da Região Autónoma dos Açores e sabemos que as crianças começam a consumir álcool muito cedo e sabemos que a fiscalização não é efetiva!

E, portanto, há que tomar medidas na nossa terra, proteger as nossas crianças, os nossos jovens que vão às festas, vão aos concertos, vão aos DJ's e lá dentro vende-se cerveja! A torto e a direito!

E, portanto, nós temos que impedir isso. Não pode ser permitido que marcas de cerveja ... o tabaco acabou na Fórmula 1! Pura e simplesmente acabou. Foi proibido o patrocínio do tabaco no desporto automóvel!

O álcool também é uma droga consumida abundantemente na sociedade açoriana! Temos as mais altas taxas de alcoolismo! Veja as doenças

relacionadas com o álcool na Região Autónoma dos Açores, Sra. Secretária. A prevenção começa aí! E também começa pela proibição de bebidas alcoólicas no patrocínio de festas, nomeadamente da cerveja.

Nós não descansaremos e desafiaremos e estamos disponíveis para, com os outros partidos, fazer uma alteração legislativa nesse sentido, para proteger as crianças e os jovens e promover a saúde dos açorianos.

Muito obrigado, Sra. Secretária.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O CDS esgotou o seu tempo para este debate.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para participar no debate.

Não há. Sendo assim, pergunto à Sra. Secretária Regional da Saúde ...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para participar no debate.

De forma simpática da minha parte, terá que admitir, vou-lhe dar a palavra porque já praticamente tinha encerrado o debate.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, eu tive que bater no tampo da ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não levantou a mão!

O Orador: Sim, sim!

... porque V. Exa. estava a olhar para a bancada do Partido Socialista ...

Presidente: Não lhe custa nada admitir que eu fui simpática consigo, Sr. Deputado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem, Sra. Presidente!

O Orador: ... e não reparou que eu já estava com a mão levantada.

Mas Sra. Presidente, eu quero voltar a insistir neste assunto.

A Sra. Secretária acabou de fazer o discurso que não devia ter feito, que é o discurso de que está tudo bem, “nós estamos a fazer o que é possível e que este é o caminho”. Não assumiu, em nome do Governo, as suas responsabilidades por aquilo que correu mal e está a correr mal, pelo aumento do consumo de droga na Região Autónoma dos Açores, que é o mais alto do país em algumas das suas facetas, não assumiu nenhuma responsabilidade e não assumiu nenhuma determinação.

Eu estava à espera que a Sra. Secretária viesse aqui e dissesse: “nós assumimos a nossa responsabilidade, não alcançámos os resultados desejados. Estes resultados são insustentáveis. A sociedade açoriana não pode suportar este flagelo por mais tempo e nós vamos assumir este assunto como prioritário na nossa ação política”.

Eu esperava que V. Exa. dissesse isso. Eu esperava que V. Exa. estivesse mandatada pelo Governo no seu conjunto e os diversos responsáveis sectoriais para dizer ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

... assim: “Vamos deixar de ter escolas na nossa Região em que setores inteiros das escolas não têm vigilância porque não foram contratados assistentes operacionais”.

Eu esperava que V. Exa. estivesse mandatada para dizer que “vamos colocar os recursos necessários para que as escolas tenham a vigilância adequada e para que todos os setores da escola estejam devidamente vigiados”.

Nós temos hoje em dia escolas em que estão a trabalhar dois ou três assistentes operacionais para 700 ou 800 alunos. Com estes meios, é impossível. Com estes meios é impossível!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

(Berto Messias): Isso não é verdade! Ó Sr. Deputado! Diga-me qual é essa escola! 700 alunos para 2 operacionais!

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

Presidente: Tem que terminar.

O Orador: Há muita coisa que a Sra. Secretária, que o Governo Regional, podia aqui transmitir e que não transmitiu.

A vossa atitude depois de receber este relatório é: está tudo bem, não vamos fazer nada diferente!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias)*: Diga-me qual é a escola!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Até faço melhor: faço um requerimento para que as escolas deem as respostas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) **Secretária Regional da Saúde** *(Teresa Machado Luciano)*: Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, caros colegas Membros do Governo:

Para terminar, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Secretária Regional quer usar da palavra.

A Oradora: Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, caros Membros do Governo:

Para terminar, repito, como terminei a minha intervenção anterior, dizendo que validámos opções e demos novas orientações, confirmámos algumas medidas e este estudo levou à redefinição de outras.

Consideramos que atendendo ao impacto dos comportamentos aditivos no desenvolvimento social e económico da Região Autónoma dos Açores, este

debate deve continuar, mas de maneira aprofundada e rigorosa. Este flagelo não se compadece com malabarismos políticos e análises superficiais. Enquanto políticos temos de dar um contributo sério e honesto pelo futuro da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Governo também esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para defesa da honra da bancada, na medida em que a Sra. Secretária acusou a bancada, que é esta, ...

Presidente: O Sr. Deputado.

O Orador: ... o Sr. Deputado, portanto, a representação parlamentar do PPM, de malabarismos políticos e de falta de honestidade política.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A Sra. Secretária disse o mesmo que tinha dito antes!

O Orador: Portanto, eu não aceito que se falem em malabarismos políticos em relação aquilo que eu acabei de dizer.

Portanto, foi bastante explícita ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, vou-lhe dar a palavra.

Tem três minutos.

(Aparte inaudível)

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não, não. A Sra. Secretária estava a falar para mim.

Sra. Secretária, eu não lhe posso aceitar que a Sra. Secretária utilize esse tipo de adjetivação para a intervenção que acabei de realizar, porque a intervenção que

acabei de realizar é uma intervenção de preocupação em relação aquilo que está a acontecer, e quando quero imprimir uma nova dinâmica que resulta da situação que é descrita neste relatório, que é isso que estamos a discutir, em que é necessário implementar um conjunto de medidas concretas, a pior coisa que se pode fazer é fazer de conta que está tudo bem, é não vir aqui fazer a minha função. A minha função é falar dos problemas dos açorianos! A minha função é essa! É essa a minha missão!

Este problema é um problema grave, eu disse-lhe que era um problema grave. A sociedade açoriana sabe que é um problema grave, este relatório diz que é um problema grave.

O que este relatório diz é que é necessário uma nova energia, que é necessário implementar um conjunto de equipas para atacar este problema, que é preciso fazer muito mais para resolver esta questão.

Isto não é malabarismo político, nós não estamos aqui para escamotear os problemas e dizer-lhe que está tudo bem. Para isso, não estávamos aqui e não existia um regime democrático, não existia um Governo, não existia oposição, não existiam posições diferentes. Eu estou aqui para lhe dizer que este problema existe e que tem que existir da parte do Governo uma prioridade na ação política.

Isto é a minha opinião, que tem que ser respeitada por V. Exa.

V. Exa. tem que respeitar aquela que é a opinião que eu lhe transmiti.

É um problema grave e é um problema para o qual o Governo continua a não ter a prioridade necessária.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se a Sra. Secretária Regional quer usar do tempo que o Regimento lhe permite para proceder aos esclarecimentos.

Tem a palavra, Sra. Secretária Regional. Dispõe também de três minutos.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

O Governo está aqui de forma séria, e, portanto, admitimos que há muito para fazer e contamos com todos para melhorar a situação da Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições para a participação no debate.

Julgo não haver.

O Governo esgotou o seu tempo para a participação no debate, por isso não poderá fazer o encerramento.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, para encerrar a interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD trouxe a este Parlamento um assunto da maior importância: a toxicodependência.

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): A dependência!

O Orador: Toda a oposição participou com interesse no debate sobre os comportamentos aditivos na Região, mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que tinha tempo para o fazer, optou por se centrar em questões regimentais que não interessam nada aos açorianos que nos observam e que sentem diariamente este problema ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Maurício (*PSD*): 16 minutos que não utilizou!

O Orador: ... nas suas escolas, nas suas ruas e nas suas famílias.

Ficou sozinho o Partido Socialista, uma vez mais, porque está cada vez mais fechado no seu palácio e alheado da realidade das nossas nove ilhas. O Partido Socialista está alheado das nossas ruas, está alheado da realidade das escolas e está também alheado da realidade das nossas famílias.

Sra. Secretária Regional, era perfeitamente escusada a sua última referência aos malabarismos políticos. A senhora procurou efetivamente responder na medida do possível às questões que lhe foram colocadas, é verdade que não tinha resposta para a maioria das questões que foram aqui apresentadas, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Isso é mentira!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ó Sr. Deputado, sexta-feira lá estaremos!

O Orador: ... mas fez esse esforço que tem que ser registado quase até à parte final.

O que não podemos aceitar é que se tenha guardado para o fim para acusar as bancadas da oposição de qualquer tipo de manobra política num debate que, voltamos a referir, é da maior importância para os açorianos, é por isso também da maior importância para este Parlamento e, naturalmente, da maior importância para a Secretaria que a Sra. Secretária Regional tutela.

Da parte do PSD Açores, nós cá estaremos sempre, como hoje e assim continuaremos, a trabalhar empenhados, com todas as bancadas parlamentares, e com o Governo também, naturalmente, para resolver os problemas das pessoas, melhorar a vida dos açorianos, e em relação às dependências de uma forma mais concreta, a trabalhar para prevenirmos cada vez mais, combatermos o fenómeno da dependência na Região em todas as suas dimensões e encontrarmos medidas concretas e as melhores soluções para que este flagelo que aflige a nossa sociedade possa ser debelado de forma progressiva até que possamos todos também neste Parlamento dizer que fizemos um bom trabalho, que valeu a pena e que em conjunto conseguimos trabalhar mais e melhor em prol dos açorianos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos o ponto dois da nossa Agenda. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos agora no ponto nove: **Projeto de Resolução n.º 142/XI – “Nomeação do Delegado de Turismo da Ilha Terceira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos nesta figura regimental. Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O turismo enquanto atividade económica complementar é um setor de grande relevância para o crescimento da economia regional e para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, sendo que a estratégia do Governo Regional para o turismo obedece a algumas prioridades, nomeadamente o desenvolvimento da atratividade do destino Açores, através de uma lógica de complementaridade entre ilhas.

No entanto, os resultados referentes ao turismo na Ilha Terceira não têm correspondido, de um modo geral, às expectativas. À data de entrega deste Projeto de Resolução, os dados do Serviço Regional de Estatística, indicavam, por exemplo, que a Terceira havia registado, em janeiro de 2019, uma quebra de 20% nas dormidas, tendo em conta todas as tipologias e alojamento.

A verdade é que essa tendência se mantém, sendo que de janeiro a agosto a ilha perdeu 2,2% das suas dormidas em relação ao mesmo período do ano anterior, registando-se uma quebra de 3,6% no mês de agosto, em plena época alta.

Como tal, no entender do CDS, a nomeação de um Delegado de Turismo da Ilha Terceira, prevista na orgânica do Governo Regional, é perfeitamente justificável, sobretudo porque os resultados do turismo na Ilha Terceira continuam em contraciclo com o resto do arquipélago, o que não seria expetável nesta altura e num quadro de liberação do espaço aéreo da ilha.

Às Delegações de Turismo compete propor à Direção Regional de Turismo medidas e ações que visem contribuir para o enriquecimento turístico das respetivas áreas, prestar informações e canalizar os processos da sua competência, bem como colaborar em estudos e trabalhos de planeamento e ainda informar e emitir pareceres sobre os assuntos da sua área de competência. Assim sendo, para o CDS, o Delegado de Turismo, tendo em conta as competências que lhe são atribuídas, deve ter um papel fundamental na coordenação do setor e na qualificação da oferta turística junto das várias entidades envolvidas, acompanhando com proximidade as estratégias implementadas bem como os resultados obtidos e a evolução do setor do turismo.

Foram estas as razões que levaram o Grupo Parlamentar do CDS-PP a apresentar um Projeto de Resolução para que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomendasse ao Governo Regional a nomeação, com urgência, do Delegado de Turismo da Ilha Terceira.

Esta iniciativa, a par de outras iniciativas recentemente apresentadas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, teve como intuito dar mais um contributo para a melhoria dos resultados do turismo na Ilha Terceira e de colocar o setor em rota de crescimento em linha com aquilo que se tem verificado, na globalidade, da Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Neste momento, o Governo Regional já nomeou a nova Delegada de Turismo na Terceira e isso deve-se à ação e à iniciativa do CDS-PP.

Esperemos que esta nomeação possa servir os propósitos e os objetivos visados neste Projeto de Resolução do CDS e que a nova Delegada de Turismo possa exercer o Estatuto que lhe é conferido para a defesa intransigente do setor na Ilha Terceira.

Contudo, não nos parece que a nova Delgada de Turismo tenha começado da melhor forma.

Na primeira intervenção pública que fez, em entrevista a um órgão de comunicação social da Região, optou por desvalorizar os maus resultados do turismo que se têm verificado nos primeiros meses do ano na Ilha Terceira, procurando apresentar justificações em vez de apontar soluções para o problema.

Não nos parece ser este o caminho. É preciso reconhecer os números, identificar as causas e promover as respostas adequadas. Só assim o seu contributo poderá ser verdadeiramente positivo para o turismo da Ilha Terceira.

No entanto, estando cumprido o ponto resolutivo único deste Projeto de Resolução e atingido o seu objetivo, comunico à Mesa que nos termos regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do CDS-PP irá retirar esta iniciativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Foi retirada a iniciativa ao abrigo do artigo 118.º, por isso o ponto naturalmente fica desde já encerrado.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto 10 da Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XI – “Estabelece o regime jurídico de licenciamento a que estão sujeitas as instalações elétricas de serviço particular na Região Autónoma dos Açores”**.

Os tempos são os do processo legislativo comum. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo para apresentação do diploma.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores tem acompanhado o desenvolvimento que o setor da Energia tem verificado, adaptando a sua estratégia aos desafios da atualidade, sempre, com o principal objetivo de garantir e melhorar a qualidade de vida dos açorianos, neste caso, em concreto, através da criação de novos instrumentos de regulação, por via de aprovação de legislação que ajuste procedimentos à nossa realidade, enquanto arquipélago, garantindo os níveis de segurança de pessoas e dos seus bens, bem como da qualidade do serviço prestado, por entidades públicas, empresas e técnicos da área.

Neste sentido, hoje, apresentamos uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que pretende fazer aprovar o regime jurídico de licenciamento a que estão sujeitas as instalações elétricas de serviço particular na Região, definindo, as atribuições, as competências e os procedimentos em conformidade com a nossa realidade.

Permitam-me começar por destacar que o diploma tem como objetivo simplificar e reduzir os processos burocráticos e os custos associados ao licenciamento ou certificação de instalações elétricas.

Desta forma, pretende-se permitir a ligação à rede pública de forma expedita, em condições regulamentares de segurança, salvaguardando os interesses adequados à realidade insular, ao mesmo tempo que se confere às entidades públicas regionais as atribuições e competências das correspondentes entidades nacionais.

À semelhança do diploma nacional, assume-se que os projetos, sendo elaborados por entidades reconhecidas ou projetistas devidamente habilitados,

acompanhados de termos de responsabilidade, cumprirão com os requisitos de segurança em vigor.

No entanto, ao contrário do estabelecido na última versão da legislação nacional, entende-se manter a existência da figura projeto simplificado, para instalações elétricas mais simples - para além da figura de projeto completo, para situações de maior complexidade – opção que visa facilitar os procedimentos para as instalações elétricas mais simples.

Assim, consideramos a nossa proposta legislativa mais equilibrada, já que exige sempre, projeto completo ou simplificado, consoante a complexidade das instalações elétricas, sendo que na sua execução, propomos também a assunção de responsabilidades antes do início das obras, garantindo elevados padrões de exigência, salvaguardando naturalmente as questões de segurança.

Outra novidade introduzida no presente diploma, decorre da nossa realidade arquipelágica, traduz-se na introdução de um mecanismo que permite a ligação das instalações à Rede Pública (ex. habitações), mesmo nos casos em que se verifique a impossibilidade de realização das inspeções por parte das Entidades Inspetoras, por motivos diversos, tais como: permanência da sua inexistência na Região; ou dificuldades de deslocação entre ilhas.

Assim, nestes casos, ou ainda em casos excecionais de justificada necessidade, estão previstas as seguintes alternativas, sempre que se encontrem devidamente salvaguardadas as condições de segurança:

- A delegação das inspeções no distribuidor público, tirando partido da sua presença em todas as ilhas;
- A ligação expedita das instalações elétricas à rede pública, mediante a apresentação de um termo de responsabilidade;
- Autorização da Direção Regional competente em matéria de energia.

Por contrapartida, a nossa proposta eleva a exigência da necessidade de um técnico responsável pela exploração para instalações elétricas em situações que

apresentem maior complexidade ou risco, como sejam, as existentes em locais sujeitos a risco de explosão, para qualquer potência, e ainda em instalações temporárias ou itinerantes, estabelecidas em recintos públicos, de potência a alimentar pela Rede Elétrica de Serviço Público dos Açores em patamares elevados de segurança, por se considerar que este tipo de instalações, de alta ou moderada complexidade, são suscetíveis de oferecer riscos acrescidos.

Desta forma, contrariamente à legislação cessante, e por forma a se assegurar a correta manutenção e segurança das instalações elétricas, foram previstas na presente proposta a realização de inspeções periódicas a cada cinco anos, por parte das Entidades Inspetoras de Instalações Elétricas, abrangendo um vasto leque de inspeções, sobretudo as mais expostas a riscos de diversa natureza, nomeadamente as que recebem público (ex. hospitais, recintos de espetáculos, locais sujeitos a riscos de explosão, entre outras), cabendo à Direção Regional da Energia, através de um portal, monitorizar e controlar os processos de inspeção periódica, bem como coordenar as tarefas entre os diversos intervenientes.

Por outro lado, o presente diploma prevê a emissão de declarações, termos de responsabilidade ou ainda certificados, por parte das entidades, dos técnicos ou ainda da própria Direção Regional da Energia, ou seja, dos envolvidos no processo de ligação à rede pública, responsabilizando o respetivo emitente pelo controlo e verificação dos requisitos de segurança.

Se antes estas responsabilidades estavam maioritariamente acometidas à Direção Regional da Energia ou à EDA, entidades que autorizavam as ditas ligações, tais responsabilidades passam a estar agora também atribuídas aos técnicos e às entidades inspetoras de instalações elétricas.

Outro aspeto a destacar da presente proposta de diploma, consiste, como há pouco referido, na criação de um portal – denominado Sistema de Registo de Instalações Elétricas de Serviço Particular dos Açores – onde se fará o registo e a gestão da tramitação em formato exclusivamente digital, dos projetos das

instalações elétricas e dos documentos afins, por forma a que todos técnicos e entidades envolvidas ou consultadas no processo de autorização de ligação à rede elétrica, tenham acesso, de forma transparente e rápida, ao respetivo processo e situação, na parte naturalmente que lhes diga respeito.

Com esta plataforma, os tempos de tramitação dos projetos, das consultas e das recolhas de pareceres ficam, significativamente, reduzidos.

Em suma, cremos que a aprovação desta legislação regional apresenta as seguintes vantagens:

- O reforço das competências regionais no âmbito da fiscalização e do controle administrativo das instalações elétricas de serviço particular da Região – que de outro modo passariam a estar afetas e geridas por entidade não regional;
- A equidade de custos e tratamento em todas as ilhas açorianas, favorecendo, em primeiro lugar, os interesses de particulares, e fomentando, em segundo, a atividade dos técnicos responsáveis e das empresas de instalação e inspeção de instalações elétricas;
- A redução de custos, papel e tempos desnecessários em todos os processos de ligação à rede pública, que doravante serão tratados exclusivamente em formato digital no portal referido da Direção Regional da Energia;

Por fim,

- A rapidez, transparência e acessibilidade em tudo o que respeita ao tratamento dos processos de instalações elétricas de serviço particular ou pedidos de ligação destas à rede elétrica.

Pelo exposto, consideramos que esta é uma proposta que, não pondo de parte, nem seguindo totalmente os procedimentos visados na realidade continental, tem em conta as especificidades próprias dos Açores, sendo, por isso, inovadora, fruto de ideias e competências devidamente estruturadas e

consolidadas, salvaguardando os interesses de todos os açorianos que pretendem o abastecimento de energia elétrica às suas instalações, mas também dos restantes intervenientes, com a finalidade de fomentar a qualidade e a segurança, bem como a otimização dos serviços prestados a todos os cidadãos açorianos.

Este foi um processo altamente participado, reunindo os contributos e as sugestões das entidades consultadas e com competências na matéria, pelo que acreditamos que é um diploma verdadeiramente consensualizado, e que vai ao encontro das necessidades da Região.

Ouvimos, ponderamos e incorporamos propostas recebidas, mas sem nunca perder de vista que estamos ao serviço de todos os açorianos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa já tem inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós, em relação a esta iniciativa que se aprecia, tivemos oportunidade de dizer em sede de Comissão que estávamos de acordo com os seus pressupostos, com os seus fundamentos e com os seus objetivos.

Também tivemos a oportunidade de dizer que esperávamos que houvesse um maior desapego em relação ao Decreto-Lei que ele adapta, porque se há oportunidade de fazer melhor, por que não fazê-lo?

Ainda assim, estão em causa objetivos de simplificação de procedimentos, estão em causa a obtenção de economias de tempo e de custos associadas aos licenciamentos das instalações elétricas de serviço particular, e obviamente que nós temos que concordar com estes objetivos.

Em concreto e só a título de exemplo, no que se refere à simplificação, no caso das instalações elétricas de serviço particular, elas são divididas em três categorias havendo para as mais complexas maior exigência no que se refere aos licenciamentos e o PSD Açores obviamente concorda com esta alteração.

Na atenção àquelas que são as nossas especificidades arquipelágicas, o diploma vem propor que enquanto não tivermos aqui as entidades inspetoras das instalações elétricas de serviço particular, que possa ser delegada a competência no distribuidor público, que como todos nós sabemos, está presente em todas as ilhas e nós obviamente concordamos e estamos sensíveis.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Está sempre a colocar suspeição!

A Oradora: No entanto, nós fizemos uma chamada de atenção porque tínhamos o receio que houvesse aqui algum conflito com o que está estabelecido na Lei 14/2015, de 16 de fevereiro, que estabelece os requisitos para o acesso e o exercício da atividade das entidades e dos profissionais com responsabilidades ao nível das instalações elétricas.

De facto, o Presidente da Comissão remeteu para os serviços jurídicos desta Assembleia um pedido de parecer jurídico que nos deu razão. Portanto, logo à cabeça, a primeira questão que tenho a colocar à Sra. Secretária é: entendendo que a exigência para o exercício da atividade das entidades inspetoras é muito grande e que dificilmente nós teremos aqui essas entidades inspetoras, como é que nós conseguimos ultrapassar este conflito que existe com a Lei 14/2015?

Temos aqui também outras questões, obviamente. Existe aqui uma referência, por exemplo, no artigo 8.º aos modelos dos termos de responsabilidade.

Enquanto nós não tivermos os nossos próprios modelos temos que usar os da Direção Geral da Energia e Geologia e gostaríamos, uma vez que para a plataforma existe um prazo para a criar e para a ter operacional, neste caso estes modelos quando é que pensam ter os nossos próprios modelos e já agora também para as metodologias e para os procedimentos para as inspeções periódicas, que também estabelece o artigo 22.º que enquanto não tivermos nossos próprios que utilizamos os da DGEG, saber se existe algum prazo previsto para termos as nossas próprias metodologias e procedimentos.

Por fim, eu tenho que dizer que lamentamos que não tenha havido o respeito para com o entendimento que foi obtido ao nível da Comissão de que as nossas propostas apresentadas para alteração ao diploma não tivessem sido consideradas e não tivesse havido esse respeito por esse entendimento.

Ainda assim, o PSD-Açores cumpriu com a sua parte. Nós remetemos as nossas propostas para a Direção Regional da Energia, também remetemos para o Presidente da Comissão, remetemos estas propostas em outubro de 2018 e ficámos sempre à espera do compromisso de juntos fazermos a redação final.

Obviamente que nunca vimos esta redação final, só agora é que nos chegaram as propostas de alteração. Ainda assim bem bom é saber que algumas das nossas propostas estão integradas aqui na proposta de alteração que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Eu só chamava a atenção para o facto de, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou também propostas de alteração a esta proposta de diploma e gostávamos que elas fossem acolhidas pelos Deputados e principalmente pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por vezes a teimosia não tem bons resultados e nós já vimos aqui algumas chamadas de atenção e algumas propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD que não foram acolhidas e o resultado realmente não foi muito bom.

Nós tivemos um veto, por exemplo, ao diploma do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública; se tivessem ouvido a chamada de atenção do PSD não teria ocorrido.

Nós temos agora também a Associação Regional dos Revendedores de Combustíveis a pedir a fiscalização preventiva do diploma do gás combustível; se tivessem acolhido as propostas de alteração apresentadas pelo PSD, essa polémica e esse problema não se colocavam.

Portanto, era bom que se aprendesse. Nós estamos aqui e vamos continuar a fazer o nosso papel que é apresentar propostas para que os diplomas sejam efetivamente melhorados.

Muito obrigada. Disse.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como já foi aqui referido pela Sra. Secretária Regional e tal como também está no preâmbulo desta iniciativa, esta proposta de criação de um regime jurídico de licenciamento a que estão sujeitas as instalações elétricas de serviço particular na Região, adapta a legislação nacional à Região, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 26/2017, de 10 de agosto, alterado pela Lei 61/2018, de 21 de agosto, e que tiveram como intuito simplificar e eliminar os processos burocráticos e reduzir os custos e os tempos consumidos com o licenciamento das instalações elétricas e que obviamente o CDS considera como muito positivo.

No entanto, no nosso entender, apesar da importância que nós atribuímos a esta proposta de criação de um regime jurídico na Região, consideramos que a própria proposta, na redação que é apresentada, continha algumas limitações e

imprecisões que faziam com que não se conseguisse alcançar uma verdadeira adaptação à nossa realidade, podendo e devendo, por isto, este diploma ser melhorado antes da sua aprovação.

Portanto, reconhecendo que, de facto, esta é uma matéria extremamente técnica, nós consideramos fundamental que se tenham em conta os pareceres que foram emitidos, também de natureza técnica, pela Ordem dos Engenheiros e pela Ordem dos Engenheiros Técnicos, e considerar, de facto, essas sugestões que estão aí propostas de forma a adequar e a adaptar devidamente o regime à Região.

Neste sentido foram já apresentadas propostas de alteração a este diploma que acolhem a generalidade das propostas que foram feitas pelas duas Ordens, e por isso deverão obviamente contar com o nosso voto favorável.

Feito este enquadramento inicial e deixando patente novamente a relevância que o Grupo Parlamentar do CDS atribui a este regime jurídico e a importância da introdução destas alterações para sua melhoria, importa, de facto, que seja esclarecida a questão que já foi aqui levantada, e que foi levantada em sede de Comissão também pela Sra. Deputada Catarina Furtado, e que se refere a uma aparente incompatibilidade em termos da delegação de competências de inspeção na EDA, uma vez que o Grupo EDA integra a SEGMA e que a SEGMA assume funções de laboração de projetos e de realização de instalações elétricas, o que obviamente contraria aquilo que está disposto na Lei 14/2015, de 16 de fevereiro, ou seja, fica claramente comprometida a imparcialidade e a total independência da entidade inspetora de instalações elétricas de serviço particular.

Nós compreendemos que a EDA reúne de facto um conjunto de condições e de características que a tornariam como uma boa solução para o exercício das funções de fiscalização, quer pelos meios que tem à sua disposição, quer pela sua presença em todas as ilhas, quer até pela falta de alternativas que nós temos

para assumir estas funções, mas a verdade é que há aqui um claro conflito de interesses e um imbróglgio jurídico que nós gostaríamos que a Sra. Secretária esclarecesse como é que é se propõe resolver.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta é mais uma manifestação e um exemplo da forma como o Governo e o Partido Socialista têm, ao longo dos tempos, procurado e, nalguns casos conseguido de imediato, noutros aperfeiçoando a sua ação, por forma a tornar a vida dos açorianos mais fácil, mais ágil, mais simples, com menos burocracia, menos encargos e proporcionando-lhes assim uma maior qualidade de vida.

É com regozijo que vemos, pelas bancadas que já intervieram, quer por parte do Partido Social Democrata, quer por parte do CDS-PP, que concordam na essência com o fundo e com a bondade da existência deste diploma e a necessidade dele existir, por forma a mitigar a nossa dispersão geográfica, a inexistência nos Açores de uma entidade inspetiva, e que dificilmente mesmo que venha a existir não será em todas as ilhas, percebendo esse facto, permitir que todos os açorianos, em igualdade de circunstâncias, possam ter um acesso à energia elétrica particular igual às circunstância e, portanto, sem qualquer constrangimento.

Sra. Deputada Catarina Furtado, devo sossegá-la, porque com certeza que das suas propostas de alteração algumas serão acolhidas pelo Partido Socialista, não todas, mas depois teremos tempo de explicar a parte racional pela qual não as aceitámos e não é uma questão de teimosia, porque a teimosia também tem dois sentidos, pode ser de um lado ou pode ser do outro, e não é exclusivo certamente desta bancada,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Já é um passo!

O Orador: ... como bem saberá.

De qualquer das formas, acolheremos certamente propostas de alteração. Folgo em perceber que o CDS-PP também considera que existem algumas limitações e imprecisões e neste diploma, embora estranho que em função disso não tenha apresentado qualquer proposta de alteração, portanto vem só fazer essa referência.

Nós também achamos que o diploma deve ser melhorado. Entendemos que em política deve haver, sim senhor, um debate e uma discussão de ideias que permitam melhorar os documentos que estamos a produzir. Portanto, nesse sentido, consideramos que este diploma é bem-vindo, foi uma boa iniciativa. Carece de propostas de alteração pontuais. O essencial está lá e folgamos que ele tenha aparecido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais, Srs. Secretários Regionais:

Esta iniciativa que agora debatemos (e não vou acrescentar nada de novo pelo menos àquele que é o objetivo desta iniciativa porque já foi amplamente anunciado quer pela Sra. Secretária, quer pela Sra. Deputada Catarina Furtado, quer também pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, e até mesmo pelo Sr. Deputado João Costa), trata, de facto, de tentar aqui simplificar e reduzir os processos burocráticos inerentes ao licenciamento a que estão sujeitas as instalações elétricas de serviço particular na nossa Região.

Trata aqui de um aspeto (há aqui um aspeto que parece ser de sobremaneira importante) que tem a ver com a ligação das instalações nos casos da impossibilidade da realização de inspeções por parte das entidades inspetoras, já que o acesso a esta atividade é exigente e na Região será difícil que alguma empresa consiga aceder a este tipo de atividade, mesmo havendo a certeza que não deverá cobrir todas as ilhas.

Portanto, aqui, o Governo Regional trouxe-nos uma proposta que procura arranjar alternativas para que os açorianos e açorianas possam, de facto, usufruir deste processo de licenciamento e as soluções previstas são três.

A primeira delas, e já foi aqui anunciada, quer pela Sra. Secretária Regional, quer pelos Deputados e Deputadas que me antecederam na minha intervenção, diz respeito à possibilidade de se delegar as inspeções ao distribuidor público, mas como disse a Sra. Deputada Catarina Furtado poderá estar aqui em causa um conflito de interesses que convinha resolver ou então arranjar outras alternativas. É verdade que também outras alternativas também são avançadas como a ligação mediante a apresentação de um termo de responsabilidade anunciado pela Sra. Secretária e até mesmo autorizações feitas pela própria Direção Regional de Energia.

Mas o nosso Grupo Parlamentar, não na Assembleia Regional, mas na Assembleia da República, apresentou uma alteração à Lei n.º 14/2015, a lei que na realidade, no fundo, trata do acesso à atividade inspetiva para estes casos, no sentido de simplificar o acesso à atividade.

Essa alteração, se aprovada, poderia resolver uma parte importante do que falta resolver com este diploma.

A iniciativa foi submetida em janeiro deste ano na Assembleia da República. Julgo, pela informação que detenho, que caducou com o final desta legislatura, mas importa salientar que antes da caducidade desta iniciativa esta proposta veio a esta Assembleia e mereceu o parecer da Subcomissão de Economia.

Por incrível que possa parecer, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deu um parecer desfavorável a uma iniciativa que poderia, caso tivesse sido aprovada, ter resolvido este problema.

Espero que com a nova legislatura este problema venha a ser resolvido através de reapresentação desta iniciativa na Assembleia da República por parte do nosso Grupo Parlamentar e espero que o parecer em Subcomissão de Economia, nesta Assembleia, seja completamente diferente, pelo menos da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem mais inscrições. Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradecendo as questões colocadas passaria a esclarecer as mesmas.

Relativamente à questão colocada no que diz respeito à adaptação dos formulários e dos modelos que, entretanto, serão da DGEG, consideramos que um prazo de três meses é razoável para termos terminado este processo, até porque muitos deles já estão efetivamente adaptados.

Relativamente a esta questão mais transversal praticamente a todas as bancadas é importante termos presente o seguinte:

Nós já não temos aprovação de projetos em termos de licenciamento no que diz respeito a instalações elétricas. Coloca-se, sim, a sua vinculação através de termos de responsabilidade.

Por outro lado, é também importante termos presente que a delegação da atividade de inspeção, neste caso, na EDA, não implica que a mesma tenha de passar a exercer todas as competências e obrigações de uma entidade inspetiva de acordo com tudo aquilo que está definido pela lei.

Por outro lado, no que é levantado em concreto sobre o Grupo EDA, é verdade, foram referidas duas empresas que são do mesmo grupo, mas são efetivamente empresas distintas, portante com competências também distintas. Portanto, não queremos que essa questão possa invalidar que se coloque na prática aquilo que está previsto neste diploma.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (CDS-PP): Sra. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Pensei que era para intervir. É regimental. Regressamos então daqui a 15 minutos.

Eram 16 horas e 26 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 50 minutos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão agora é para uma inscrição? Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, aproveito esta oportunidade para o felicitar pela sua reeleição como Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e a si felicito e a quase toda a direção restante.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Quase toda?!

O Orador: Quase toda! Não é toda, é quase!

Devo dizer em relação à iniciativa que está aqui em discussão, que considero a iniciativa válida, que considero que simplifica o processo, que garante a segurança e é na minha perspetiva transparente.

O problema que foi aqui referenciado tem que ser alterado. Aliás, nalgumas áreas específicas em que o diploma é mais problemático o PSD apresentou um conjunto de alterações que considero bastante válidas e, portanto, vou votar favoravelmente as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD e também algumas das propostas que foram apresentadas pelo Partido Socialista em relação a esta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições. Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver. Sendo assim vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Ss. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Pergunto se há alguma inscrição? Julgo não haver. Vamos então passar às votações.

Artigo 1.º, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação das propostas de alteração apresentadas pelo PSD ao artigo 2.º.

Sr. Deputado João Vasco Costa, para uma interpelação, tem a palavra.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sra. Presidente, não percebei se vai votar em bloco ou se é por alíneas.

Presidente: Eu, coloco sempre a votação em bloco. Se houver a necessidade de ser votado artigo a artigo, ou alínea a alínea, terá que ser requerido.

Deputado João Vasco Costa (PS): Então o Partido Socialista requeria que o artigo 2.º fosse votado alínea a alínea.

Presidente: Alínea a alínea. Muito bem.

Deputado João Vasco Costa (PS): Alias, esse procedimento fosse o mesmo em todos os artigos.

Presidente: Em todas as votações. Muito bem.

Deputado João Vasco Costa (PS): Obrigado.

Presidente: Então começamos pela votação das propostas de alteração apresentadas pelo PSD ao artigo 2.º.

Está à votação a proposta de alteração à alínea h).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo PSD à alínea m).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor

do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD à alínea p).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD à alínea q).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora sim, e por fim, a alteração à alínea u), neste caso um aditamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Vamos então agora passar à votação das propostas de alteração do Partido Socialista.

Proposta de alteração à alínea h).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A proposta de alteração apresentada pelo PS à alínea i) fica prejudicada, porque a do PSD foi aprovada. Eu não vou colocar todas as outras, porque são apenas renumerações que depois, em sede de redação final, serão naturalmente ajustadas.

A proposta de alteração do PS à alínea q) também fica prejudicada, uma vez que a do PSD foi aprovada e elas são de igual teor, assim como também a da alínea r).

As restantes propostas que estão indicadas na proposta de alteração do PS ficam, para depois, em sede de redação final, se fazer a renumeração.

Vamos então agora votar o artigo 2.º da proposta com todas estas alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar as propostas de alteração apresentadas pelo PSD ao artigo 4.º e a metodologia será a mesma, portanto, será votado número a número, neste caso.

Vou colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD à alínea b), do n.º 1, do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1

voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Coloco agora também à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD à alínea c).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo PSD à alínea d), do n.º 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 2 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor

do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 5 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Vamos então agora passar à votação das propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista a este mesmo artigo 4.º.

A primeira é a proposta de alteração apresentada à alínea b), do n.º 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de eliminação da alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada para a alínea d), do n.º 1, do artigo 4.º, sempre apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PS, ao n.º 4. do artigo 4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Por fim, a proposta de alteração apresentada pelo PS ao n.º 5, do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora o artigo 4.º com estas alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para as propostas de alteração apresentadas ao artigo 5.º.

Começamos pelas do PSD, que foram as primeiras a dar entrada na Mesa.

A primeira é a proposta de alteração à alínea a), do n.º 1, do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD à alínea f), do n.º 1, do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, à alínea a), do n.º 3, do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora, sim, a proposta de eliminação ao n.º 4, do artigo 5.º.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Desculpe, mas é que a proposta de alteração do PSD considera também, no próprio n.º 3, uma alteração que tem a ver com o total instalado. Onde diz “total instado”, faltou votar isso.

Falta votar a 3. A 3 a) já está, mas a 3 não se votou.

Presidente: Falta votar a n.º 3, tem razão.

Vamos então votar a proposta de alteração ao n.º 3, do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: E agora, sim, a proposta de eliminação do n.º 4 do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Passamos agora às propostas de alteração apresentadas pelo PS.

Podem ser as duas ao mesmo tempo?

Sendo assim, está então à votação a proposta de alteração ao artigo 5.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há aqui um lapso de escrita no ponto n.º 7, do artigo 5.º, que por deficiência está como “discriminação”. Nós gostaríamos que fosse feita uma correção e reescrita quando fosse efetuada a redação final para “discriminação”.

Muito obrigado.

Presidente: Claro que sim.

Já tínhamos reparado nessa situação, mas naturalmente em sede de redação final é uma correção possível.

Sr. Secretário da Mesa por favor faça o anúncio da votação.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

As propostas anunciadas foram aprovadas com 30 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 1 voto contra da Deputada Independente.

Presidente: Votamos agora o artigo 5.º com as alterações que foram aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5.º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então o artigo 6.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação conjunta os artigos 7.º e 8.º.

Não havendo oposição, está à votação o artigo 7.º e o artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Pergunto se a proposta de alteração pelo PS ao artigo 9.º pode ser colocada à votação conjunta.

Sendo assim está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora o artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 10.º e às suas propostas de alteração.

A primeira é apresentada pelo PSD ao n.º 1, do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada, fica prejudicada a proposta apresentada pelo PS, porque era de igual teor, e passamos então à votação das propostas de alteração apresentadas pelo PS.

A primeira é ao n.º 4 do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PS de um n.º 5, ao artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, tendo obtido 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Votamos então agora o artigo 10.º, com estas alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos então passar agora às propostas de alteração apresentadas pelo PS ao artigo 11.º.

Pergunto se pode ser em conjunto?

Não havendo oposição está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 11.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos agora um conjunto de cinco artigos que não sofreram propostas de alteração. Pergunto se posso colocar à votação conjunta, do 12.º ao 16.º. Posso?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação as propostas de alteração apresentadas pelo PS ao artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas anunciadas foram aprovadas com 30 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra da Sra. Deputada Independente, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 17.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do Partido Socialista, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 1 voto contra da Deputada Independente.

Presidente: Os artigos 18.º, 19.º e 20.º será que podem ser votados em conjunto?

Não havendo oposição está à votação estes artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 21.º e às propostas de alteração apresentadas pelo PSD.

A primeira é à alínea a), do n.º 2, do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração à alínea b), do n.º 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração ao 1.º, alínea c).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor

do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao 2.º, da alínea c).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Penso que não é despiciendo considerar, se pudssemos votar os pontos 3, 4, alínea d), e) e f), tudo junto, deste artigo? Não há problema, da nossa parte, pelo menos.

Muito obrigado.

Presidente: Se não houver oposição por parte das restantes bancadas, isto significa que todas as alterações ao n.º 2 do artigo 21.º, podem ser votadas em conjunto, as restantes.

Não há oposição? Sendo assim, está à votação este conjunto de alterações apresentadas pelo PSD, ao n.º 2 do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas anunciadas foram rejeitadas com 30 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos

a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Segundo indicação que tenho da bancada do PS, também poderei colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 5 e o aditamento de um n.º 6.

Não havendo oposição, então está à votação esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora às propostas de alteração apresentadas pelo PS a este mesmo artigo.

Coloco à votação a proposta de eliminação, apresentada à alínea b), do n.º 2, do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 1 voto contra da Deputada Independente.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS à alínea c), do n.º 2 do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 2 votos

contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 1 voto contra da Deputada Independente.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração à alínea e), do n.º 2, do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 1 voto contra da Deputada Independente.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 21.º com estas alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do Partido Socialista, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 1 voto contra da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Pergunto à câmara se as propostas de alteração apresentadas pelo PS ao artigo 22.º podem ser votadas em bloco?

Não havendo oposição está então à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 22.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 23.º, 24.º, 25.º e 26.º, provavelmente também podem ser votados em conjunto.

Não havendo oposição está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 27.º, em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 27.º com estas alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 28.º, 29.º, 30.º, 31.º e 32.º da proposta, também penso que estão em condições de serem votados em conjunto.

Está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação as propostas de alteração apresentadas pelo PSD ao artigo 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas anunciadas foram rejeitadas com 30 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Está então agora à votação as propostas de alteração apresentadas pelo PS ao artigo 33.º.

Está à votação, em primeiro lugar, as propostas de alteração apresentadas pelo PS, à alínea a), do artigo 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas anunciadas foram aprovadas com 30 votos a favor do Partido Socialista, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 1 voto contra da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-me, pode ter sido lapso meu, que o corpo do artigo 33.º, antes das alíneas, não foi votado, e também é alterado.

Pedia que se verificasse isso.

Presidente: É uma situação idêntica à anterior.

Mas eu então farei agora a votação da alínea b) e depois voto o artigo 33.º.

Estamos a votar a proposta de alteração à alínea b) do artigo 33.º, e depois voto o corpo do artigo 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora, sim, a proposta de alteração ao artigo 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora votar o artigo 33.º com estas alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do Partido Socialista, 19 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 2 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

Não se incomode, Sr. Deputado. Nós estamos aqui para corrigir aquilo que não estiver correto.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sim, mas eu queria ver se não incomodava.

Presidente: Esteja à vontade, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Peço desculpa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Suscitaram-se dúvidas aqui na bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relativamente à existência, ou não, ou ter sido posto ou não à votação, na proposta de alteração do Partido Socialista, ao n.º 2 do artigo 4.º.

Presidente: Eu já tive oportunidade de confirmar, porque pensei que porventura pudesse não ter sido votado, mas foi votado.

Vamos passar ao artigo 34.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Em votação final global, o Projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrámos assim este nosso ponto da Agenda.

Sr. Deputado João Vasco Costa, para uma declaração de voto tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com a aprovação deste importante diploma para o bem-estar e para a qualidade de vida dos açorianos. Queríamos também sublinhar a elevação com que quer o debate, quer a votação deste diploma se operou, e também dizer que por ter sido referido que tinha havido um pedido de parecer jurídico aos serviços da Assembleia relativamente às Inspeções efetuadas pela EDA no caso de delegação de competências, nós desconhecemos esse parecer, mas certamente a Sra. Deputada Catarina Furtado se encarregará de me fornecer isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Furtado, para uma declaração de voto?

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Em relação à declaração...

Presidente: Sra. Deputada, os apartes dos nossos colegas Deputados quando dizem que a Sra. Deputada pode fazer uma interpelação à Mesa, terá que ser definido pela Mesa e não pelos Srs. Deputados.

Portanto, se a Sra. Deputada Catarina Furtado quer fazer uma interpelação à Mesa terá que dizer que quer fazer uma interpelação à Mesa, se é uma declaração de voto, é uma declaração de voto.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** É uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: É uma interpelação à Mesa?

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que o parecer jurídico foi feito chegar a todos os grupos parlamentares e representações através do Presidente da Comissão de Política Geral. Inclusive foi enviado para a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo e para a Diretora Regional da Energia, mas nós podemos fazer chegar à Mesa para que possa ser distribuído.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto então se vai fazer declaração de voto, Sra. Deputada?

Tem a palavra então para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da nossa parte nós achamos que tivemos um papel bastante ativo de maneira a que a redação final deste diploma fosse a melhor possível. Nós demos os nossos contributos. Já tive a oportunidade de dizer na intervenção inicial que lamentamos que o entendimento que tinha sido feito em sede de Comissão não

tenha sido respeitado, porque de facto o que houve foi o entendimento de que a proposta seria a...

Deputado Francisco César (PS): Não tem que haver!

A Oradora: ... conjunta, com os contributos do PSD. Muitos dos contributos estavam realmente na proposta de redação final e nas propostas de alteração do Grupo Parlamentar do PS, mas não houve o trabalho conjunto que nós estávamos à espera que tivesse existido.

Ou seja, nós enviámos as propostas, elas foram utilizadas e nem sequer houve uma espécie de, olha, nós acolhemos esta ou aquela proposta.

Ainda assim, o diploma que resulta tem objetivos que todos aqui reconheceram. Tem o mérito de vir simplificar vários procedimentos, de reduzir os custos, de reduzir o tempo associado ao tratamento e aos licenciamentos das instalações elétricas de serviço particular, e, portanto, acho que estamos todos de parabéns por termos aqui um diploma que vem facilitar a vida de várias entidades e de vários profissionais associados ao setor.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem, Sra. Deputada! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para reafirmar, como fiz durante o debate desta iniciativa, que no entender do CDS é, de facto, importante que haja este regime jurídico.

Havia alguns aspetos que nos pareciam que eram menos bem conseguidos na redação do diploma, foram de alguma forma quase todos corrigidos, acatando também aquelas que eram as recomendações feitas por parte das ordens profissionais.

Portanto, parece-nos que o diploma de alguma forma está melhorado e está mais capaz.

Subsiste-se, no entanto, dúvidas em relação à questão da incompatibilidade potencial da EDA assumir funções de inspeção. Em todo o caso, se a Sra. Secretária garante que essa incompatibilidade não existe, nós entendemos que o diploma tem todas as condições de ser aprovado e de melhorar o funcionamento em relação a esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Decidi fazer esta declaração de voto, em primeiro lugar, para sublinhar a forma exemplar como decorreu este debate e como foi possível melhorar um diploma, que era um diploma que eu votei favoravelmente ainda antes das alterações, tendo em conta a abertura que existiu no sentido de melhorar a iniciativa legislativa do Governo.

Devo dizer que o debate decorreu de forma exemplar e o Sr. Deputado João Costa, e a atitude que teve, dialogante, nesta matéria, penso que foi decisiva e quero aqui sublinhar esta matéria e sublinhar que é assim que deveria acontecer sempre, ou seja, com abertura por parte do Governo Regional e do Partido Socialista a este tipo de discussões, recebendo obviamente aqueles que são os contributos de todos os partidos no sentido de melhorar o diploma em questão ou outros em que estivessem em discussão. Infelizmente não é assim sempre que sucede...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas quase sempre!

O Orador: ... ou sucede muitas poucas vezes.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para que não restem dúvidas, o parecer jurídico que foi solicitado aos serviços jurídicos da Assembleia foi enviado no dia 9/11/2018, para os Srs. Deputados José San-Bento, Manuel Pereira, Bruno Belo, Jorge Paiva, João Corvelo e António Lima, tendo sido dado conhecimento à Sra. Deputada Catarina Furtado.

No mesmo dia, foi pedido aos serviços para encaminharem para a Sra. Secretária Regional e para a Sra. Diretora Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado, que na qualidade de Presidente da Comissão de Política Geral presta este esclarecimento à Assembleia.

Eu indicava também, no âmbito da nossa ordem de trabalhos, que no que toca ao ponto 11.º da nossa Agenda, **Projeto Decreto Legislativo Regional n.º 33/XI – “Para alteração do artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, de 29 de dezembro que - Estabelece o regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, já deu entrada na Mesa, e foi distribuído por todos, um requerimento, do PCP, ao abrigo do artigo 118.º do Regimento que retira esta iniciativa.

Sendo assim, ela naturalmente não será debatida.

Vamos entrar no ponto 12, não sem antes fazermos um intervalo. Era isso que queria, Sr. Deputado? Mas sem lhe conceder intervalo regimental, este é o meu intervalo. Vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 21 minutos.

Entramos agora no ponto 12 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 133/XI – “Criação de uma Carreira de Investigação Científica Consolidada nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos. Para apresentação do diploma tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

São o conhecimento e a informação que conferem aos países e regiões a necessária capacidade para enfrentar desafios e encontrar soluções face os mais diversos dilemas e problemas, sejam eles de índole económica, social ou ambiental.

São, por isso, o conhecimento e a informação que distinguem países e regiões.

O Regime Jurídico do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores começa exatamente por, em sede de preâmbulo, referir que, e passamos a citar, “A investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação são os principais impulsionadores da competitividade, do crescimento económico e do emprego de uma região, contribuindo decisivamente para a riqueza e para o bem-estar social”.

É por isso que, estando a ciência e a inovação diretamente relacionadas com a capacidade de gerar conhecimento, é cada vez mais importante investir nesses dois fatores de diferenciação.

Não é por acaso que as próprias diretrizes comunitárias dão cada vez mais relevância à “Ciência e à Investigação”, através dos diversos apoios enquadrados no Quadro Comunitário de Apoio para a investigação, desenvolvimento e inovação.

Mas a investigação, enquanto motor da ciência e da inovação, faz-se com pessoas, pessoas altamente qualificadas. É por isso que, se por um lado o financiamento para a investigação, desenvolvimento e inovação é fundamental, por outro entende-se que da mesma forma e não com menor relevância, as pessoas também são elementos fundamentais para a investigação e ciência.

Neste contexto, é premente valorizar, potenciar e estabilizar esse ativo que são os investigadores, dando-lhes os meios, sejam eles financeiros ou outros, para que desenvolvam a sua investigação com estabilidade laboral e com perspetivas de investigação futura na Região.

Fazer isso é apostar em Ciência.

Fazer isso é apostar em Inovação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Fazer isso é apostar no desenvolvimento dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma aposta nos Investigadores, propiciando-lhes oportunidades para que se fixem na Região, e incentivando, ao mesmo tempo, os jovens estudantes e investigadores a enveredarem por uma carreira científica nos Açores, é fundamental no âmbito de uma verdadeira política de ciência na Região.

Não somos só nós que o dizemos, ainda em 2014, no documento “Contributos para uma Política de Ciência nos Açores”, elaborado pela Comissão Consultiva *ad-hoc* para a Política de Ciência Regional, o então investigador Gui Menezes, enquanto elemento dessa Comissão, agora Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, recomendava ao Governo Regional, além de outras propostas, a

implementação de “mecanismos que permitam a criação de verdadeiro emprego científico”.

Em concreto a recomendação era a de “não permitir a perpetuação da condição de bolseiro, isto é, desenhar o sistema de incentivos de modo a que a figura do contrato de trabalho passe a ser a forma preferida de inserção de investigadores nos projetos”.

Entendemos, portanto, que este projeto de Resolução visa, em grande parte, dar corpo a essa orientação.

Também no Programa do XII Governo Regional dos Açores surge que, e passamos a citar, “a Ciência, como fonte de conhecimento, é essencial à inovação, pelo que a existência de um corpo sólido de cientistas e a disponibilização de apoios ao sistema científico e tecnológico regional, que opere a transferência de conhecimento para as empresas, são contributos indispensáveis ao desenvolvimento económico da Região”.

Ora, um corpo sólido de cientistas não se consegue com precariedade e com vínculos precários!

Existe um estatuto de carreira científica nacional? Existe. É verdade. Mas não é menos verdade que tem sido mais que enfatizada a necessidade de a rever.

Notícias deste ano evidenciam a insatisfação da comunidade científica em relação à carreira de científica nacional. Recentemente mais de 650 investigadores assinaram uma carta aberta ao Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior criticando a perpetuação da precariedade e defendendo “uma verdadeira carreira de investigação científica”.

Na Região existe também o anseio por parte da comunidade científica para que haja maior dignificação da atividade de investigação.

Ora nós temos as ferramentas que nos permitem, em ciência e investigação, diferenciarmo-nos positivamente, criando as condições para ter uma política que premeie o mérito e que termine com os ciclos perversos de precariedade.

Por isso, propomos que esta Assembleia recomende ao Governo Regional dos Açores que crie as necessárias condições legislativas, administrativas, financeiras e humanas, no sentido de instituir uma carreira de investigação científica consolidada, assente num sistema científico exigente, dinâmico e sustentável nos Açores, que contemple entre outros aspetos:

- 1- A existência dum Estatuto da Carreira de Investigação Científica próprio;
- 2- A definição de áreas prioritárias de investigação a nível regional;
- 3- A definição de lugares a concurso para cada instituição de investigação científica e tecnológica pública que integre o Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, de acordo com as áreas de investigação prioritárias definidas;
- 4- A abertura de procedimentos concursais para essas instituições; e
- 5- No caso da Universidade dos Açores, instituição de ensino superior com sede na Região, atento o princípio da autonomia universitária e ao disposto na legislação em vigor sobre o sistema do ensino superior, e ainda no caso de organismos de coordenação, gestão, acolhimento e valorização de ciência e tecnologia (C&T) e de parcerias de investigação e desenvolvimento (I&D), a abertura de procedimentos concursais através de protocolos a estabelecer com o Governo Regional.

Esta é uma forma de garantir a continuidade na Região de cientistas e de investigadores de enorme valia e reconhecimento a nível internacional, e de, assim, assegurar a continuidade de uma condigna representação dos Açores no sistema científico internacional.

O Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico sobre o Projeto de Resolução do PSD/Açores refere a necessidade de “compatibilizar, por um lado, a segurança do desempenho da profissão de investigador e, por outro lado, a garantia de produtividade científica efetiva por parte do investigador”, apresentando propostas concretas para a forma como o Governo poderá dar-lhe sequência.

O Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente, da Universidade dos Açores, congratula a iniciativa, considerando, e passamos a citar, “de capital importância para que a Região se mantenha a par com o desenvolvimento científico que se tem vindo a verificar no País e que existe uma necessidade premente de renovação dos quadros de ciência nos Açores, que o desenvolvimento científico deve passar pela fixação por períodos mais alargados de tempo dos investigadores que trabalham e são formados na Região, contribuindo com o seu trabalho e capacidade científica para o desenvolvimento dos Açores, sendo posteriormente obrigados a deslocarem-se para outros locais, de forma a prosseguirem com a sua carreira, privando a Região dos conhecimentos e experiência adquiridos durante a sua estadia”.

O Investigador Jorge Fontes, do Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, manifesta o seu apoio pessoal, enquanto investigador, doutorado e Açoriano com 20 anos de carreira científica precária, apoiada em bolsas de investigação. Considera a proposta “oportuna, já que o desejável investimento da Universidade dos Açores nas carreiras científicas é manifestamente insuficiente e perpetua a precariedade dos investigadores, a erosão e esvaziamento do sistema científico regional, atrasando o seu potencial de crescimento”.

Deputado Bruno Belo (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: O Diretor do Centro de Biotecnologia dos Açores, Artur Machado, afirma ser forçoso “que exista estabilidade e continuidade, não só nos recursos financeiros, mas também no quadro de investigadores”, considerando que “esta proposta peca por ser tardia, mas fundamental para o desenvolvimento dos Açores”.

As Doutoradas Susana Silva e Rute Gregório do Centro de História de Aquém e d’Além Mar – Açores, consideram de “enorme relevância qualquer iniciativa que venha promover a carreira de investigação científica nos Açores,

particularmente no contexto – que é nacional – de grande precariedade profissional.”

A Ponte Norte também tem opinião favorável à iniciativa.

Também o Reitor na Universidade dos Açores (UAç), em audição sobre a iniciativa na Comissão de Assuntos Sociais, começou precisamente por dizer que de facto o problema da precariedade na investigação científica existe.

É por isso que propomos a criação de uma carreira de investigação científica consolidada na Região, com custos que representam um excelente investimento face ao retorno económico e aos benefícios associados.

A criação de condições no seio do nosso sistema científico regional que permita valorizar, estabilizar e dignificar a atividade de investigação na Região permitir-nos-á, enquanto Região, ganhar massa crítica e conhecimento e caminhar para a convergência com a União Europeia.

Com este Projeto de Resolução convidámos o Governo Regional e os partidos e representações parlamentares a efetuar uma reflexão sobre o sistema científico atual, sobre as suas condições, sobre os seus resultados e sobre formas de o melhorar.

Fazemos de conta que o problema da precariedade e dos vínculos precários na investigação científica regional não existe, ou admitimos que ele é real e tentamos combatê-lo. O PSD/Açores está do lado dos investigadores, do lado da ciência, da inovação e do desenvolvimento regional e por isso deu este passo e este sinal de que é possível promover a excelência da investigação e a qualificação do capital humano, potenciando uma produção científica com sede regional, mas com qualidade e excelência internacionais.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, atento a uma proposta que já tinha sido apresentada, ou pelo menos entregue e discutida em Comissão, em abril de 2019, continua a achar que essa proposta não teve nenhuma evolução, ao contrário do que ela falava no seu articulado, face àquilo que, entretanto, tinha sido apresentado nesse tempo.

Todos nós estamos de acordo com algumas situações que aqui foram referidas face à importância da ciência e do conhecimento para o desenvolvimento das sociedades modernas e pela qualificação das populações e pela questão da melhoria da atividade e produtividade económica. Portanto, estes princípios gerais e genéricos não estão em causa.

Mas há aqui uma história que tem a ver com um fundamento que nos leva a não aceitar esta proposta como uma solução positiva para a questão que ela invoca.

É conhecido que a Universidade dos Açores, de 74 a 1980, foi financiada pelo Governo Regional. Depois teve uma solução mista entre 80 e 84 e o PPD-PSD, na altura (como alguns diziam ou como alguns ainda dizem; o Santana Lopes é que gostava dessa expressão), entendeu, e a nós parece-nos que bem, que as competências da Universidade dos Açores deviam ser transitadas para o Ministério e para o Governo da República, por uma questão de maior abrangência, de maior internacionalização da própria Universidade, e provavelmente nessa altura, porque entretanto tinha faltado as verbas da Base das Lajes, no sentido de se livrar um pouco de mais essa despesa que entretanto ia crescendo à medida que a Universidade dos Açores, e bem, também ia crescendo.

Por isso essa decisão foi tomada na altura. Nós pensámos, como objetivo estratégico, de dar maior dimensão à Universidade dos Açores, de a integrar nos centros internacionais e da sua investigação ser mais facilmente acreditada pela Fundação de Ciência de Tecnologia e Integrada num sistema científico nacional que tem relações com os outros países e por isso parece-nos que foi nesse tempo uma atitude que nesta parte tem todo o mérito e que foi bem conseguida. De resto, se nós quiséssemos avançar nesta questão, o Governo da República pediu à OCDE em 2016, que fizesse um relatório sobre o sistema científico e tecnológico nacional, sobre a investigação e sobre as carreiras, e esse relatório veio a servir, e as recomendações, para estabelecer aquilo que vem disposto no Decreto-Lei n.º 63/2019, de 16 de maio – portanto, um Decreto muito recente –, onde, por exemplo se realça que o desempenho e o impacto numa perspetiva internacional e num contexto multidisciplinar das atividades e das instituições, vivificação e desenvolvimento, devem ser reforçadas com uma estrutura semelhante àquela que vigora no todo nacional.

Também convém dizer que independentemente dos pareceres que aqui foram lidos, eles não são na sua globalidade, se quiséssemos fazer essa leitura, todos perfeitamente consonantes. Alguns até suscitam pequenas dúvidas, mas há uma coisa que não suscita dúvidas, que é a posição do Reitor da Universidade dos Açores, já em abril, e agora outra vez, no sentido de dizer que isto seria a duplicação de duas carreiras de investigação, quase uma de primeira divisão e outra de segunda, em que seria esta criada e que estaria a expensas do Governo dos Açores, e também avança que isto seria contra as boas práticas europeias...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas porque é que a dos Açores há de ser a de segunda!

O Orador: ... que ia criar conflitos na sociedade científica, que era um erro criar um estatuto duplo e, portanto, era um erro criar uma carreira de investigação.

Aliás, espanta-me muito...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A nós também!

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor já não me espanta!

O Orador: ... como o PSD, que fala tanto em despesa e fala em despesa da Administração e da saúde, agora quer voltar a carrear para os Açores uma competência que é do Governo da República.

Portanto, isto significa que há aqui uma situação que nós ainda não percebemos bem...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quando vos interessa é da Região, quando não vos interessa é da República!

O Orador: ... por que é que ela é aventada no sentido de retirar uma competência do Governo da República e voltar a alocá-la ao Governo Regional dos Açores...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até parece que a ciência só se faz nos Açores! Que visão redutora!

O Orador: ... que já tem programas de investigação científica que apoiam a Universidade dos Açores.

É preciso lembrar aqui nesta Casa que a entidade que financia mais a Universidade dos Açores, depois, naturalmente, das transferências que vêm do Orçamento de Estado, é o Governo dos Açores, com os seus vários programas e com o investimento que aqui se faz.

Naturalmente o que acontece nos Açores, para além do que o PSD diz, não é uma entidade que eu ouvi, que é uma Cooperativa da Ribeira Grande, que pode ser incluída num grande centro de investigação e de desenvolvimento que agora quer criar uma carreira científica à custa do Orçamento Regional.

Por isso, o que nos parece é aquilo que já nos parecia e que aliás a Universidade muito bem refere.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que visão relativista!

O Orador: É que deve continuar a haver investimento do Governo dos Açores,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Oh, Sr. Deputado, está tão debaixo de forma!

O Orador: ... agora criar artificialmente uma segunda carreira de investigação nos Açores para resolver um problema que é nacional e que deve ser resolvido, que são os investigadores que neste momento vivem não só numa situação precária, mas isso é uma competência do Governo da República...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Diga lá para que é que serve a autonomia!

O Orador: ... que já anunciou que ia também responder a essa questão que o Ministro Manuel Heitor afirmou ainda há pouco tempo.

Por isso, parece-nos que mais uma vez o PSD, o partido da autonomia,...

Deputado José San-Bento (PS): Já foi!

O Orador: ... que quis enviar, e bem, alargando o horizonte dos Açores para o todo nacional, que quis e bem passar competências que já eram, em termos nacionais, muito melhor respondidas, vem agora, artificialmente, não segue com propósito, nem sei para resolver que problema, incentivar a carreira científica nos Açores, ou melhor, duplicar a carreira científica nos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... de uma coisa pouco enquadrada, desarticulada, desajustada, contra normas europeias e contra a própria instituição no sentido de não lhe dar resposta.

Esta não é uma proposta de defesa da autonomia, é uma proposta que só quer retirar ao Governo Regional, provavelmente, mais algum espaço para ter mais uma carreira na Administração Pública Regional, quando isso não faz sentido.

Não é assim que nós entendemos que se defende a Autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estive presente na Comissão, mas penso que durante o debate desta iniciativa houve algumas confusões em relação à questão do financiamento da ciência e das carreiras, porque na Região o verdadeiro problema que existe hoje em dia é financiar investigação e o Sr. Reitor é muito claro quando diz que a Universidade dos Açores é uma instituição de ensino e investigação.

A Universidade dos Açores pode contratualizar investigadores. Aliás, como foi dado o exemplo, o atual Secretário Regional da Ciência e Tecnologia, na sua carreira, fazia parte na altura no Departamento de Oceanografia e Pescas, que agora já não é, e não foi contratualizado ao abrigo da carreira docente, mas ao abrigo da investigação. Aliás, o DOP era o único Departamento da Universidade onde havia mais ou menos um rácio equiparado. Tínhamos cinco docentes, penso eu, e quatro investigadores.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Ora muito bem!

A Oradora: Portanto, a Universidade pode contratualizar a carreira de investigador.

A grande questão é que não havendo recursos a Universidade prefere sempre contratualizar docentes porque grande parte da fatia de financiamento da Universidade são as aulas, são as propinas.

Portanto, como o docente na sua própria carreira é obrigado a também ter que fazer investigação, a Universidade contratualiza docentes que ensinam e fazem investigação.

Mais. Como grande parte da investigação na Região sempre foi financiada ao abrigo dos projetos, e nos projetos tinha-se os bolseiros que, no fundo, era a escravatura branca, os doutorados e os mestrados a fazer a investigação, não houve nunca a necessidade e a pressão da Região para contratualizar investigadores, o que gerou uma situação que é deveras injusta, que foram os doutorados que acabaram por ser pós-doc, e que foram empurrados para uma carreira crónica de pós-doc atrás de pós-doc e atrás de bolsa.

Enquanto os jovens acabam de se licenciar, têm 20 e poucos anos, têm disponibilidade para ir para o estrangeiro, ou até para virem para os Açores fazer investigação, quando estamos a falar em jovens que pós-doc atrás de pós-doc e de bolsa atrás de bolsa, já têm 40 e tal anos, têm as suas famílias e torna-se muito difícil, por exemplo, convencer um bom investigador que tenha 40 e tal anos e que tenha uma família para vir para a Região. E não se consegue fazer boa investigação sem uma massa crítica.

Aliás, durante a audição ao Sr. Reitor, mesmo em relação ao Okeanos, que é um centro de investigação, foi logo dizendo que tinha uma boa relação com o Governo e que iam abrir 10 vagas no âmbito do Estatuto da Carreira Docente, ou seja, no próprio centro de investigação que se vai criar, a contratualização não vai ser feita no âmbito de carreiras de investigação, mas de docência.

Portanto, eu penso que o grande problema da investigação na Região, neste momento, não é falta de uma carreira própria. É a falta de existirem instituições na Região com capacidade para contratualizar dignamente com todos dos direitos quem faz de uma vida uma carreira de investigação.

Ao contrário daquilo que o Sr. Deputado José Contente disse, eu por acaso não acho que se houvesse uma carreira de investigação e espaço para haver uma carreira de investigação na Região fosse de segunda divisão.

Eu acho que a haver uma carreira de investigação na Região teria que ser sempre com majorações para tentar conseguir captar investigadores para a

Região, dando-lhes outros benefícios e outras condições que fossem mais apelativos para virem com todas as suas famílias para a Região, se instalar aqui e criar uma massa crítica.

Tenho sérias dúvidas de que a regionalização da ciência seja um benefício e isso é a única coisa que peço esta iniciativa. No passado deu maus resultados, nós fomos obrigados a fazer linhas de investigação com interesse para a Região e não só não ganhámos vantagem competitiva em relação aos nossos pares, como muitas vezes ficámos limitados em relação aos assuntos que nos eram financiados. E mais, na maior injustiça, quando chegava a altura do Governo Regional utilizar os dados e a ciência produzida que nós tínhamos sido obrigados a fazer no âmbito do interesse regional, depois contratualizavam universidades estrangeiras e do continente.

Muito obrigada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é o que o Governo Regional continua a fazer! Até para matar ratos!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O contributo da ciência para a sociedade é inesgotável na medida em que possibilita avanços nos mais variáveis campos, como por exemplo, desde a saúde, a alimentação, o ambiente, a tecnologia, a energia e muitos outros, melhorando a qualidade de vida das populações e enriquecendo as sociedades intelectual e culturalmente.

O conhecimento científico e tecnológico é consensualmente apontado como um dos principais pilares das dinâmicas de desenvolvimento económico.

Efetivamente o problema da precariedade na investigação científica existe e é importante valorizar e estabilizar estes recursos humanos altamente qualificados.

Ao longo do trabalho na Comissão e nos pareceres emitidos foi reconhecido a existência desta realidade, mas não nos podemos esquecer, que existe uma carreira científica nacional não fazendo distinção entre investigadores nacionais ou regionais, pese embora esta se calhar tem de ser efetivamente melhorada.

É também necessário salientar que os investigadores terão que estar sempre devidamente integrados institucionalmente, pois a contratação laboral de investigadores apoiados pelo Governo deve estar sempre enquadrado nas unidades de investigação e desenvolvimento, o que faz com que a viabilização de uma carreira de investigação científica na Região não pode ser concretizada sem ter em conta este pressuposto.

Boa parte desta realidade de precariedade reside, sem dúvida, no problema do financiamento e das políticas públicas.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS considera que é necessária uma melhor definição das áreas prioritárias, defendemos que se devem aumentar as vagas existentes bem como o financiamento.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Traz-nos, o Grupo Parlamentar do PSD, através do seu Projeto de Resolução, o tema da investigação científica na nossa Região e em boa hora chega esta iniciativa, pois ela permite uma vez mais abordar esta temática.

É pacífico hoje, no discurso político empresarial e social, colocar o conhecimento como fator decisivo para novas abordagens à economia, à prosperidade e ao bem-estar dos povos.

É também cada vez mais usual, e infelizmente generalizado, falar-se em investigação científica resumindo-a às áreas tecnológicas.

A pressão do imediatismo, da guerra dos mercados e do lucro do dia para a noite, é hoje determinante para a definição das políticas públicas em matéria de ciência relegando para o esquecimento as chamadas ciências sociais e os seus centros de investigação.

Para o desenvolvimento das sociedades e a secundarização desta área, é um perigo para a projeção futura do desenvolvimento do pensamento humano e mesmo para a abordagem mais global das tecnologias.

Hoje, quando está em fase de estudo nos Açores, pelo Governo Regional, da definição das prioridades de investigação, deixo aqui este alerta para que estas áreas, as áreas sociais não sejam deixadas para trás.

Mas este Projeto de Resolução tem como objetivo principal a criação de um estatuto da carreira de investigação próprio nos Açores.

O objetivo fundamental desta iniciativa é, por nós, acolhido favoravelmente.

Pretende o PSD dotar a Região de corpos científicos estabilizados que permitam, com o seu trabalho, projetar os Açores no mundo científico.

Se estamos de acordo com o objetivo temos as maiores dúvidas que a criação por si só de uma carreira científica regional possa resolver o problema, podendo eventualmente até, e pelo contrário, ser prejudicial para o desidrato que se quer atingir.

Questionamos como se compaginaria uma carreira científica regional, paralela com a existente a nível nacional, quando nos Açores a principal instituição científica é a Universidade dos Açores.

Provavelmente e em nosso entender, à falta de melhor explicação, poderia levar à constituição de novos centros de investigação paralelos a esta.

Se for este o caminho preconizado não podemos estar de acordo. Este caminho poderia levar a um dispêndio de recursos exorbitante. Não vislumbramos capacidade financeira pública e muito menos privada, nos Açores, para cumprir esse objetivo.

Nesta proposta falta, assim, explicar como se operacionaliza no concreto aquilo que se propõe.

Combater a precariedade no trabalho científico é outro objetivo desta proposta, mas também não conseguimos descortinar com ela que, por si só, o consiga fazer.

Hoje, é mais do que aceite, que para qualquer área da ciência, a investigação é cara, é dispendiosa.

Em todo o mundo ela é sustentada por dinheiros públicos. Mesmo na pátria do mercado livre, os Estados Unidos da América são muitos os biliões de dólares que o erário público subsidia às grandes empresas na sua investigação e desenvolvimento.

O modelo que os grandes fundos financeiros implementaram é fazer ciência com dinheiros públicos, mas com a apropriação privada dos resultados dessa investigação.

Necessariamente esse modelo serve para conter custos e trata os investigadores como mercadoria: trabalham à peça ou, no vocabulário da área científica, trabalham ao projeto.

A transformação das nossas universidades em fundações não é, nem mais, nem menos, do que adaptação deste modelo ao nosso país.

Por outro lado, tornar os Açores competitivos em termos científicos a nível mundial, algo melhor explicação, e repito, não se coaduna com a pulverização de centros de investigação e de desenvolvimento.

Para competirmos, para sermos reconhecidos a nível mundial, como os pressupostos deste Projeto de Resolução assumem, ao contrário da pulverização de centros de investigação ou de medidas pontuais de apoios, mais ou menos continuados, de alguns poucos milhões de euros por parte do Governo Regional, é preciso assim mudar de política e aumentar a ambição.

Neste sentido se enquadra a proposta do Bloco de Esquerda da criação de um centro público de investigação internacional para as ciências do mar com carácter de instituto público no Faial.

Como sempre dissemos, não é mais um centro em concorrência com os centros existentes nos Açores.

Tivemos sempre o cuidado de precisar, desde que apresentámos esta proposta em 2008, que ele seria o desenvolvimento do embrião positivo que é o DOP.

Este projeto público resultaria, sim, de um esforço nacional, tendo em conta as potencialidades do nosso mar e traria, pela sua dimensão em número de investigadores e em meios, capacidade de afirmação internacional e seria capaz de dinamizar a prazo uma nova economia para os Açores.

Este projeto, de acordo com a nova lei da ciência, poderia enquadrar-se como o laboratório de Estado, permitiria combater a precariedade no setor, tratando os investigadores como gente e não como mercadoria.

Não podemos desenvolver neste debate as potencialidades da replicação imediata na economia açoriana de um projeto desta envergadura? Nem as potencialidades da coesão territorial e social do arquipélago? Assim como as potencialidades futuras da transformação tão necessária do perfil da nossa economia, para além das potencialidades da atração para a nossa universidade e abertura de novos cursos e atração necessária de alunos?

Infelizmente, nem o Governo Regional luta pelos Açores do futuro, limitando-se a fazer anúncios de plataformas científicas que servem para saquear os nossos recursos e continuar a lançar os investigadores na precariedade.

O Projeto de Resolução do PSD, em apreciação, tem o mérito de levantar estes problemas decisivos para a nossa Região, mas segue no essencial a política até aqui seguida e é pouco claro nas soluções e na sua concretização.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá abster-se na presente iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chamados a avaliar a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, relativa à Criação de uma Carreira de Investigação Científica Consolidada nos Açores, declaramos desde já o nosso parecer desfavorável, por considerá-la promotora de uma resposta avulsa e desenquadrada relativamente à dimensão e às implicações dos problemas que – isto sim oportunamente – reconhece e assinala.

Com efeito, ela não labora num vazio legislativo: mas os problemas que ela se propõe enfrentar pouco têm a ver com os remédios por ela apontados.

O atual Estatuto da Carreira de investigação aplica-se na Região como no resto do País, tanto ao nível da investigação integrada em estruturas universitária quanto no caso de investigadores trabalharem em unidades integradas em instituições pertencentes à esfera pública regional e não constitui, por si próprio, a raiz das inseguranças vividas por quem se dedica à investigação.

Tanto num caso como no outro, o problema central é o do subfinanciamento existente para a área da Ciência e Tecnologia, este sim seriamente prejudicial ao funcionamento daquela atividade científica que é justamente reconhecida como base essencial do desejável desenvolvimento económico e social da Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A criação de uma carreira de investigação de âmbito regional só viria agravar o problema, pois levaria à desnecessária duplicação de estruturas e de exigências de financiamento, induzindo necessariamente uma maior pulverização dos recursos alocados, e penalizaria fortemente as unidades já existentes, todas elas já empenhadas nos campos e setores de maior interesse regional, e certamente capazes de redirecionar a sua prática para eventuais novos campos e aplicações quando tal exigência lhes fosse convincentemente apresentada, num quadro programático fundamentado e integrado.

Neste sentido, o parecer emitido pela Reitoria da Universidade dos Açores resume com clareza a situação existente e indica o caminho mais sensato a percorrer.

Como aparece justamente focado no parecer emitido pelo CHAM-Açores, as regras às quais estão sujeitas todas as unidades de investigação a nível de avaliação internacional implicam a construção de um percurso científico sólido e complexo – caminho este que já tem sido em larga parte desbravado pelas entidades existentes. Ora, se as instituições portadoras de um potencial instalado já organizado, e com provas de competência já prestadas, se encontram a braços com uma situação de dificuldade por razões essencialmente centradas na insuficiência do seu financiamento, a criação de uma nova estrutura ou infraestrutura comportaria não uma solução, mas um agravamento dos problemas identificados.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dissemos “estrutura ou infraestrutura” porque, por seu lado, a própria proposta não é clara: tratar-se-ia de congregar as atuais unidades de investigação numa espécie de rede que ficasse sob a tutela regional após ter determinado em quais áreas de interesse regional incidissem as atividades por elas desenvolvidas? Ou, como parece mais provável, está-se a pensar na criação de uma estrutura

independente, composta eventualmente por novos centros e instituições, cuja indispensável creditação junto das entidades nacionais e internacionais responsáveis levaria necessariamente anos de trabalho?

Tanto num caso como num outro, são muitos os inconvenientes, os desequilíbrios e os problemas que a proposta, ao ser viabilizada, viria criar num setor que precisa de respostas céleres e concretas: respostas essas que, no essencial, poderão ser dadas quando se estabelecer um programa plurianual de financiamento às unidades investigativas existentes, retirando-as do sufoco e da instabilidade que elas experimentam, e capacitando-as, por via dos necessários recursos, a desenvolverem com eficácia e continuidade o papel essencial que lhes é universalmente reconhecido, infelizmente sem fazer acompanhar tais declarações de políticas coerentes, racionais e adequadas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A verdade é que em termos de investigação científica, na Região Autónoma dos Açores, se vive uma situação de grande retrocesso e uma situação de enorme precariedade em relação aos investigadores residentes na Região Autónoma dos Açores. Mais do que isso, há uma grande dificuldade em atrair investigadores para áreas que nós consideramos vitais.

Há, portanto, um panorama desolador no âmbito da Região, do ponto de vista da investigação científica que é absolutamente fulcral para o desenvolvimento a médio prazo da Região Autónoma dos Açores, ou de qualquer estrutura territorial politicamente organizada.

Tem que existir uma aposta forte utilizando meios públicos e meios privados para desenvolver a investigação científica. A investigação científica é um dos

motores fundamentais para o desenvolvimento económico e o que acontece é que na nossa Região o investimento que os privados fazem em investigação científica é muitíssimo limitado e praticamente inexistente.

Por isso, a Região tem que ter um papel fulcral, um papel importante, tem que ser papel de motor do desenvolvimento da investigação científica, nomeadamente a investigação científica focalizada em áreas de grande interesse para a Região.

Dou um exemplo: a investigação científica do ponto de vista das alterações climáticas, é algo absolutamente fundamental; ou a investigação científica do ponto de vista dos nossos recursos do mar dos Açores, de forma a que podem ser potenciados para o desenvolvimento económico da Região; ou a investigação científica na área da proteção do ambiente. São tudo áreas que nós temos o dever de focalizar, de selecionar, do ponto de vista dos interesses a médio e a longo prazo da Região Autónoma dos Açores.

A verdade é que nos meios existentes, ou com a estrutura atual, nós não temos forma de influenciar significativamente a sedimentação da investigação científica na Região. Não estamos a conseguir fazer, não há uma alteração da realidade, porque há entidades que nós não tutelamos, como por exemplo, a Universidade dos Açores que tem opções próprias no âmbito da autonomia universitária.

Por isso, ter este instrumento, ter um instrumento em que a Região possa operacionalizar aquelas que são as suas opções, aqueles que são os seus interesses do ponto de vista da investigação, é algo que me parece essencial.

Há um parecer que me parece muito bem estruturado, que é o parecer do Centro de História de Aquém e Além-Mar dos Açores, subscrito pela Professora Susana Serpa Silva e pela Dra. Rute Dias Gregório, que está muito bem estruturado e que fundamentalmente defende que é viável a criação de uma carreira de investigação científica própria, desde que ela seja devidamente

certificada e esteja devidamente estruturada junto de entidades que a possam certificar e que possam colaborar.

Por isso, considero que este é um caminho e é um caminho que nos pode permitir ter um papel importante e ativo no âmbito do desenvolvimento da investigação científica nos Açores, porque as coisas tal como estão não funcionam. Aliás, temos pareceres que apontam para o envelhecimento do nosso corpo de investigadores e apontam para o facto do financiamento ser cada vez menor.

Portanto, é necessário alterar o paradigma, é necessário fazer qualquer coisa e nós com esta medida, na minha perspetiva estamos a servir a autonomia dos Açores. A autonomia dos Açores serve para fazer melhor e para conseguir alterar um paradigma que não está a funcionar.

Nós, com as entidades, com o atual funcionamento, não estamos a alterar a realidade, não estamos a conseguir atingir os nossos objetivos do ponto de vista da investigação científica e, portanto, é necessário criar um instrumento autónomo que permita alcançar esses objetivos.

Por isso, tendo consciência das dificuldades práticas da implementação de um projeto deste tipo e tendo em conta, nomeadamente todas as chamadas de atenção e todas as questões que são contextualizadas pelo Centro de História de Aquém e Além-Mar dos Açores, tendo em conta e incorporando todo este contexto, eu considero que apesar de tudo, é um caminho que deve ser trilhado, é um caminho que nos permite ter uma intervenção prática nesta matéria, é um caminho que permite à autonomia dos Açores, realmente, conseguir inverter a situação, ou seja, acabar com a precariedade dos investigadores na Região Autónoma dos Açores, aumentar a nossa massa crítica no âmbito desta área.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, permitam-me dizer que acho que há aqui uma grande confusão, porque se confunde carreiras científicas com questões de precariedade. Aliás, confunde-se a criação de uma carreira científica regional com questões de precariedade. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, com certificação, como se agora fosse certificada, como acabou agora de dizer o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Que eu saiba, as carreiras não são certificadas.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Eu não disse que as carreiras eram certificadas!

O Orador: Eu acho que há aqui uma grande confusão.

Eu gostaria de começar por referir aqui que a proposta do Grupo Parlamentar do PSD diz assim: “a autonomia política e administrativa da Região confere a capacidade de criar uma carreira de investigação científica, sustentável e consolidada nos Açores. Esta será a única forma de garantir a continuidade na Região de cientistas de enorme valia”.

Ora, isto é completamente falso, porque não há nenhum investigador na Região que deixe de fazer investigação ou que deixe de estar enquadrado em centros de investigação, por não haver uma carreira de investigação regional, e ela, aliás do ponto de vista eventualmente jurídico, tenho dúvidas que ela devesse ser criada, por ser uma carreira concorrente que já existe a nível nacional.

Portanto, ninguém até agora neste debate conseguiu explicar exatamente qual era a vantagem de criar uma carreira científica regional para resolver os problemas que eventualmente estão a identificar, porque essas dificuldades da precariedade, etc., podem ser perfeitamente resolvidas no âmbito de uma carreira nacional. Não há aqui qualquer paralelismo entre estas duas realidades.

Por outro lado, a Sra. Deputada Catarina Furtado fez a amabilidade de me citar num estudo em que eu participei, num grupo de trabalho em que eu participei, e disse, de facto, e é uma preocupação e continua a ser, a questão dos bolseiros em que nós defendíamos que deviam passar a contratos de trabalho, porque tem outro tipo de direitos e nessa altura já defendíamos isso.

Eu gostaria de lembrar à Sra. Deputada também, e já agora, que em 2014, o então Primeiro-Ministro Passos Coelho, quando visitou o DOP e quando foi confrontado com inúmeros precários que existiam no DOP e que lhe puseram a sua situação, nessa altura o Sr. Primeiro-Ministro Passos Coelho encolheu os ombros e nada disse.

Deputado Luís Garcia (PSD): E o Ministro António Costa o que é que disse?

O Orador: Portanto, não sei se agora há um amor especial do PSD pelas carreiras científicas. No passado não havia.

Vou dizer-lhe qual é a realidade agora:

Reconhecendo precisamente a questão da precariedade que é um problema complicado, não só nos Açores, mas em todas as universidades do país, cujos quadros estão de facto a envelhecer e é preciso renovar e dinamizar as universidades, foram criados vários mecanismos de estímulo ao emprego científico, na última legislatura do Governo da República, e eu posso citar quais foram:

Foi criado o concurso para o estímulo ao emprego científico e individual;

Foi criado o concurso ao estímulo emprego científico institucional;

Alguns dos investigadores foram abrangidos por aquele Programa do PREVPAP, de integração de pessoas que já estavam há muitos anos na função pública;

Foi também apoiado os Centros de Investigação Avaliados. Também eles próprios têm mecanismos que podem concorrer na FCT para contratação de investigadores.

Portanto, foi feito nesta última legislatura, a nível nacional, grandes avanços neste domínio.

O que é que se entende por formação e o que é se entende por investigadores sem contratos de trabalho?

Nestas situações a formação entende-se como um bolseiro pós-doc, de doc, de doutoramento, é um bolseiro, está em fase de formação, e os bolseiros pós-doc consideram-se que estão em formação pelo menos nos três primeiros anos e há quem defenda que possa ir até aos seis anos de formação.

A partir daí, de facto há a obrigatoriedade destas pessoas, que são bolseiras e se houver enquadramento para isso, em projetos de investigação ou mesmo nas instituições de acolhimento, que passem a ter contratos de trabalho.

Também para dizer neste caso, e referindo-me agora particularmente aos Açores, que na última avaliação que os centros de investigação da Universidade dos Açores concorreram, houve dois grupos de investigação que tiveram a classificação de excelente e houve dois grupos que tiveram a classificação de muito bom.

Estes grupos, nos seus projetos e nas suas estratégias científicas, incluem a contratação de recursos humanos.

Em relação ao financiamento, uma coisa já foi dita: repare que na questão dos princípios estamos todos de acordo, que a ciência é muito importante para desenvolver a sociedade, para trazer inovação às empresas. Estamos todos de acordo nos princípios e que muitos referiram aqui.

Agora, quando se fala em que não há apoio à investigação nos Açores, permitam-me dizer que isso não é verdade. Não é verdade e vou dar-lhe aqui alguns exemplos que posso dar. Começo logo pela questão dos contratos de trabalho. Dentro de dias vamos lançar um aviso em que a universidade se pode candidatar para contratar 10 doutorados para o Centro Okeanos da Universidade dos Açores, um valor de 2.2 milhões de euros.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Como docentes, não como investigadores!

O Orador: Em relação a projetos de investigação e de desenvolvimento para instituições do sistema científico e tecnológico da Região, portanto, centros de investigação, foram lançados dois concursos, um com 2.9 milhões de euros e outro com 3.7 milhões de euros.

Todos esses concursos permitem, naturalmente, a contratação de recursos humanos.

Neste momento estão contratados, pelas nossas contas (não são todos doutorados, têm outros níveis de classificação, mas a maior parte deles são doutorados) cerca de 69 recursos humanos ao abrigo destes projetos.

Também ao abrigo de projetos de investigação em contexto empresarial, em que tivemos nos últimos concursos cerca de 10 projetos aprovados, existem cerca de 34 recursos humanos contratados ao abrigo destes projetos, num valor de cerca de dois milhões de euros o pacote global destes projetos.

Por outro lado, ao abrigo do Roteiro das Infraestruturas em que a Região, com o PO, comparticipa, nós temos o PORBIOTA, que é da Ilha Terceira, com 299 mil euros, e vamos ter em breve um aviso, que já estavam candidatados antes deste programa Quadro, o programa EMSO.PT e o programa EMBRC.PT, cada um com cerca de 1.2 milhões de euros, e cada um destes programas são infraestruturas científicas de estratégias nacionais, que vão ter da Região um apoio no âmbito do PO de cerca de 1.2 milhões de euros.

Ao nível da internacionalização posso dizer-lhe que temos feito um enorme esforço e reconhecemos que aí há trabalho a fazer e por isso fazemos este esforço.

Ao nível da comparticipação de projetos INTERREG, ao nível da comparticipação de consórcios em ERA-NET, em que os nossos investigadores

participam, ao nível de projetos do espaço atlântico, tudo isto em mais de cerca 400 mil euros por ano.

Ao nível das ciências sociais e humanas, como também aqui foi referido, é verdade que não são áreas estratégicas das RIS-3, mas também criámos uma linha de financiamento para estes projetos com orçamento regional.

Ao nível de bolsas em contexto empresarial, também lançámos bolsas nesse contexto, uma coisa nova e inovadora e que felizmente está a ter bastante aceitação por parte das empresas e a inclusão desses recursos humanos podem ser de facto transformadores ao nível das empresas.

Ao nível de bolsas de pós-doc e doc, temos cerca de 36 bolsas a decorrer.

Coisas novas temos também ao nível daquilo que são os convénios, os protocolos que o Governo Regional nos últimos anos tem feito.

Posso referir, por exemplo, os protocolos com a FLAD, que vão permitir, como anunciei este fim-de-semana, a contratação de um engenheiro para a Estação RAEGE e de mais dois investigadores, no âmbito do Air-Center, na área da Geodesia Espacial e Astrofísica para trabalhar na estação RAEGE.

Também ao nível de acordos, convénios e protocolos que estabelecemos recentemente, e isto é revelador do nosso empenho e daquilo que investimos na ciência nos Açores, assinámos um protocolo conjuntamente com a Universidade, com a FCT e com a FLAD em que iremos financiar, três cátedras para a Universidade dos Açores em áreas como a transformação digital, a inovação e a sustentabilidade.

O Governo Regional comparticipa estas cátedras em cerca de 25%.

Portanto, isto é uma novidade absoluta e pode permitir, de facto, que a Universidade tenha aqui, com estas três cátedras, uma renovação do seu corpo de investigação, porque as cátedras permitem criar grupos de investigação em áreas de ponta e é isso que nós queremos apoiar na Universidade.

Ao nível dos recursos humanos posso também dizer-lhe que no âmbito do AIR-CENTER estão previstas a contratação de cerca de 6 a 7 recursos humanos para áreas também muito importantes, como foram reconhecidas aqui pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão na área da observação da terra e das alterações climáticas, que irão trabalhar no TERINOV, na Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está previsto, está a fazer-se ...!

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora é que vai ser!

O Orador: A contar com tudo isto nós temos apoios diretos aos centros de investigação da Universidade que têm um financiamento plurianual em que também nós financiamos.

Ao nível do apoio àquilo que são os Centros de Ciência e à Literacia em Ciência e a Educação para a Ciência na nossa sociedade é extremamente importante. O Governo Regional investe mais de 700 mil euros por ano nos Centros de Investigação e naturalmente que isto também inclui a contratação de recursos humanos para dinamizar estes centros.

Uma outra novidade, e isto mais uma vez realça a importância que nós damos e o apoio que estamos a dar ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico dos Açores, posso dizer-lhe aqui que, em cerca de um milhão de euros, nós vamos apoiar a participação de investigadores regionais naquilo que são os programas do MIT-Portugal, da Universidade Texas , em Austin, e da Carnegie Mellon, que são programas liderados pela FCT, e que o Governo Regional vai compartilhar da sua parte aqueles investigadores que conseguirem participar em projetos com estas universidades em cerca de 400 mil euros.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Também novo tem a ver com programas que estão abertos para a internacionalização das empresas em áreas como a investigação, o apoio que nós estamos a dar também a bolsas, no apoio complementar às bolsas fulbright.

Portanto, são uma série de apoios que nós estamos a dar. Aliás, os apoios à internacionalização são extremamente importantes. Nós estamos nas vésperas do Novo Quadro Comunitário de Apoio, que é o Horizonte Europa, e como sabem este Horizonte Europa vai ser reforçado e nós queremos que as nossas unidades de investigação e os nossos investigadores participem em reuniões preparatórias, vão lá para fora, façam parcerias para que venha mais dinheiro para a investigação, para os Açores, que é assim que se faz ciência.

A ciência é uma coisa universal e nós não podemos pensar em ter carreiras de investigação regionalizadas. Não tem nada a ver com aquilo que é filosofia da ciência hoje em dia que é uma área universalista e não uma área regionalista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por outro lado, eu gostaria de dizer que – e também foi anunciado no Dia do Cientista, na Ilha de São Miguel, no Teatro Micaelense, pelo Sr. Presidente do Governo – temos um programa, que nós chamámos de DOC-PROF que, no fundo, será uma espécie de estagiar para doutorandos. Vamos fazer esta experiência, este projeto piloto, que vai arrancar em breve, aliás em 2020, e que vai permitir que entidades possam integrar doutorados que estejam em situação de desemprego.

Estes são, de facto, alguns exemplos do que estamos a fazer.

Portanto, não há necessidade nenhuma, nem eu consigo perceber qual é o alcance da proposta do PSD em criar uma carreira científica. Se me conseguirem explicar o que é que isso releva para o facto da precariedade do emprego científico, eu gostaria de tentar perceber.

Por outro lado, dizer-vos o seguinte: na alínea b) da proposta do PSD, também se fala na definição de áreas prioritárias da investigação a nível regional.

Como sabem, as áreas prioritárias definidas na RIS-3, são o mar, as pescas, o turismo, a agricultura e a agroindústria.

Portanto, essas áreas estão relativamente definidas.

Também vos posso dizer que, como sabem, têm decorrido várias reuniões e grupos de trabalho para a revisão da RIS-3. Esse trabalho deverá estar concluído em maio de 2020 e eventualmente outras áreas podem ser incluídas como áreas prioritárias e certamente serão mais facilmente financiadas pelo PO que, como sabe, a RIS-3 é uma exigência a jusante dos programas dos planos operacionais.

Por outro lado, e finalmente, tanto a alínea c), como a d), como a e), dão a entender que seria o Governo Regional a imiscuir-se naquilo que é a autonomia da Universidade dos Açores, dizendo à Universidade dos Açores quais são as áreas em que deveriam ser abertas eventualmente lugares para contratos científicos, em que áreas essas instituições deveriam abrir as áreas. Ora isso não se faz assim. A ciência não parte do Governo, parte das instituições científicas, parte dos investigadores e naturalmente que a Universidade tem essa autonomia, e bem, para desenvolver essas áreas e saber quais são as áreas que acha que estrategicamente são mais importantes para a Universidade.

Eu gostaria de dizer, finalmente, que não é só no problema do precariedade do emprego científico que existe a questão do financiamento (é verdade!), mas existe também e tem sido feito, como eu disse, um avanço muito grande em termos daquilo que foram as políticas de estímulo ao emprego e ao emprego científico. Aliás, existe um Observatório para o Emprego Científico (está no site da FCT) que diariamente quase vai acompanhando o número de doutorados que vão sendo incluídos nas universidades portuguesas. Posso dizer-vos que muitas das universidades aderiram a estes programas e algumas delas, por exemplo, contrataram cerca de 200 investigadores ou docentes, não sei agora quais são as modalidades, mas também há aqui uma responsabilização que tem que ser dada às universidades, porque elas podem aderir a estes programas e podem fazer essas contratações.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, o PSD quer mesmo discutir a situação da ciência e dos cientistas na Região Autónoma dos Açores e o futuro. E o caminho do PSD é mesmo diferente daquilo que tem vindo a ser feito na Região e é surpresa.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Qual?

O Orador: É surpresa para o PS que cristalizou, continua com o seu discurso passadista e nós fizemos esta proposta, nós apresentámos esta alternativa, propositadamente.

E quem melhor do que o Deputado José Contente para vir defender uma estratégia ultrapassada do Partido Socialista.

Se nós tivéssemos dúvidas acerca do caminho a seguir, elas desapareceram todas com o apoio do Partido Comunista àquilo que foram as intervenções e as posições do Partido Socialista.

É preciso, ao abrigo das competências próprias da Região Autónoma dos Açores, melhorar e progredir no que diz respeito quer à ciência, quer a todas as outras áreas da Região. E é para isso que a autonomia serve, para nos dar situações melhores, para nos dar caminhos alternativos e para nos dar melhores recursos.

Portanto, quando aqui se questionou se aquilo que o PSD queria era uma primeira e uma segunda divisão da ciência, partindo do princípio que a divisão regional seria a pior, é um erro.

O que nós queremos, de facto, e a Deputada Graça Silveira percebeu isso, é ter aqui nos Açores condições ainda melhores do que nas outras paragens para que a ciência e os cientistas possam existir e possam produzir, porque senão não se fixam. É mais difícil viver nos Açores do que viver noutras paragens e há que assumir isso.

Este diploma do PSD dá uma oportunidade, a mesma oportunidade que nos dá a autonomia.

O PS não gosta deste diploma apenas porque não é seu. É o único motivo. Todas as vezes que não lhe convém, o Partido Socialista mete a autonomia na gaveta e recusa assumir os poderes que essa mesma autonomia lhe dá, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Já se vai explicar outra vez!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... atirando para a República aquilo que não quer assumir como seu e os problemas que não quer resolver.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ao contrário daquilo que o PS diz e parece defender, não se faz só investigação em ciência na Universidade dos Açores. Portanto, todas as vezes que se reduz a investigação e a ciência à Universidade dos Açores atirando de novo para a República as competências de orientação e financiamento do ensino superior, esquece-se que a ciência na Região faz-se em muitos outros sítios.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Diga onde!

O Orador: Pelos vistos, por aquilo que aqui foi dito, quer o PS, quer o Governo, querem continuar a manter o investigador como sendo o parente pobre da ciência nos Açores, ou que ainda os investigadores estejam no mesmo

nível e nas mesmas circunstâncias de dependência de outros açorianos fragilizados como são, por exemplo, os beneficiários dos programas de apoio ao emprego ou ao desemprego, só que neste caso estes são os mais qualificados de todos e são aqueles que mais trabalharam e mais lutaram pelas suas habilitações e sacrifícios fizeram, eles próprios e as suas famílias, quer na Região, quer no país, quer muitas vezes lá fora.

O PSD mais uma vez trouxe aqui um contributo, uma alternativa. O Partido Socialista quer mais do mesmo.

Também é preciso assumir que na Região existe um fosso muito claro e muito marcado entre o jovem investigador e a geração mais antiga, entre os bolseiros e os chefes de departamento.

O que temos é que os jovens atualizados, qualificados, bolseiros, mal pagos, muitas das vezes são a mão-de-obra que faz a produção científica que leva, no final, à assinatura do titular que tem a carreira, que tem a estabilidade, que pode viver com a sua família...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Isso não implica uma carreira!

O Orador: ... e com o seu agregado familiar, e o jovem não sabe como vai fazer para pagar a renda porque tem uma situação de precariedade absoluta. Houvesse a hipótese de haver uma carreira científica como aquela que o PSD defende neste diploma, essas diferenças começar-se-iam a esbater.

Portanto, este diploma do PSD é por isso um diploma contra a precariedade.

É um diploma pela fixação de investigadores, sobretudo os jovens, muitas vezes explorados pelos seus colegas seniores.

Este diploma quer acabar com a atual situação de trabalho à peça, de viver de mão estendida e de não saber o que se vai fazer no dia seguinte, ou como se vai viver quando acabar o financiamento do trabalho em curso ou daquela bolsa que se conseguiu com muito sacrifício obter.

O PSD quer, sim, que seja muito melhor ser investigador na Região do que no continente ou até noutras paragens e, porque não ter condições aliciantes para que, em vez de perdermos para o estrangeiro os nossos investigadores, possamos captar conhecimento e gente de outras paragens para aqui se virem fixar e produzir o seu trabalho, porque nós queremos, de facto, ter os cérebros na Região, queremos cá ter os melhores, em vez de muitas vezes passarem por cá ou nascerem cá e perderem-se, irem-se embora.

Sr. Secretário Regional, é também importante frisar e sublinhar a imensa diferença que existe entre docente e investigadores. Os docentes têm carreira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aqueles que conseguem ser docentes, conseguem ter carreira e conseguem ter estabilidade. Os investigadores, já cabe tudo lá dentro. Alguns até são docentes, mas a grande maioria deles não são, são precários e quando conseguem ter um contrato já é muito bom. Às vezes nem isso.

Infelizmente, e peço desculpa pela expressão que vou utilizar, antes que haja protestos e rasgar de vestes, o jovem investigador é um tesouro. O jovem investigador na Região anda de bolsos vazios e é importante dignificar aqueles que maior contributo podem dar para a produção de riqueza e de conhecimento nesta terra. Não podem, de facto, continuar na situação em que estão e nós o que queremos é dignificar estas pessoas, dignificar o seu trabalho, dignificar o seu futuro, dar-lhes estabilidade, dar-lhes uma carreira e dar-lhes independência.

Nós não queremos, como outros, que os investigadores sejam fechados num qualquer teatro à espera do próximo anúncio...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e à espera de mão estendida irem receber aquilo a que têm direito pelo seu esforço e a que bem se candidataram.

Pode este Governo continuar a apregoar os anúncios de milhões,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque de facto esses milhões não estão e não chegam à base do tecido científico regional, que são os jovens investigadores que querem fazer um doutoramento, querem fazer um pós-doutoramento e a seguir esperam que com esse currículo possam ter um emprego, esse dinheiro não está a chegar, e gostaria, de facto, que o Sr. Secretário soubesse ou pudesse assumir aquilo que toda a gente sabe: é que muitas das vezes os euros que existem e que não estão apenas no papel do Governo, os que existem mesmo, muitas das vezes não chegam aos recursos humanos e não chegam aos investigadores e ao trabalho científico porque se perdem a cobrir despesas fixas e despesas de funcionamento de serviços, de departamentos, muitas das vezes, para poder financiar a aquisição de materiais básicos como o papel, as esferográficas e até materiais de limpeza.

Portanto, Sr. Secretário, o mundo real é o mundo do investigador pobre, não é o mundo do anúncio dos milhões que repetidamente o Governo Regional aqui faz nesta casa sempre que alguém apresenta um caminho alternativo e confronta o Governo com a realidade e com as dificuldades que as pessoas vivem no seu dia-a-dia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, Sr. Secretário, limitei-me a citar aquele que foi o parecer elaborado pelo Centro de História de Aquém e Além-Mar. No ponto n.º 5, e a mim merecem-me consideração estes investigadores. Não sei se a V. Exa. lhe merece consideração. Estas pessoas, estes investigadores merecem-me a maior consideração e a opinião deles, para mim, conta, tal como conta a sua, obviamente.

Mas o que eles disseram foi o seguinte: “com base no supracitado (não tenho agora tempo para referenciar os quatro pontos anteriores) o Centro de História de Aquém e Além-Mar entende que a viabilização de uma carreira de investigação científica na Região Autónoma dos Açores não pode ser concretizada sem que se entenda a todos estes pressupostos (os quatro anteriores) que impliquem a acreditação nacional e internacional, a avaliação externa e a correlação e integração no sistema científico nacional, isso sob pena de criarmos uma qualquer carreira paralela e sem crédito entre pares.” Foi isto que eles disseram e foi isto que eu citei.

Portanto, esta é a opinião destes investigadores que têm um currículo que fala por eles...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Vai votar a favor?

O Orador: ... e acho que não devem ser menosprezados por V. Exa..

V. Exa. tem uma opinião diferente, mas por ser diferente não quer dizer que seja a mais correta. É apenas diferente.

Devo dizer também que V. Exa. diz: bom, mas todos os problemas que são levantados pelos pareceres e pelo Partido Social Democrata e pelo PPM, todas estas questões podem ser resolvidas. Podem, mas não foram!

Podem, mas não foram! Não foram nesta legislatura, não foram na legislatura anterior, não foram na outra legislatura.

Portanto, sobre este tema, os investigadores (como quem está aqui no Parlamento a algum tempo sabe), este é um tema que se repete há várias legislaturas. Portanto, é um tema em que a fragilidade da Região é evidente.

Portanto, esta é uma ideia. É uma ideia diferente.

Eu estive a fazer uma investigação sobre isto. Por exemplo, o que é que está na estratégia nacional de ciência e tecnologia espanhola?

O que é que eles concebem? Concebem a articulação entre os centros de investigação de âmbito nacional e os regionais, promovendo também a especialização de acordo com as potencialidades e os interesses das diversas comunidades autónomas e promovendo também até o cofinanciamento de projetos.

Por isso, também aqui não é uma proposta absolutamente inovadora. É isso que pelo menos na investigação que fiz está a ser feito em Espanha e está a ser assumido pelas comunidades autónomas.

Por que é que a nossa Região não pode assumir também competências nesta matéria, articulando a sua ação devidamente com o Estado nesta matéria, como está a ser feito em Espanha e ainda por cima com os problemas territoriais que tem a Espanha, os problemas que nós não temos de colaboração e de articulação, e de especialização, já agora?

Portanto, não se trata de nada do outro mundo e não se trata de nada que não esteja a ser feito na Europa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais o Sr. Deputado José Contente veio aqui dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não aceita a proposta do PSD como solução

positiva para o problema, mas depois trouxe-nos uma mão cheia de nada, mas não disse qual era o problema efetivamente.

Ou seja, em relação à nossa solução o problema está no ponto 1 da parte resolutiva? Está no ponto 2? No ponto 3? No ponto 4 ou no ponto 5? Qual é o problema efetivamente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em relação à proposta do PSD?

Depois, Sr. Secretário, esta coisa de ser Olívia empregada e Olívia patroa é muito complicada.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quem é a Olívia?

A Oradora: Ora, o senhor quando era investigador, quando vestia a pele de investigador, vinha dizer que era necessário a implementação de mecanismos que permitam a criação de verdadeiro emprego científico.

Depois aqui diz que de facto o problema da precariedade existe, mas na Comissão disse que isto era tudo extemporâneo, ou seja, dando a ideia que afinal não havia problema nenhum.

Mas depois a seguir diz que os problemas podem ser perfeitamente resolvidos na carreira nacional.

Ora, eu não sei se se recorda das várias notícias de que foi alvo a carreira científica nacional. A tal carta aberta que referi ainda há pouco, uma carta aberta subscrita por mais de 650 investigadores, enviada ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a pedir a revisão desta carreira científica nacional. Significa que as coisas não estão assim tão bem.

Em relação ao pedido de rejuvenescimento dos investigadores, obviamente que todos nós defendemos isso, mas a revisão que foi feita ao Estatuto do Bolseiro também teve reclamações. Portanto, o que se está a passar a nível nacional, de facto, não está a satisfazer a comunidade científica, e nós aqui temos os meios para fazer algo melhor, para fazer algo de diferente.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Mas não é com uma carreira!

A Oradora: Já que me atirou os números desse lado, eu também vou atirar-lhe alguns números. O nosso sistema, todo o desenhado, não é um custo, é um investimento. O investimento que seria necessário para ter este sistema todo desenhado e implementado, seria à volta de 1.7 milhões de euros, entre 1.7 milhões de euros e 3.3 milhões de euros.

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): Grande margem!

A Oradora: Ora, isso é mais ou menos uma ala da Casa da Autonomia.

Não percebo!...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Depois, Sr. Secretário, voltando até atrás e fazendo aqui uma correção, disse-nos que existem 69 contratos de investigadores doutorados. Permita-me corrigi-lo: não são 69 contratos de investigadores doutorados, são só 33. Só 33 desses contratos é que são de investigadores doutorados.

E mais! Quando os contratos deviam ser de 3 anos, o que está a acontecer é que os contratos é que os contratos que estão estabelecidos são de dois anos, porque não há financiamento para mais.

Mais! Vem-nos dizer e vem-nos atirar aqui com tudo o que está sendo feito. Eu acho que leu o Projeto de Resolução do PSD-Açores, ou pelo menos devia ter lido. Nós elencámos uma série de iniciativas e louvámos iniciativas.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem! Não abrange.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Abrange!

A Oradora: Agora, o que nós dissemos foi que elas são manifestamente insuficientes.

Mais! Em relação ao PREVPAP deixe-me que lhe diga que ele não abrange completamente este que é um Estatuto de Carreira especial. Portanto, os investigadores não conseguem resolver a sua situação completamente através do PREVPAP.

Portanto, para já eram estas as situações que lhe queria deixar.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de dizer que se alguém voltou ao passado não fui eu. Foi o PSD que quis voltar à época de 74/80 em que a Região é que pagava tudo.

Em relação ao passado também gostava de dizer o seguinte, Sr. Deputado: de facto, eu tive responsabilidade na rede da ciência, mas por acaso até foi num período interessante, em que, de 2005 a 2011, a universidade recebeu, e bem, mais de 50 milhões de euros de apoio para todas as atividades, mas foi execução financeira.

E uma dessas situações que foi bem resolvida, que nenhum Governo da República resolveu, foi um governo socialista que financiou na íntegra o departamento de Oceanografia e Pescas depois de sucessivos Governos da República terem prometido e não terem feito nada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era pedir ao Ministro António Costa!

O Orador: Por isso, em matéria de passado há pessoas que se envergonham do passado político, mas nós não.

Mas o nosso problema aqui é que o PSD parece que nem gosta de falar do passado...

Deputado Luís Maurício (PSD): Gosta! Gosta!

O Orador: ... e parece que está um pouco perdido com o futuro, mas é evidente que nesta discussão desta Resolução, ao contrário do que alguém quis dizer, não foi só o Partido Socialista que levantou reservas e dúvidas em relação a um diploma que tinha muitas boas intenções por causa dos precários, mas esquecia as situações maiores que enquadravam uma carreira científica na Região Autónoma dos Açores.

Isso é que o PSD não conseguiu resolver nem explicar para justificar esta resolução. E tanto não conseguiu que o seu diploma faz apelo a propostas para melhorar e nós, infelizmente, porque provavelmente todas as entidades acabaram por chegar à conclusão que também nós, a maioria, aqui chegámos, é que este diploma, de facto, não tinha sustentabilidade suficiente para poder vingar neste sistema atual.

Por isso, nós estamos muito confortados não só por causa de outros partidos terem percebido o que nós e o senhor Reitor também de um modo muito claro veio a assinalar. E nós também estamos confortáveis porque percebemos que o Governo dos Açores continua numa marcha...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Lenta!

O Orador: ... de investimento e numa marcha que, mesmo que fosse lenta, Sr. Deputado, não é uma marcha de tropeções e de alçapões.

Por isso, nós preferimos uma marcha estável e que seja consolidada, essa sim, a um diploma que não tem pés, nem cabeça.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, esperar que o Deputado José Contente dissesse algo de novo era um exercício de muita e boa fé.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Eu já estou habituado ao descontrolo emocional que passa pelas bancadas do PS sempre que eu tenho oportunidade de participar nos debates, mas eu convivo bem com isso.

A universidade não pode ser dos Açores quando convém ao PS e ser da República também quando convém ao PS. Para o PSD, a universidade é dos Açores e convém aos Açores que nós cuidemos dela, porque ela é do nosso interesse.

Deputado Francisco Coelho (PS): Então por que é que foram os Governos do PSD que mandaram para a República?

O Orador: Portanto, nós não chutamos para canto nem a Universidade dos Açores, nem a ciência, nem nada que diga respeito a estas áreas.

Assumimos a nossa responsabilidade ao abrigo das competências que a autonomia nos dá.

Depois lamento que o Partido Socialista pela voz e pela intervenção do Deputado José Contente não tenha tido uma única palavra de preocupação para com os investigadores...

Deputado José Contente (PS): É falso!

O Orador: ... e a situação de precariedade e de dificuldade em que vivem.

Teve apenas o habitual discurso de defesa do passado e das opções do Partido Socialista de defender as pessoas não.

Pois nós trouxemos aqui este diploma para defender as pessoas e os investigadores que estão em dificuldade, porque nós, de facto, preferimos estar ao lado dos investigadores e em concordância com a maioria dos pareceres que esta Assembleia recebeu no que diz respeito à discussão e ao debate deste diploma do PSD e quanto a isso mais uma vez lamenta-se que o Partido Socialista não tenha uma única palavra.

A questão que tenho para colocar ao Governo Regional e ao Sr. Secretário é, ao abrigo das competências do Governo, o que é que falta e o que é que impede este Governo de poder assumir uma diferença, um caminho próprio e um caminho alternativo para que seja bem melhor ser investigador e ser cientista nos Açores do que noutras paragens?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para o debate. Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria dizer ao Sr. Deputado Rendeiro que ele não ouviu a minha primeira intervenção.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Custou, mas ouvi!

O Orador: Por isso não é verdade que eu não tenha falado nos investigadores precários e também até na posição que o Ministro Manuel Heitor já tinha tido no sentido de dizer que era preciso rever as suas carreiras. Portanto, não é verdade aquilo que o Sr. Deputado disse em relação ao Grupo Parlamentar do PS não se ter referido aos investigadores que estão em situação precária.

Mais! Como foi apresentado pelo Sr. Secretário, é o Governo Regional dos Açores do Partido Socialista que está a financiar muitos projetos onde esses investigadores precários estão incluídos.

E mais! É o Governo Regional do Partido Socialista que desde sempre deu força aos centros de investigação da Universidade dos Açores e o Sr. Deputado não pense que esses centros de investigação que tiveram menção de excelência e bom, que isso aconteceu por falta de investimento ou por não haver investimento de ninguém.

Foi fundamentalmente porque houve investimento do Governo dos Açores e fale com o ex-Deputado Paulo Borges que aqui esteve para perceber...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está a precisar de ir visitá-los outra vez!

O Orador: ... como é que ele tem um centro de investigação que teve excelência ao longo dos anos. Não foi provavelmente por nenhuma diligência do PSD, nem dos Governos do PSD, porque eu recorro aqui, Sr. Deputado, que foram os Governos da República do PSD que,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Por acaso foi bem lembrado!

O Orador: ... para além de outras coisas acharam que a educação e o conhecimento deviam ser os primeiros a levar cortes e houve grandes cortes no Governo de Passos Coelho por falta de entendimento dessa questão. Quase que faz lembrar as situações que acontecem agora no mundo Ocidental...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Houve cortes no Governo de Passos Coelho porque estava tudo falido por causa dos governos do Partido Socialista!

O Orador: ... como o Trump e outros acham que de facto o mundo científico e o conhecimento não têm interesse nenhum, mas o Grupo Parlamentar do PS e o seu Governo continuam firmes e diligentes para que os projetos que foram aqui apresentados, para que as situações que correspondem à investigação científica dos Açores sejam complementadas por este Governo Socialista como sempre foram.

Portanto, nós não recebemos nenhuma lição do PSD nem de autonomia, nem de apoio à investigação científica nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, esperar que o Sr. Deputado Luís Rendeiro explique o inexplicável, que é porquê uma carreira de investigação (o Sr. Deputado não me está a ouvir, não me está a ouvir, Sr. Deputado)...

O Governo Regional está, de facto, com os investigadores da Região e eu já demonstrei aqui o apoio que nós damos aos centros de investigação e à Universidade dos Açores que permitem contratos de trabalho.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tem de admitir que é tudo precário!

O Orador: Aliás, foi nos Açores que, ao contrário do que acontecia no continente, nós obrigámos quando havia um projeto de investigação aprovado, que em vez de bolseiros se contratassem as pessoas, com contratos de trabalho verdadeiros.

Nesta sequência também, e pela experiência da primeira versão, nós aumentámos o valor dos projetos de investigação de 150 para 180 mil euros, por cada projeto, para precisamente permitir essas contratações por mais tempo. Portanto, dizer que o Governo Regional não protege os investigadores não é verdade e claro que o Governo Regional tem essa preocupação por tudo aquilo que eu já elenquei.

Aliás, o Governo Regional o que não pode é imiscuir-se daquilo que é a autonomia da universidade e dizer à universidade que ela tem que concorrer a alguns mecanismos que estão abertos para que ela possa contratar investigadores ao abrigo dos vários programas de estímulo ao emprego científico que existem.

Nesse aspeto, os dez contratos para o Okeanos falam por si.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Dez não respondem à precariedade que existe! O senhor sabe disso muito bem!

O Orador: Não há argumentos para dizer que o Governo Regional não protege os investigadores. Mais gostaríamos de fazer, mas naturalmente dentro daquilo que são as nossas possibilidades, é o que nesta altura podemos fazer.

Mais! As três cátedras que nós vamos cofinanciar juntamente com a FLAD e a FCT também são demonstrativas daquilo que pode ser e que a universidade pode aproveitar para contratar.

Agora, a universidade é que é a entidade contratante e nós não temos a tutela sobre a universidade. Portanto a universidade decide as suas estratégias e os centros de investigação também decidem.

Agora há uma coisa muito importante, é que estes 10 doutorados, por exemplo, do Okeanos e eventualmente os outros que estejam a contrato a termo certo com a Universidade ou com um centro de investigação, eles podem participar naquilo que é a vida dos centros de investigação. Podem participar nos

Conselhos Científicos e nos vários conselhos coordenadores que existem nesses centros.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se não receberem podem participar naquilo que quiserem!

O Orador: Portanto, será com certeza, atendendo também ao que eu disse há pouco da faixa etária já ser elevada na universidade, uma forma de revitalizar esses órgãos e de introduzir novas dinâmicas e novas ideias dentro dos centros de investigação regionais.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Participar sem receber!

O Orador: Sr. Deputado, vou só dar-lhe um exemplo em relação a não ser necessário criar carreiras científicas na Região.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não vale a pena que ele não quer ouvir!

O Orador: Vou dar-lhe um exemplo que, por exemplo, já existe. O Hospital Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada, tem um grupo de investigação ligado às ciências da saúde. Essas investigadoras estão enquadradas na carreira de investigação normal. São investigadoras principais, ou assistentes de investigação, mas elas estão na carreira de investigação. Elas recebem...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não fale no plural! É uma!

O Orador: ... ao abrigo daquilo que é o índice remuneratório das carreiras de investigação.

Portanto, não vamos confundir a necessidade de criação de uma carreira de investigação regional, porque isso não tem interesse para nada, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quantos bolseiros lá estão?

O Orador: Mas estão integradas numa carreira. Os senhores querem criar uma carreira regional. Quais são os índices remuneratórios? Como é que se operacionaliza isso? Quais são as categorias dessa carreira?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor é que tem os meios!

O Orador: Não, não. Os senhores é que propõe é que têm que apresentar como é que operacionalizam, quais são as carreiras que vão criar? Isso é que tem que ser dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas vou terminar. Os senhores têm que explicar que carreira é esta, se é uma carreira equivalente à nacional, se não era, se tinha investigadores coordenadores, se tinha investigadores principais. Eu não sei se a carreira de investigação que os senhores pensaram tem essas categorias ou não. Já agora gostaria de saber. E para que é que isso serve?

Portanto, o Sr. Deputado Luís Rendeiro na sua intervenção, e a Sra. Deputada Catarina Furtado, de facto não conseguem explicar o inexplicável. É que não há necessidade nenhuma de criar uma carreira de investigação para resolver os problemas que os senhores elencam.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Há, há! Chama-se vontade política!

O Orador: Não há necessidade nenhuma, porque a carreira de investigação nacional não impede em nada que existam investigadores na Região, mesmo de instituições regionais, que estejam incluídos nessas carreiras.

Muito obrigado.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, não havendo inscrições vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 30 votos do contra do Partido Socialista, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente, 2 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do BE.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputado Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, nós deixámos aqui o tema para reflexão. Estávamos à espera que embarcassem na aprovação deste diploma, atendendo aos objetivos que lhe eram subjacentes.

Nós dissemos logo de início que estávamos do lado dos investigadores, estávamos do lado da ciência e estávamos do lado do desenvolvimento da Região.

Percebeu-se bem aqui quem é que está do lado da investigação, quem é que está do lado do desenvolvimento da Região.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Também nunca chegámos a perceber, e por mais que tenhamos andado aqui num debate para trás e para a frente, os argumentos para que este Projeto de Resolução não colhesse a aprovação por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para nós, mais uma vez, é lamentável perdermos aqui uma oportunidade.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, chegado ao final deste debate, votou contra esta Resolução porque efetivamente ela não configura nada de novo, porque inovar é criar de novo e ela não cria nada de novo, podia criar, sim, um problema, por isso é que nós não embarcámos nas palavras da Sra. Deputada Catarina Chamacame, porque podíamos, na viagem, ter algum percalço que significasse piores atitudes e piores condições para os investigadores na Região Autónoma dos Açores.

Pela nossa parte, nós continuaremos, como já fizemos em outras situações (olhe, com os precários da RTP e outros), a fazer as nossas diligências junto do Governo da República para que essas situações se resolvam em prol dos Açores, e em matéria de investigação continuaremos com o Governo Regional a ser a maior entidade financiadora na Região Autónoma dos Açores do trabalho científico nesta Região, em prol do desenvolvimento dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu votei favoravelmente esta iniciativa porque se vive na Região Autónoma, no âmbito da carreira de investigação científica e no âmbito da nossa comunidade científica, um problema de enorme gravidade.

Há falta de financiamento, existe falta de perspetivas, existe precariedade, existe a não valorização do trabalho desenvolvido pelos investigadores.

Eu acredito que as políticas modernas desenvolvidas pelos estados e pelas Regiões, têm que ter uma componente fortemente valorizada do ponto de vista do apoio à comunidade científica, do ponto de vista do desenvolvimento da sua atividade.

É evidente que em regimes populistas a investigação científica, o apoio à carreira científica, é sempre algo que não é a prioridade. Não estou a dizer que estes seja um regime populista. Estou só a dizer que não é a prioridade deste tipo de regimes e não é porque os resultados não são imediatos e hoje, na política trabalha-se muito para o resultado imediato.

Investigação científica, pela sua natureza, produz resultados a média e a longo prazo, mas esses resultados são absolutamente fundamentais e decisivos para o desenvolvimento dos territórios. Esses resultados... Quem tem a paciência de apostar no desenvolvimento da ciência e da aplicação da ciência, ao desenvolvimento do território, aos desenvolvimentos das áreas em que o território tem maior potencialidade, quem tem essa paciência, quem tem sobretudo essa visão de Estado, consegue triunfar.

Essas comunidades, esses governos, não trabalham para o imediato e para ganharem eleições. Trabalham sobretudo para preservar o desenvolvimento dos seus territórios, dos territórios onde governam.

Esta iniciativa, na minha perspetiva, significava que os Açores passavam, nesta área, a considerar uma área absolutamente prioritária e que passava a poder

investigar e a criar condições para criar uma massa crítica maior do ponto de vista da investigação nos Açores.

O Partido Socialista não quis ir por esse caminho, mas a verdade é que não tem nenhum outro que tenha sucesso, muito pelo contrário, o que vamos continuar a ter é uma situação de decadência nesta matéria e esta proposta era uma pedrada no charco muito importante.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda absteve-se nesta iniciativa porque efetivamente apesar dela ter um objetivo que consideramos benigno, que é um objetivo com o qual concordamos, ou seja, o desenvolvimento da ciência e a estabilização da vida dos investigadores que nos Açores desenvolvem a sua atividade, ela por si só não era, por um lado, clara ou suficiente, e por si só a sua concretização poderia não ser o caminho que levaria a essa mesma estabilização.

O Bloco de Esquerda e a sua preocupação com a precariedade nas mais diversas áreas da sociedade, inclusive na investigação, são por demais conhecidas. Faz parte da nossa atividade e da nossa preocupação diária em todas as nossas iniciativas e das nossas propostas e iremos obviamente continuar nessa defesa.

Na questão da ciência, da investigação, são necessárias e é fundamental que haja instituições com capacidade para ter investigadores, para os contratar, com meios, para que eles tenham efetivamente uma carreira e como aqui foi referido, e como referi, não trabalhem à peça. Tenham efetivamente uma perspetiva de futuro e de trabalho e só com instituições fortes financiadas devidamente é que isso é possível, como defendemos também durante este debate.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: _

Entendendo claramente o que estava em causa nesta iniciativa do PSD e reconhecendo que não é pela via da criação de uma carreira de investigação regional que se consegue ultrapassar a questão da precariedade dos investigadores na Região Autónoma dos Açores, considero que qualquer iniciativa que vise a fixação na Região de jovens investigadores e que tente colmatar a precariedade destes investigadores, que são relegados para uma carreira de pós-doc atrás pós-doc, que se torna uma carreira crónica, dependente da aprovação ou não de projetos de investigação, que a determinada altura não sabem se têm ou não financiamento ao fim do mês para sustentar as suas famílias, é sempre bem-vinda.

Mais! Reconhecendo que a não contratação e não haver um vínculo às instituições numa carreira de investigação que até já existe a nível nacional é por falta de vontade própria, até porque a universidade pode contratar investigadores e prefere sistematicamente contratar docentes;

Mais! Tendo sido anunciado, mesmo pelo Sr. Secretário, que vão ser criados 10 postos para jovens investigadores no âmbito do Okeanos e que será novamente no âmbito da carreira de docentes, qualquer iniciativa que valorize a captação de jovens investigadores para a Região, fundamental para se criar uma massa crítica para que se possa ter investigação de qualidade na Região, que possamos estar em igualdade com os nossos pares a nível nacional e internacional, é sempre de aprovar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições para declaração de voto, encerramos também este ponto. Regressamos amanhã às 10h00.

Eram 20 horas e 05 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Marta Ávila Matos

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Independente

Maria da Graça Amaral da Silveira

(*) Texto não revisto pelo orador

Transcrição efetuada por, Renata Costa.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco